# OS PRESIDENTES

4º Presidente do Brasil 1898-1902

Edições ISTOÉ

# Campos Sales

Hélio Silva

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S58p v.1, 3-4, 14, 19-20, 22,26

Silva, Hélio, 1904-
Os presidentes / Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro. – São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-

1. Brasil – História – República, 1889-
2. Brasil – Presidentes I. Carneiro, Maria Cecília Ribas. II. Título.

83-0999 CDD-923.181 -981.05

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Presidentes: Biografia 923.181
2. República: Brasil: História 981.05

# OS PRESIDENTES

*Hélio Silva*
*Maria Cecília Ribas Carneiro*

# Campos Sales

*1898-1902*
*Restauração Econômica*

# OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-743-6

**Editores:** DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

**Coordenação Editorial:** ARMANDO GONÇALVES

**Arte:** SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

**Capa:**
*Lay-out:* PAULO ROBERTO ALOE
*Ilustração:* BRASÍLIO

**OS PRESIDENTES** é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
**Redação e Administração:** Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

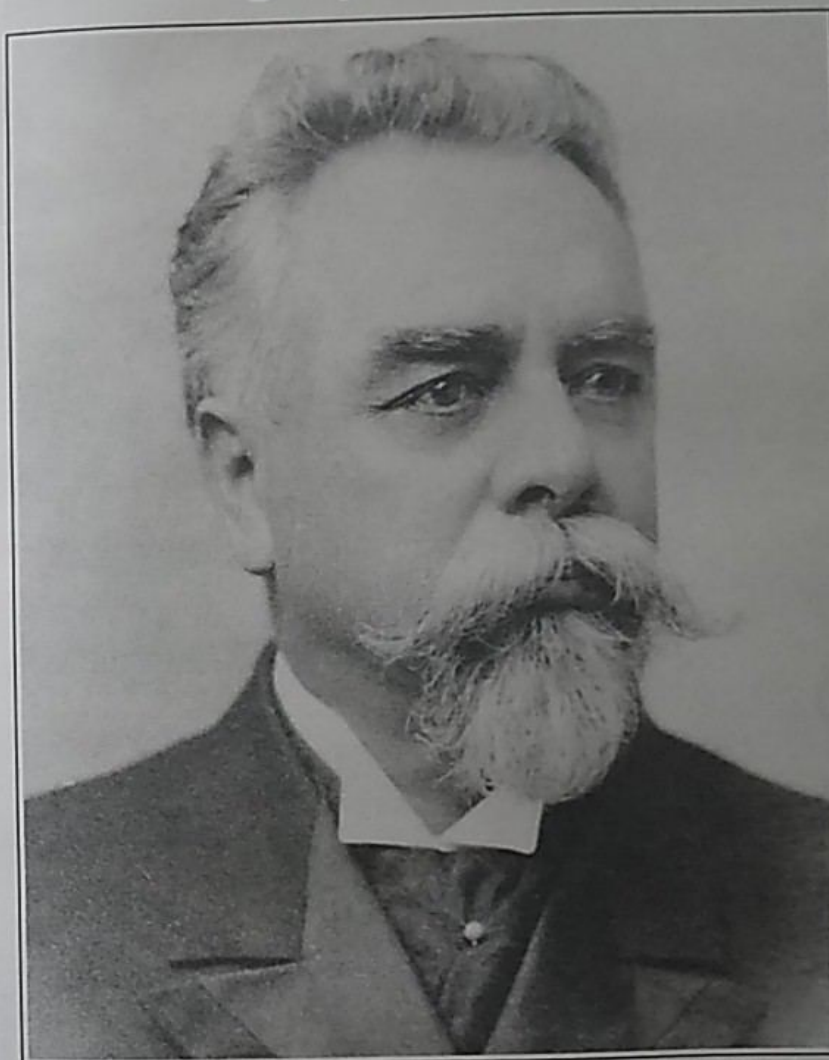
2004


**Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:**
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

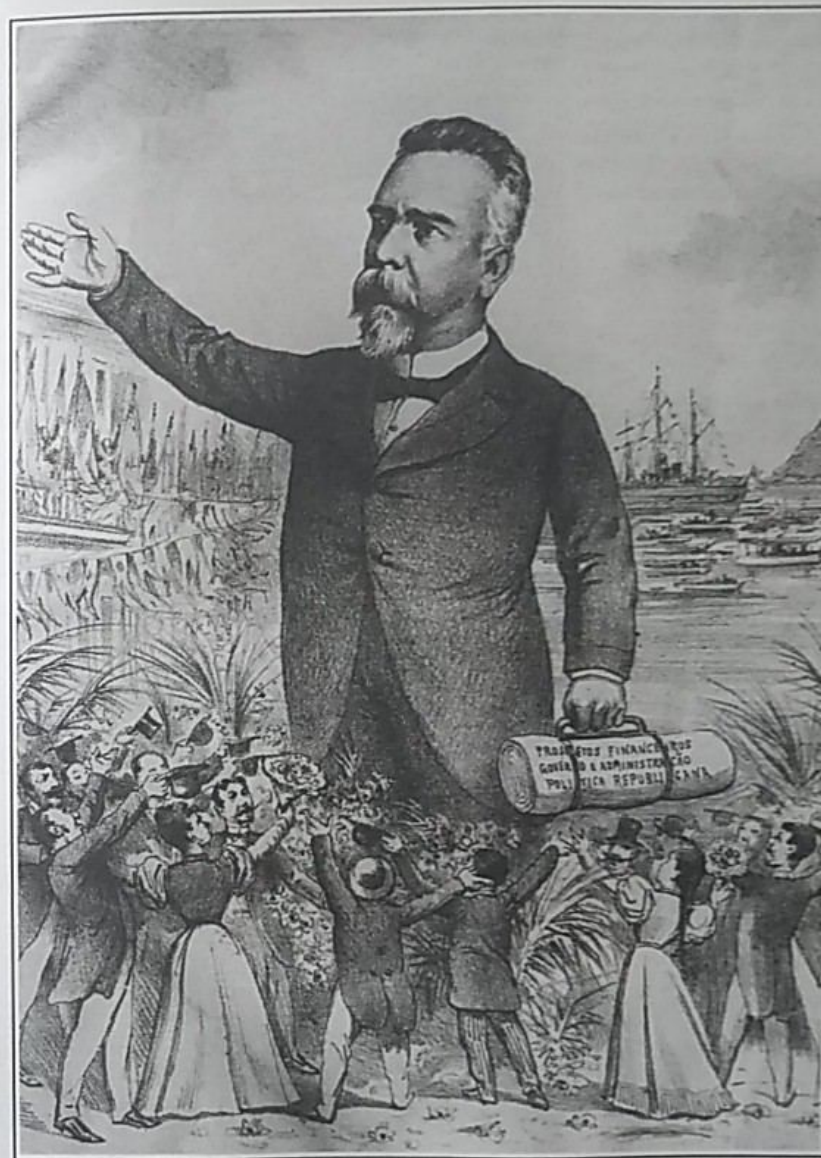
**Distribuição em Portugal:**
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

**Impressão:**
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

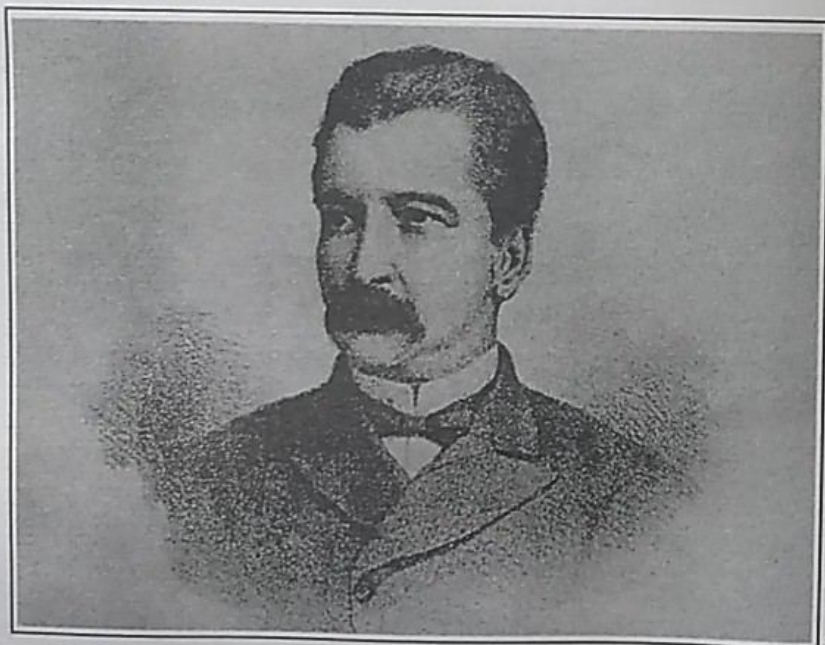
# Iconografia Histórica

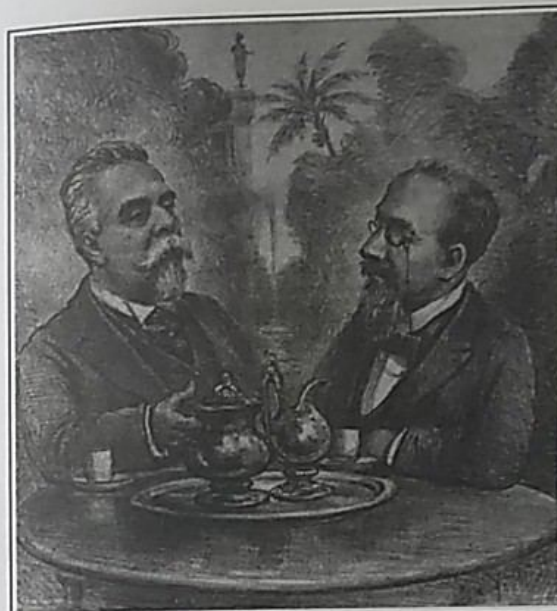
Prensa Três

*Manuel Ferraz de Campos Sales. paulista nascido em 1841 na cidade de Campinas, foi deputado provincial em São Paulo, 1867/1881. Depois de proclamada a República, ocupou o ministério da Justiça no governo provisório. Foi senador (1891/1896) e governador de São Paulo de 1896/1897. Eleito presidendte da República em 1898, ficou no governo até 1902. Morreu em Santos, SP, em 1913.*

Arquivo Plínio Doyle

*Campos Sales e Joaquim Murtinho, em charge da época, apreciam a chiadeira dos políticos sobre a questão da dívida externa. Caricatura da* Revista Ilustrada.



Arquivo Plínio Doyle

*Campos Sales quando regressava de sua missão financeira na Europa em 1898. Caricatura da* Revista Ilustrada.

Arquivo Plínio Doyle

*Francisco Silviano Brandão, governador de Minas Gerais de 1898 a 1902. Signatário do Manifesto Republicano de 1870. Foi eleito vice-presidente da República em 1.º de março de 1902.*



Prensa Três

*Campos Sales e Rodrigues Alves. Conversa de amigos. Charge de Angelo Agostini publicada na revista* Dom Quixote.

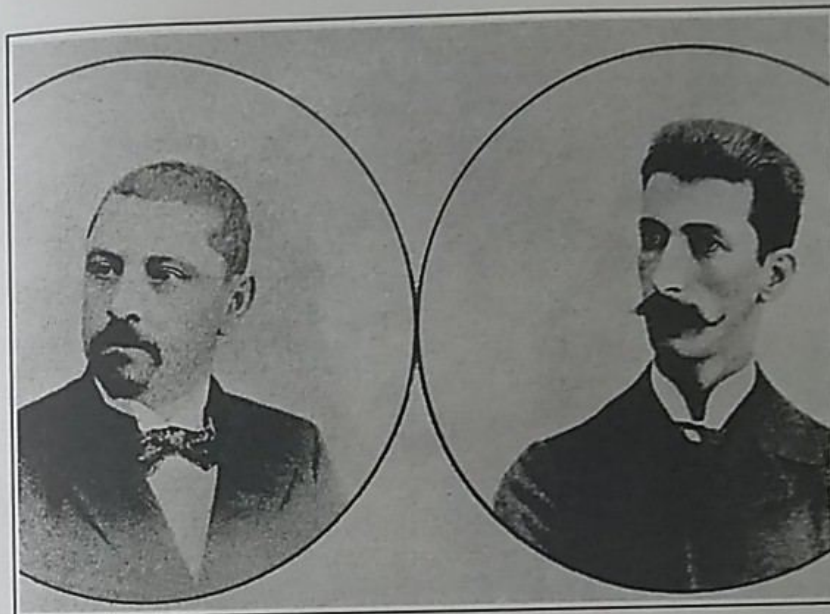
Arquivo Plínio Doyle

*Quintino Bocaiúva, Rodrigues Alves e Campos Sales. Este desenho de Angelo Agostini faz alusão à retirada de Quintino Bocaiúva da política nacional.*

*Joaquim Murtinho, político matogrossense, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e ministro da Fazenda do governo Campos Sales. Era tido como um grande financista.*

Arquivo Plínio Doyle

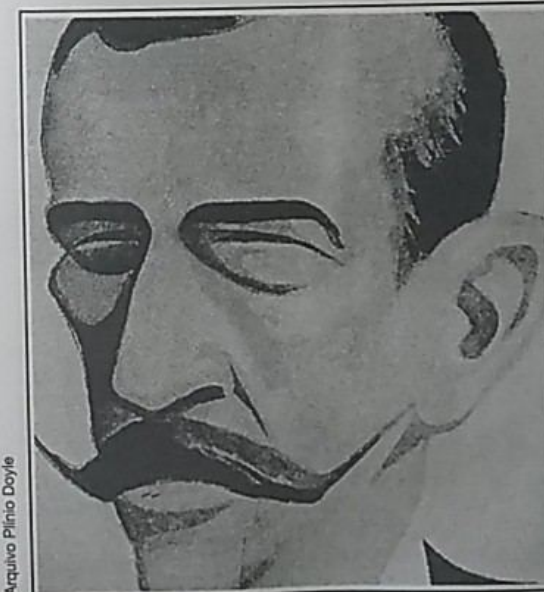
*General Júlio Roca, presidente da Argentina, e Campos Sales numa homenagem da revista* Don Quixote. *1889.*

Arquivo Plínio Doyle


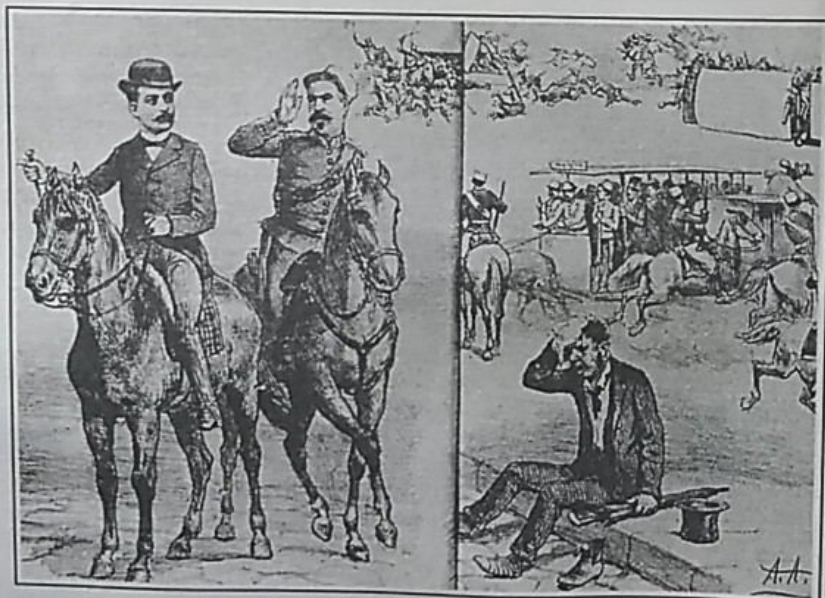
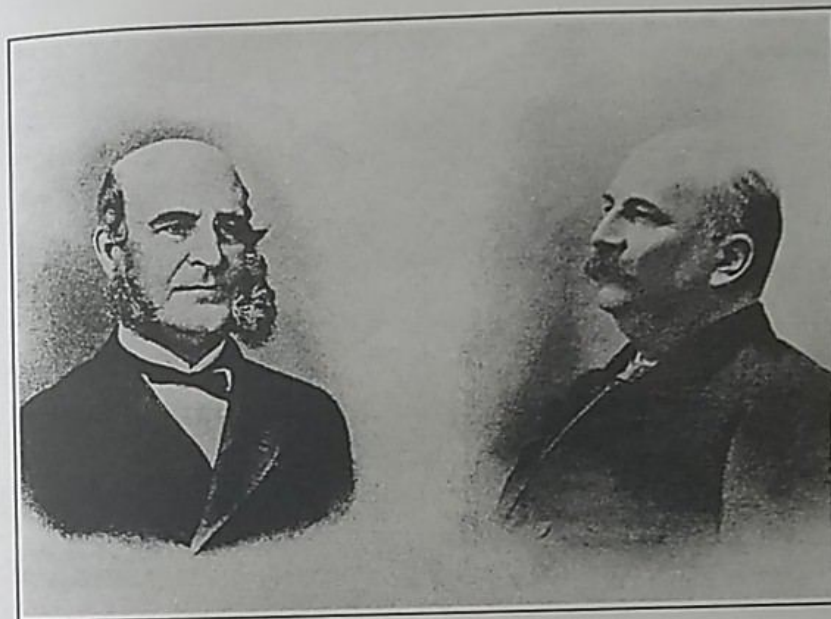

Arquivo Plínio Doyle

*Os gaúchos Antônio Augusto Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos. Borges de Medeiros, após a morte de Júlio de Castilhos, assumiu a chefia do Partido Republicano gaúcho. Eles revezaram-se, em várias ocasiões, no governo do Rio Grande do Sul.*

Arquivo Plínio Doyle

*Sabino Alves Barroso Júnior, político mineiro. Foi ministro do Interior (1901/1902) e da Fazenda (1902) do governo Campos Sales. Foi também, por pouco tempo, ministro da Fazenda na presidência de Venceslau Brás. Charge da revista* Careta *de 15/3/1913.*

*Charge da época criticando a polêmica lei do selo.*

Arquivo Plínio Doyle

*Epitácio Pessoa, chefe de polícia, enfrenta a greve dos cocheiros do Rio de Janeiro.*

Arquivo Plínio Doyle

Arquivo Plínio Doyle

*Visconde do Rio Branco, autor da Lei do Ventre Livre, e barão do Rio Branco, cuja atuação como ministro das Relações Exteriores solucionou divergências sérias que o Brasil mantinha com a Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Uruguai e Argentina. Pai e filho, figuras de grande importância da Monarquia e da República.*

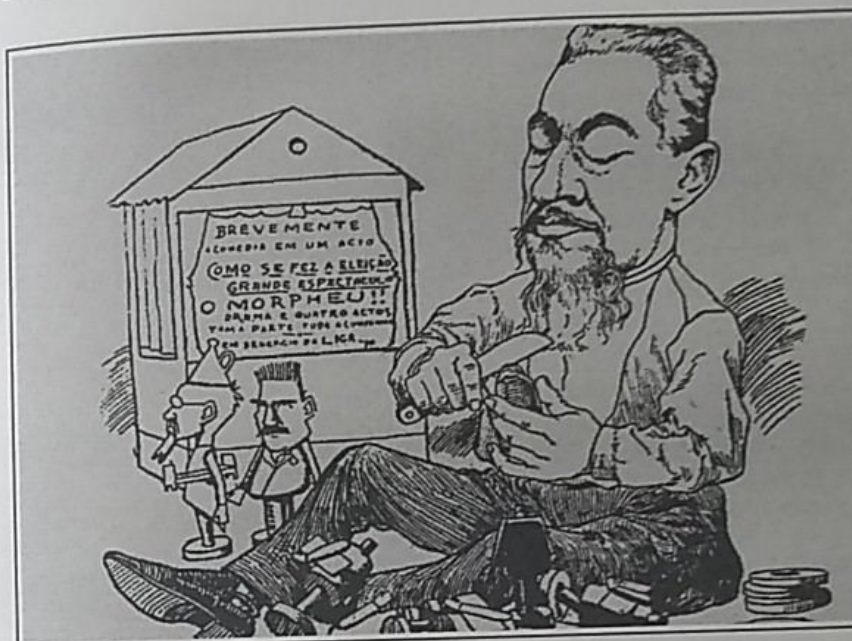
Arquivo Plínio Doyle

*A doutrina de Monröe vista por um chargista da época.*

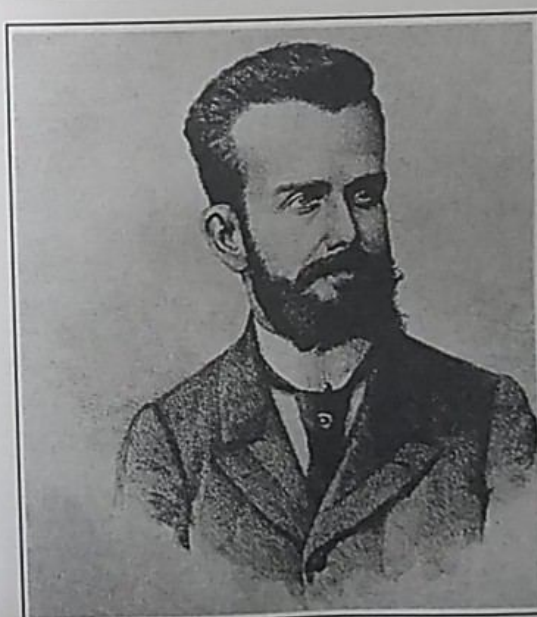
*Campos Sales e o barão de Rotschild. Charge publicada na revista* Tagarela.

Arquivo Plínio Doyle

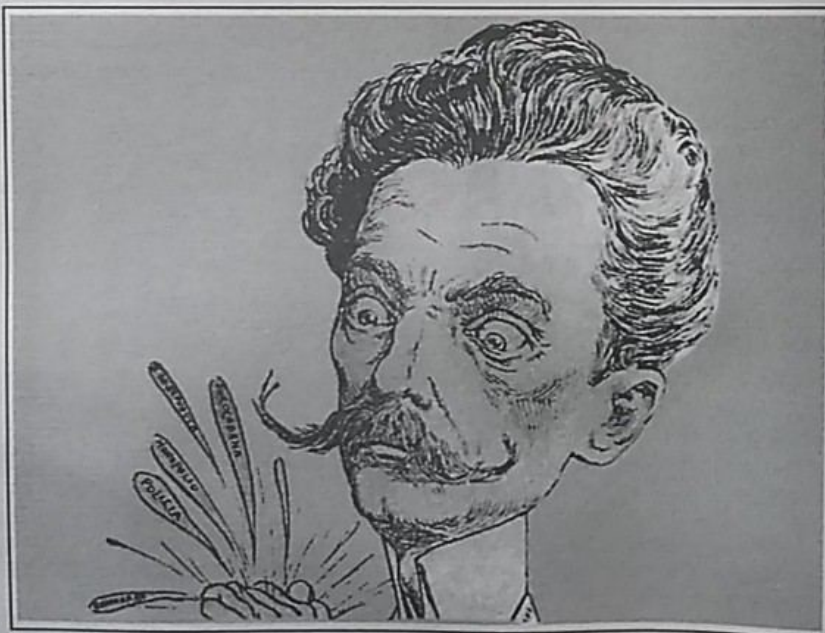
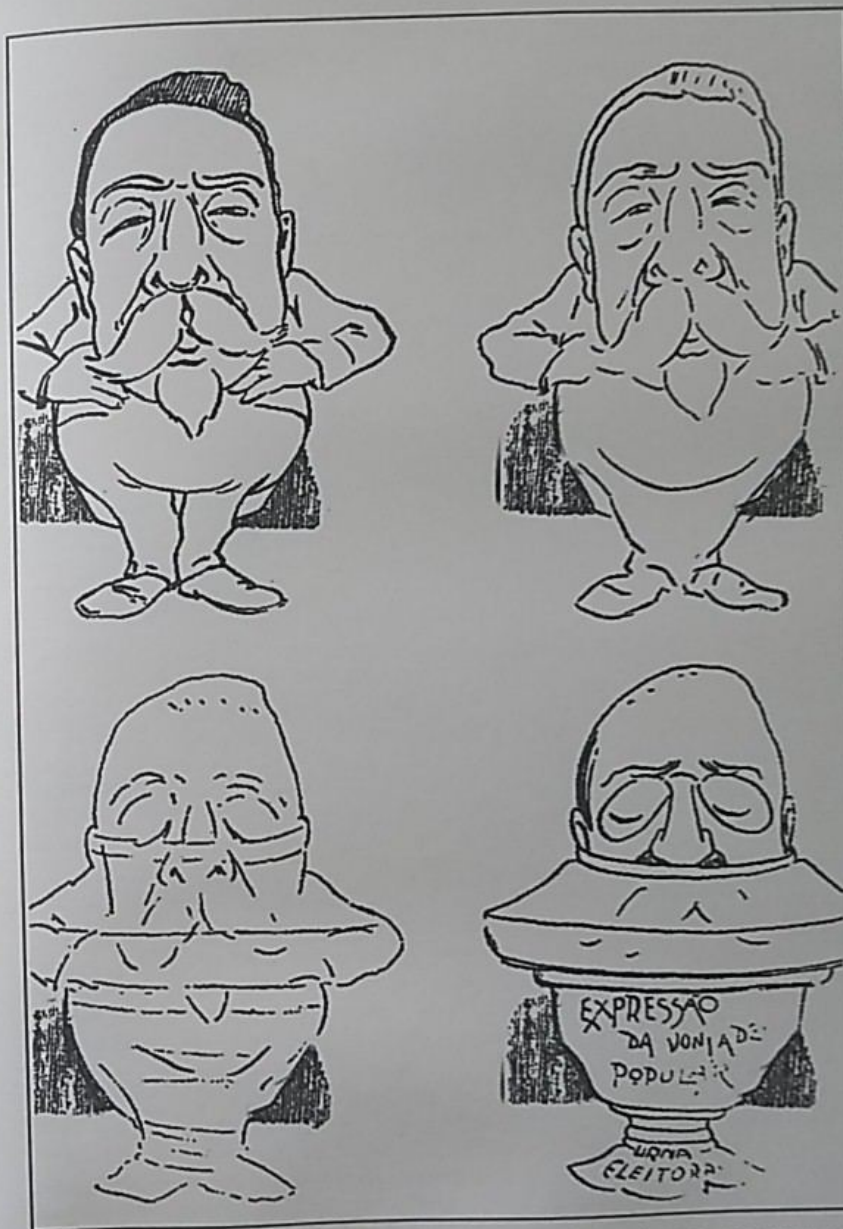
*A revista Tagarela publicou esta charge sobre a anexação do Acre pelo Brasil. Esta foi uma das grandes vitórias diplomáticas do barão do Rio Branco.*

Arquivo Plínio Doyle

Arquivo Plínio Doyle

*Campos Sales numa charge da época glosando as eleições.*

Arquivo Plínio Doyle

*Francisco de Assis Rosa e Silva, deputado federal por Pernambuco em 1894 a 1896. Foi presidente da Câmara dos Deputados.*

*Quintino Bocaiúva, considerado o príncipe da imprensa brasileira, iniciou sua carreira como tipógrafo e revisor. Tentou cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, mas teve que abandonar o curso por falta de recursos. Na República foi o ministro das Relações Exteriores de Deodoro da Fonseca.*

*Edmundo Bittencourt. Trabalhou no jornal a Imprensa, de Rui Barbosa e Carlos Bandeira. Em 1900, esse jornal parou de circular, voltando a ser publicado em 1901. Edmundo Bittencourt adquiriu a gráfica do jornal e fundou, então, o Correio da Manhã.*

Arquivo Plínio Doyle

*Charge focando a vontade popular expressa nas urnas.*

# INTRODUÇÃO

Se atentarmos naquele homem elegante, de boas maneiras, cuja vida podia ser contada pela existência da República, com que se confundia; republicano histórico; propagandista ardoroso; homem de conselho no Parlamento e no Ministério; eleito, sem favor, para substituir outro grande varão da Propaganda; se o acompanharmos na peregrinação pelas capitais financeiras da Europa; batendo à porta dos banqueiros-credores de seu país, para poder governar; Campos Sales merece respeito e admiração.

Foi o herdeiro de uma massa falida que assim era o Brasil que ia governar de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906.

Homem culto e jornalista hábil, tendo, ainda, a seu lado, outro jornalista que deixou a mais testemunhada História de nosso país – Tobia Monteiro – Campos Sales escreveu, ele mesmo, a sua defesa. Assim, os dois depoimentos se completam respondendo, com cifras e detalhes, todos os fatos que foram discutidos; todas as acusações formuladas.

De sua passagem pela Presidência ficou a primeira negociação de nossa dívida externa, o *fundingloan*, que dificilmente poderia ser evitado. Mas, se as circunstâncias imperiosas levaram o presidente eleito a percorrer, de chapéu na mão, os gabinetes dos credores impacientes, na verdade entramos em um corredor estreito de onde não mais saímos; avolumando uma dívida externa que, ainda agora, deverá ser negociada, como o fez Campos Sales.

O descalabro financeiro que, segundo os repúblicanos, a República

herdou do Império foi, sem dúvida, agravado com os erros e os desastres, as lutas e a guerra civil nos dois primeiros governos militares. O primeiro presidente civil, Prudente de Morais, não teve tempo nem condições de sanear as finanças. Coube a tarefa a Campos Sales que se houve com coragem e sucesso.

Para agir, com a energia e a firmeza que a situação quase caótica exigia; sem dispor ou querer utilizar a força e o autoritarismo dos dois primeiros governantes, Campos Sales teve de dispor o tabuleiro político de maneira a contar com um Congresso dócil às suas demandas. Daí a *política dos governadores*, denominação que se tornou clássica, por necessária e justa, mas que ele próprio repelia, preferindo chamá-la de política dos Estados.

Em que consistia esta política?

É preciso remontar ao Império e reconhecer, com Rui Barbosa, que a República herdou os erros e os vícios do regime que substituíra. A fraude era uma instituição nacional que transpôs o 15 de novembro. A participação do povo era mínima nas eleições. Marginalizada pelo analfabetismo mantido pelas elites; pelas restrições que impediam de votar as mulheres, as praças de pré, o povo não se alistava, espontaneamente, para as eleições cujo comparecimento não era obrigatório. Então, o alistamento era a primeira fase de uma manobra dos donos do poder que alistavam os que lhes convinham, onde lhes convinham. A oposição tinha todas as dificuldades para listar seus escassos adeptos. O comparecimento tornava-se deficiente. Os donos do poder, os "coronéis", cujo poderio foi magistralmente, exposto por Vítor Nunes Leal, davam condução, comida e roupa aos seus eleitores que só recebiam o título, junto com a cédula, na boca da urna. Era o chamado "voto de cabresto".

Colocando a cédula na urna, essa urna podia ser violada, "emprenhada", com a introdução de mais votos do que os votantes; roubada para que se fizesse, "a bico de pena", o resultado fraudulento em casa de chefe político local.

Assim viciados o alistamento e a votação, não menos criminosa era a apuração, por juntas nomeadas pelo governo; expedição de diplomas por essa juntas; verificação de poderes por uma Assembléia onde o governo mandava e desmandava. Dificilmente a oposição se fazia eleger e representar.

Aí estão os depoimentos, as denúncias de Rui Barbosa, Epitácio Pessoa, Nilo Peçanha, João Neves da Fontoura, em libelos irrespondíveis.

Pois foi sobre esta realidade que Campos Sales montou a "política dos governadores". De acordo com elas os governadores faziam a lista dos "eleitos" (por eles) e só essa lista prevalecia nas verificações de poderes, nas Comissões de Cinco das Assembléias Legislativas e da Câmara dos Deputados. Era a ***institucionalização da fraude***. Campos Sales garantia aos



governadores o mandato de seus protegidos. E os governadores mandavam que seus protegidos votassem de acordo com o governo central.

Quando se projetou esta monstruosidade, a bancada paulista se reuniu. Vozes altivas, Prudente de Morais, Prudente de Morais Filho, Cincinato Braga, Júlio de Mesquita, Rangel Pestana profligaram o que era um atentado à democracia. Rodrigues Alves, eleito governador de São Paulo, ordenou a obediência. Uma parte se rebelou, constituindo a primeira dissidência do Partido Republicano Paulista.

Foi um fim melancólico o término do mandato de Campos Sales. Não conseguindo fazer seu sucessor, saiu do Palácio sozinho e o carro em que viajava para São Paulo foi vaiado no trajeto. Recolheu-se ao ostracismo. Anos depois, velho, doente, pobre, quiseram trazê-lo de volta à Presidência, reparando a injustiça. Sua saúde não permitiu. Morreu pouco depois.

# CAPÍTULO I

Um ano depois de haver deixado a Presidência da República, quando "na placidez de seu (meu) retiro, sentia de todo desanuviado o espírito, já então a larga distância do meio incandescente em que se (me) achara", Campos Sales escreveu o seu depoimento sobre "fatos a que assisti e acontecimentos em que fui parte". *Da Propaganda à Presidência* tornou-se um clássico da historiografia política. O autor não teve a preocupação de fazer sua defesa. Antes levar ao País a revelação de documentos e declarações que orientaram sua longa e movimentada vida pública.

Manuel Ferraz de Campos Sales nasceu em Campinas, a 13 de fevereiro de 1841, filho de Francisco de Paula Sales e Ana Cândida de Sales. Sua atividade política inicia-se em 1862, escrevendo no periódico *A Razão*, identificado com a escola ultraliberal. Ainda estudante de Direito, em 1867 elege-se deputado à Assembléia Provincial, onde combate a política da Coroa. Sua atitude entra em conflito com a direção moderada do partido de onde ele e outros ultraliberais saem para fundar o núcleo republicano. O governo enfrenta crise que se avoluma dissolvendo a Câmara Provincial, em setembro de 1884. Em 1889, abre-se a última campanha eleitoral da Monarquia, que, em seu programa, procura dominar a propaganda republicana. Os republicanos são vencidos em São Paulo, peia fraude. Restava o recurso à conspiração que se alastra. Aristides Lobo, em contato com os republicanos do Rio de Janeiro, já ligados aos

militares descontentes, atrai Campos Sales para o movimento que visa à mudança do regime.

Campos Sales era o presidente da comissão permanente do Partido Republicano. Coube-lhe articular o apoio de São Paulo; republicanos articulando elementos simpatizantes, promovendo reuniões secretas até a eclosão da revolta de 15 de novembro de 1889. Assim foi convocado ao Rio de Janeiro, para assumir a Pasta da Justiça do primeiro governo Provisório.



*TENTATIVAS REPUBLICANAS*

## CAPÍTULO II

Em seu depoimento, Campos Sales reporta-se ao Manifesto de 3 de dezembro de 1870, atirado ao País para servir de ponto de partida ao movimento republicano, que deveria triunfar a 15 de novembro de 1889, não foi um fato inopinado, desagregado da lógica dos acontecimentos, que viesse porventura surpreender o espírito público na época do seu aparecimento; foi, antes, o fruto legítimo da evolução de princípios, que tinham feito o seu curso natural através da opinião, traduzindo uma aspiração política bem definida e destinada a penetrar, fatalmente, no organismo do governo nacional.

Não poderia deixar de ter intensa repercussão no sentimento brasileiro a profunda agitação que, na ordem das idéias, convulsionou o mundo inteiro ao declinar o século XVIII. Dela procedem a guerra da Independência da América do Norte, que transformou as colônias inglesas em uma nação governada sob a forma republicana e a grande Revolução, na França, que baniu o "antigo regime" e substituiu o princípio do "direito divino", como base de toda a organização, pelos "direitos do Homem". É aí, nessa mesma época de profundas transformações, e sob essa atmosfera saturada de idéias ultrademocráticas, que se encontram as origens da *Conjuração Mineira*, o primeiro esforço consagrado à implantação do regime republicano no solo brasileiro. Reprimida com o suplício de Tiradentes, a mesma tentativa ressurgiu com as revoluções de *1817 e 1824, em Pernambuco*, de *1835, no Rio Grande do Sul*, e de *1837, na Bahia*. As duas últimas estalaram precisamente naquele período histórico em que o País

se achava sob o império das agitações geradas pela revolução de 7 de abril, que, se foi para os verdadeiros democratas uma *journée des dupes*, na expressão de T. Ottoni, não deixou, contudo, de assinalar-se notavelmente pelas mais acentuadas expansões desse espírito republicano que se introduziu no próprio seio da assembléia nacional.

O memorável documento político de 1870 veio, portanto, como elo da mesma cadeia, reatar um movimento algumas vezes interrompido, nunca, porém, extinto. O próprio federalismo, princípio básico sobre o qual o Manifesto assentava os alicerces da futura República, encontra a sua filiação histórica na "Inconfidência", donde veio descrevendo a sua difícil, mas segura trajetória, até chegar a fazer-se inscrever na sábia Constituição de 24 de fevereiro.

É ao segundo reinado, no desenvolvimento de uma política menos liberal do que astuciosa, que vai caber a tarefa de completar a obra da desorganização dos velhos partidos e criar incentivos para o reaparecimento de um movimento acentuadamente republicano.

À reação antidemocrata de 1837, que recebeu do preclaro estadista Bernardo de Vasconcelos o famoso lema – regresso é progresso – e que pôde levar a termo a demolição do edifício liberal patrioticamente arquitetado pelos revolucionários de 1831, seguiu-se a chamada política de conciliação sob a inspiração imediata e o ostensivo patrocínio do Imperador. Longe de representar um sistema, um corpo homogêneo de doutrina, com uma só bandeira, a cuja sombra todas as forças combatentes pudessem achar-se congregadas, a nova política não exprimia senão uma confusão de idéias, um repúdio de princípios, acarretando nos seus efeitos o esfacelamento dos partidos já profundamente debilitados pela ação corruptora e dissolvente da política imperial. "Entre a decadência dos partidos velhos, que acabaram o seu tempo", disse Sales Torres Homem, "e o aparecimento dos partidos novos a que o porvir pertence, virá assim interpor-se uma época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas, mas que terá a inapreciável vantagem de romper a continuidade de tradições funestas".

Muito concorreu para favorecer estes intuitos a revolução das províncias de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, na qual um dos partidos, exatamente o que representava as mais autênticas tradições do liberalismo brasileiro, perdeu o alento das energias, que o caracterizavam nas suas grandes lutas; é então que mais se acentuam e se desenvolvem, em contínua e rápida progressão, a decadência dos costumes políticos e a perversão da moral social, cavando a ruína dos partidos. A essa obra de dissolução, sobretudo no seu desdobramento, é que não foi estranho, segundo o geral testemunho dos contemporâneos e dos próprios ex-ministros, o gênio ardiloso do segundo imperador, cuja influência, na inauguração da nova fase, é assim denunciada pelo Marquês de Olinda, organizador do gabi-



nete de 4 de maio, destinado a continuar o de 6 de setembro, que primeiro executara o pensamento imperial:

"Encarregado de tão árdua como honrosa tarefa da organização ministerial, eu entendi que o gabinete devia ser a expressão da primeira de nossas atuais necessidades públicas. Aquela necessidade é a expressão franca e leal dessa política que, uma vez proclamada do alto do trono é levada à execução, tem conseguido fazer tender os espíritos para a concórdia e a moderação. Este concerto, ao mesmo tempo que era o resultado de minhas próprias convicções, conformava-se plenamente com o pensamento augusto, que já me referi."

Eis onde começam as origens e o desenvolvimento dessa política utilitária, de abjurações e apostasias, cujos representantes se faziam revezar nos conselhos da Coroa, não mais como portadores de princípios e aspirações, que outrora haviam sustentado com grande civismo, mas como meros usufrutuários do poder, sem os nobres estímulos de uma missão governativa. Era tão profundo o baralhamento das idéias e por tal forma se haviam confundido as divisas partidárias, que o sr. Holanda Cavalcanti chegou a confessar que "não havia nada mais parecido com um *saquarema* do que um *luzia*."

Assim se formou, sob os auspícios do critério imperial, a política de conciliação, que devia caracterizar uma época "sem fisionomia, sem emoções e sem crenças entusiásticas", e, por isso mesmo, sem um fim determinado na gestão dos negócios públicos. Compreende-se que partidos com programas diversos, com idéias diversas e com aspirações diversas, se possam achar unidos e associados entre si durante crises violentas para a consecução de resultados transitoriamente comuns; passada, porém a tormenta, os partidos, como os líquidos de densidades diferentes, voltam a ocupar o lugar que lhes marca as suas bandeiras e as suas convicções. Mas, longe de ser esse o pensamento que determinara tão grande transformação, o que se observou foi que, repudiadas as crenças, nunca mais puderam os nossos partidos restabelecer os marcos, que outrora assinalaram as respectivas fronteiras. Foi por isso que o sr. Ferreira Vianna articulou nos seus famosos libelos políticos que "o partido que sobe entrega o programa de oposição ao partido que desce e recebe deste o programa de governo". Neste traço magistral, de um grande espírito, está bem desenhada *essa política que, no seu seguimento, se assinalou pela abstenção dos partidos e pelo predomínio de uma vontade avassaladora*.

"Chama-se a isto", disse Tito Franco, "política de conciliação; mas era o imperialismo que se organizava em regra para o poder absoluto, formando-se com elementos de todos os partidos, que o Executivo podia absorver pela intimidação ou pela corrupção, desculpando, por interesse próprio, todas as deserções, conduzindo em triunfo todas as traições, mercadejando e procurando tarifar todas as consciências."

"Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar *conciliação*: *termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época*."

Estuda o chamado "quinqüênio progressista" até a formação do Partido Progressista e a sua contraposição com o Partido Histórico. Fortalece-se a corrente conservadora e reorganiza-se o Partido Liberal. Neste, uma corrente avançada desfralda a bandeira: *ou a reforma ou a revolução*, formando a ala, ou o Partido Radical, que surgira sem a preocupação de servir à política imperial no revezamento do governo do País. Sem intuitos propriamente revolucionários, renunciava, todavia, à aspiração de governador, para melhor poder levar por diante, em alongada e perseverante propaganda, as teses francamente democráticas do seu programa.

O Partido Radical propugnava pelas seguintes reformas: descentralização, ensino livre, política eletiva, abolição da guarda nacional, Senado temporário e eletivo, extinção do Poder Moderador, separação da judicatura da polícia, sufrágio direto e generalizado, substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, presidentes das províncias eleitos pelas mesmas, suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e Poder Legislativo, magistratura independente, incompatível, e a escolha dos seus membros fora da ação do governo, proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; os funcionários públicos, uma vez eleitos, deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional.

Havia chegado o momento de uma definição: foi assim que, logicamente, apareceu, a 3 de dezembro de 1870, o *Manifesto Republicano*, documento memorável, que, na história da democracia brasileira, assinala o momento inicial da ação política, que se perpetuará na memória do País como o mais notável nos fastos das nossas lutas, tal a firmeza, a abnegação, a coragem dessa falange de heróicos combatentes que a empreenderam e souberam levá-la a termo. A história deve este tributo de homenagem aos propagandistas da República.

Nesta sucessão de fatos salienta-se a evolução da idéia republicana caracterizada pelas mais significativas manifestações do espírito liberal da época. Do seio do Partido Histórico, que combatera a Liga Progressista, foi que, em 1868, se desprenderam os elementos políticos que então levantaram o programa radical, como um primeiro passo, definitivo, para o Partido Republicano, por eles próprios organizado em 1870. Este partido surgia, zeloso da sua autonomia nas lutas políticas, sem aproximações nem afinidades com os velhos partidos monárquicos, visto que tinha por objetivo não mais uma simples missão reformadora, mas a transformação fundamental do regime, vinha para a arena dos combates, não impelido pela ambição subalterna de desempenhar um papel vulgar na governação do País, mas patrioticamente dominado pela esperança de fazer triunfar as suas doutrinas, vendo prevalecer na consciência nacional a sua fé. Pela sua coesão e disciplina, pode dizer-se dele como dos primitivos partidos parlamentares da Inglaterra, que todos os seus membros agiam sob as mesmas influências, pertenciam quase todos ao mesmo meio social, neles predominavam as mesmas disposições de espírito e os mesmos sentimentos. A sua disciplina dava-lhe a consistência de uma cadeia viva, que nada podia romper.



O governo monárquico queria enfraquecer o movimento nascente. Convidou um republicano, signatário do Manifesto de 70, para fazer parte do ministério.

A entrada do sr. Lafayete Rodrigues Pereira para a Pasta da Justiça tinha por fim, segundo pensamento atribuído ao sr. Sinimbu, organizador do gabinete, "Desfalcar os republicanos de tão valioso elemento". E não se havia de todo enganado o nobre presidente do conselho. O surpreendente acontecimento impressionou de alguma sorte o espírito público, chegando-se a sentir, sobretudo em determinadas regiões do País, um movimento de adesão, que levou o alarma ao campo dos propagandistas. Em São Paulo, os chefes republicanos julgaram necessário intervir sem perda de tempo para dar aos correligionários a palavra de ordem e definir a verdadeira orientação ante as complicações que a nova fase da política imperial pudesse acarretar. Acudiu a imprensa, e o Congresso Republicano, para esse fim convocado, expediu um manifesto aconselhando o partido a conservar-se íntegro no seu posto de combate.

Coube-me traduzir esse pensamento nas seguintes linhas publicadas na *Gazeta de Campinas*, de 11 do mesmo mês de janeiro:

"A organização do gabinete com que se acaba de ser inaugurada a situação liberal parece indicar que se vai abrir uma nova fase na política do País, no jogo dos partidos e no movimento das idéias.

"Por enquanto, porém, sem fazer injúria ao caráter e patriotismo dos atuais conselheiros da Coroa, nada há de claro e de definido nessa evolução que se está preparando na alta direção dos negócios do Estado.

"Em qualquer parte do mundo, onde os rigorosos preceitos da lógica política pudessem conduzir o espírito público na pesquisa e no descobrimento do pensamento governamental, os nomes dos novos ministros, os princípios que apregoaram, os seus precedentes, os seus compromissos mais ou menos solenes perante a Nação, e sobretudo a moralidade da sua conduta política, projetariam luz bastante para clarear os horizontes da nova situação. Mas, entre nós, onde predomina a lei do absurdo, porque o absurdo é a lei de Monarquia, o rigor da lógica cede o passo aos caprichos e fantasias de uma vontade soberana e prepotente.

***

"Os ilustres cidadãos que compõem o novo gabinete valem tanto pelo talento e pelo patriotismo quanto significam pelo seu passado nas lutas políticas. Alguns deles têm sido vistos no apostolado das idéias democráticas. E, todavia, a democracia, entre a dúvida e a desconfiança sente que não podia ainda aplaudir isso que se afigura uma vitória, porque a lisonjeira perspectiva de uma simples esperança pode, de momento, concretizar-se numa desalentadora realidade, ao menor aceno daquele que pode mais que os ministros, visto que o seu poder é maior que o da própria nação.

"Sim; não é bastante saber o que podem fazer os ministros para que o espírito público deva tranqüilizar-se; é preciso, sobretudo, que se saiba qual seja o pensamento oculto na intenção imperante.

***

"Terá a Coroa sinceramente deliberado submeter-se à opinião nacional, abrindo passagem à corrente democrática? Quererá ela lealmente outorgar ao Partido Liberal a faculdade de realizar os seus intuitos com a indispensável largueza de ação? Ou será antes mais uma mistificação que insidiosamente se prepara?

"Eis as dúvidas que naturalmente assaltam o espírito dos verdadeiros democratas, confrontando-se os acontecimentos do dia com os fatos anteriores, que a nossa história registra.

"Em uma tal emergência, o que cumpre ao Partido Republicano é saber guardar com firmeza as suas posições para operar com decisão e eficácia, qualquer que possa ser a direção dos acontecimentos que se vão desenrolar.

"O que temos, por ora, de certo e positivo é que o Partido Liberal, aceitando o poder, se encontra virtualmente dentro deste dilema: ou vai forçar a Coroa a desobstruir o caminho para as reformas adiantadas, ou se resigna a governar sem objetivo, submetendo-se à influência discricionária do poder pessoal, que em todas as épocas se tem manifestado infenso às tendências democráticas. Na primeira hipótese, que reputamos duvidosa, será dever de todos os democratas prestar apoio moral à situação, secundar os seus sinceros esforços e não criar embaraços à realização do seu pensamento, na segunda, porém, a probidade política, a firmeza das convicções e a fé nos princípios nos levarão para a luta sem tréguas, tenaz e enérgica, contra os mistificadores.

"É, portanto, absolutamente preciso que o Partido Republicano fique onde está, conservando sempre desfraldada a sua bandeira, símbolo da sua autonomia, para que possa desenvolver uma ação eficiente, dadas as eventualidades que os antecedentes da política pessoal possam prever.

"O seu apoio à situação, entenda-se bem, qualquer que seja a forma por que ele se manifeste, nunca significará mais do que uma justa ambição de adquirir reformas práticas, que venham equilibrar nas mãos dos combatentes as armas de combate."

Em março, o Partido Republicano divulgou um manifesto: – *Aos Republicanos da província de São Paulo*, que dizia:

***

"Pensamos que os distintos cavalheiros que figuram à frente da nova situação, e que os seus precedentes mesmo, não podem ter, para nós democratas, o alto valor dos princípios, que constituem o nosso corpo de doutrina, a bandeira sob cujas dobras procuramos arregimentar os brasileiros para a conquista do governo do povo pelo povo e a realização da República Federativa do Brasil. A situação que ainda agora se abre às esperanças liberais traz o vício originário de todas as outras: é pura criação da vontade imperial.

***

"Não nos é lícito, pois, tornarmo-nos solidários com a situação, por não nos inspirar confiança, em virtude da sua origem, que a mesma solenemente condenada por nosso partido. Mantendo-nos firmes em nossos postos, esperemos que o Ministério se apresente perante as câmaras e exponha suas idéias e medidas governamentais para deliberarmos então se poderemos apoiar as reformas que facilitem a vitória da idéia capital do nosso programa – A República Federativa."

Campos Sales defende os republicanos aos quais atribuía o desenvolvimento de sua força, menos ao prestígio de sua ação simpática, do que ao despeito daqueles que, feridos nos seus interesses pela extinção da escravatura, se dispuseram, por isso, a prestar concurso político ao movimento republicano.

O grosso das forças republicanas, disse o sr. Joaquim Nabuco na memorável sessão da Câmara dos Deputados, de 11 de junho de 1889, vendo descontentamento causado pela Abolição. Foram as leis de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio de 1888, que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a Monarquia.

Para Campos Sales o governo do imperador só teve o apoio dos deputados republicanos quando inscreveu no seu programa o compromisso da emancipação gradual dos escravos, e consubstanciou este pensamento no projeto apresentado ao corpo legislativo. Era uma esperança que se abria aos apóstolos da democracia, cuja aspiração abolicionista vinha claramente afirmada numa larga tradição, e, assinaladamente, no programa do Partido Radical. O que realmente se não pode contestar, porque ressalta da lógica dedução dos fatos, é que "o lastro da Monarquia", na expressão do sr. Jaceguai, o derradeiro apoio em que se firmara o trono americano fora a própria escravidão; e foi por isso, certamente, que as

duas instituições desapareceram quase no mesmo momento, ao impulso da mesma força. Derrocada a instituição servil, com ela desapareceram também as hesitações que ainda restavam em alguns espíritos, surgindo naturalmente um movimento mais generalizado de adesão à nova forma de governo. Isso, porém, longe de afetar o valor da obra dos propagandistas, veio antes atestar o estado de inconsistência em que já se encontrava o regime monárquico na consciência do povo brasileiro.

O próprio gabinete de 10 de março, a quem coube a glória da lei de 13 de maio, teve momentos de hesitação quanto ao método a ser adotado para a solução definitiva. O sr. Antônio Prado, um de seus membros, e que recebeu a incumbência de organizar o respectivo projeto pensava em sujeitar o liberto à prestação de serviços durante certo prazo, e localizá-lo no município de sua residência, por determinado tempo. O sr. Rodrigues Alves, delegado do governo geral, na província de São Paulo, vetava, na mesma época, um decreto da Assembléia Provincial, que, no intuito de depreciar a propriedade já condenada de fato, instituía o imposto de 400$000 sobre cada escravo matriculado nas coletorias de São Paulo. E, no entanto, o presidente da comissão permanente do Partido Republicano Paulista já tinha proposto, na grande assembléia dos agricultores da província, do dia 15 de dezembro de 1887, a fórmula – emancipação imediata e incondicional.

Não era, portanto, nos arraiais republicanos que os escravagistas poderiam encontrar, para si, tranqüilo refúgio.

Para Campos Sales a proclamação não foi *só dos militares*, como escreveu Rui Barbosa e disseram outros republicanos históricos: se a Nação não estivesse voltada para um novo ideal político, atraída pela ação contínua de uma propaganda habilmente conduzida, corajosamente sustentada, o movimento militar, isolado e sem o concurso dos elementos populares, não teria por certo revestido o caráter político com que se fez inscrever nas páginas da história pátria.

Ao demais, no seio do próprio Exército penetrara a propaganda republicana. A palavra sentenciosa do inolvidável Benjamin Constant, outrora vida sempre e em respeitoso acatamento pela mocidade militar, que o idolatrava, ia radicando as novas crenças no coração dos soldados. Evidentemente as classes armadas já se haviam familiarizado com a idéia republicana. Foi por isso, certamente, que ao glorioso mestre, tão justamente amado e venerado por seus discípulos, coube papel dos mais conspícuos entre os fundadores da República.

***

"Triunfante a revolução, seguiu-se a ditadura, que terminou em uma República Civil, modelada pelos princípios da mais adiantada democracia. A presença do glorioso marechal Deodoro da Fonseca no governo



provisório, como seu chefe, tendo sido ele, na ordem militar, iniludivelmente, a força preponderante da revolução, não desvirtuava de modo algum o caráter popular do governo revolucionário, tal como resulta da sua própria organização (na qual o elemento militar só se representava nas pastas técnicas), e mais que tudo da significação de que se revestiu a conduta por ele adotada.

"O primeiro decreto expedido, negação absoluta do espírito de concentração, que é a característica do poder militar, foi o que proclamou como forma de governo da nação brasileira – a República Federativa – constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil. Sobreleva ponderar que este governo, em cujo seio preponderava o elemento civil, adotou desde logo, como norma de ação, a *deliberação coletiva*, constituindo-se assim em verdadeira junta governativa, na qual o voto de cada um, inclusive o de seu chefe, pesava por igual da mesma balança.

"Tudo concorre, portanto, para escoimar a revolução do caráter exclusivamente militar, que, por uma falsa observação dos fatos, se tem pretendido dar-lhe, em manifesto detrimento da verdade histórica."

A memorável sessão da Câmara dos Deputados, a 11 de junho, teve em Campos Sales um participante e seu cronista. Assistiu à cena em que Joaquim Nabuco termina seu discurso com uma grave advertência: "O honrado presidente do conselho deve inspirar-se no seu patriotismo para que o ministério não possa ser em caso algum o último da Monarquia. Testemunha insuspeita das cenas extraordinárias que ali se desenrolavam ponderou ele: "Gritos no recinto da Câmara, entre frações rivais, de – Viva a República e Viva a Monarquia – pareciam indicar que nos estávamos aproximando, por uma gravitação irresistível, da hora da substituição.

"O nobre presidente do conselho", apostrofou o veemente padre João Manoel, "está satisfeito: supõe-se um triunfador. Como se engana. A sua vitória é de Pirro. Pela escada que subiu há de rolar na praça pública coberto de maldição". E, ao terminar a sua ardente peroração, bradou: – "Abaixo a Monarquia, Viva a República."

"Achei-me no meio da grande multidão que enchia o recinto da Câmara e assistia, agitada, às peripécias sensacionais daquela sessão, escolhida pelo primeiro-ministro da Coroa para lançar as linhas de uma política reacionária, e que, no entanto, abria oportunidade para as mais ruidosas expansões do sentimento republicano em face do poder monárquico. Após as explicações usuais, acerca dos motivos que determinaram a retirada de um Ministério e a entrada de outro, a *sessão parlamentar tinha perdido de todo a sua serenidade, assemelhando-se antes a um meeting, em plena praça pública e com todos os arrebatamentos das paixões populares*. Parecia travada, entre os dois princípios, a luta decisiva na qual um dos contendores teria fatalmente de sucumbir; e o aspecto geral dessa luta

não permitia aos que a observaram prognosticar desenlace favorável à Monarquia. Quase em protestos levantavam-se gerais e estripidosas aclamações à República, mostrando-se impotente a palavra mal-ouvida do enérgico presidente do conselho , que se exauria em esforços inúteis para levantar o prestígio da causa decaída.

Muitas versões circularam durante aqueles dias de amargurada angústia para o trono brasileiro. Se elas não eram rigorosamente verdadeiras, exprimiam contudo o estado geral dos espíritos, caracterizando o sentimento da Época. Contava-se que na tribuna dos diplomatas alguém sentenciara: "Está perdida a Monarquia."

Atribuíam-se ao senador Dantas, ao sair da Câmara, estas palavras, que envolviam uma previsão e um conselho: "Depois disto, o que resta é abrir caminho para que a República entre sem abalo."

D. Antônio, bispo do Pará, dissera: "Acabo de assistir a uma sessão da Convenção Francesa. Os dias da Monarquia no Brasil estão contados."

Outros propalavam que o sr. Saraiva, na sua conferência de Petrópolis, adiantara ao imperador este parecer: "O que V. M. deve fazer ao findar este reinado é entregar a Nação à Coroa que ela deu a V.M. em 1831."

– Mas, minha filha?

– A princesa é muito religiosa, segundo se diz, e deve resignar-se.

Terminou a sessão, conforme as práticas do regime, com um voto de desconfiança. No dia seguinte, o presidente do Conselho, após uma conferência com os seus colegas, foi a Petrópolis buscar o decreto de dissolução da Câmara dos Deputados. No mesmo dia, como obedecendo a uma ação conjunta, o príncipe consorte partia em visita à províncias do Norte do Império, no paquete nacional *Alagoas*, o mesmo para cujo bordo, na madrugada de 17 de novembro daquele ano, teria de ser transportado o sr. D. Pedro de Alcântara, com todos os membros da família imperial, por ordem do Governo Provisório.

As articulações para a revolta são confirmadas: "No dia 6 de novembro de 1889, recebi uma carta de Aristides Lobo, entregue com todas as precauções por seu sobrinho, o ardoroso republicano Francisco J. da Silveira Lobo, na qual me dava parte do que se passava no Rio de Janeiro das confabulações entre os republicanos e algumas patentes do Exército, e me prevenia para que dispusesse os elementos paulistas de modo a poderem intervir com eficácia no momento oportuno, visto que, ponderava ele, o movimento revolucionário ganhava terreno e tudo indicava a proximidade da ação decisiva. Procurei imediatamente, como me cumpria, Bernardino de Campos e Rangel Pestana, a fim de inteirá-los de tudo, e sem perda de tempo telegrafei a Francisco Glicério, em Campinas, e a Prudente de Morais, em Piracicaba, dizendo-lhes que motivos urgentíssimos exigiam, na Capital da província, a sua presença para assunto da máxima gravidade.



"Ao primeiro acrescentei que viesse preparado para seguir imediatamente para o Rio. Glicério veio e partiu. Prudente de Morais telegrafou-me: 'Só posso ir amanhã, sendo indispensável. Repliquei que era indispensável, e ele efetivamente veio no dia seguinte.'

"Entretanto, começamos a celebrar reuniões secretas, nas quais nos ocupávamos detidamente dos meios de secundar a revolução, promovendo em São Paulo a organização dos elementos de ação e até do seu governo futuro.

"Entre outras providências, coloquei-me em secreta inteligência com alguns dos oficiais do 10º de Cavalaria, que se achava de guarnição na Capital paulista. Favoreceu-me o acesso ao respectivo quartel uma carta do bravo militar, hoje general, Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, apresentando-me a seu parente, alferes do mesmo corpo. Outra carta de Quintino Bocaiúva, que era então chefe oficial do Partido Republicano Brasileiro, por investidura do Congresso Republicano Federal, confirmava as informações já recebidas. Esta carta foi-me entregue por Medeiros e Albuquerque, que vinha encarregado de prestar esclarecimentos de viva voz. De novo escreveu-me Aristides Lobo, em data de 10 de novembro, dizendo-me, entre outras particularidades, o seguinte: "Estamos em atividade, e cumpre trabalhar aí sem descanso. Glicério não telegrafou porque não é caso disso agora. Acho conveniente que você mande chamar o Prudente e ponha ao fato de tudo. Ele deve ficar apercebido bem como você, de que em momento dado podem ser precisos aqui. Amanhã devemos saber o que houver de decisivo."

"Como medida de precaução, adotamos em São Paulo uma chave telegráfica para nos entendermos com o Rio de Janeiro, sem risco de sermos descobertos ou de descobrirmos os nossos companheiros. Por esse tempo andavam em grande atividade os empréstimos sob garantia de hipoteca ou penhor agrícola, por intermédio de bancos designados pelo governo para a prestação de auxílios à lavoura. Foi em torno dessa medida governamental, destinada a gerar simpatias para o trono, que os republicanos organizaram a sua chave telegráfica. Entre outras combinações, ficou assentado o seguinte: – Banco, significava Exército; transação, revolução; penhor agrícola, 10º de Cavalaria, etc, etc.

"Dada esta combinação, recebi a 12 de novembro, do Rio, o seguinte telegrama de Glicério: Banco aceita transação: Mande notícia penhor agrícola. Traduzido, continha esta notícia decisiva: "O Exército resolvido a fazer revolução. Mande notícia do 10º de Cavalaria."

Por esta forma, os republicanos paulistas acompanhavam de perto o movimento revolucionário e eram informados das particularidades ocorrentes, o que os habilitava a tomar deliberações que as circunstâncias reclamavam. No dia 15 de novembro, um telegrama de Santos, recebido ao meio-dia, perguntava-me o que se passava no Rio. Compreendi que do

que se tratava era positivamente da revolução, que em vista daquela pergunta, julguei haver já estalado no seio da Monarquia. Corri ao telégrafo nacional e os empregados informaram-me que a linha estava interrompida desde cedo. No entanto, a multidão agitava-se nas ruas, crescendo a ansiedade geral ante as notícias incompletas que chegavam, notícias que, para muitos, indicavam apenas uma crise a resolver por uma simples mudança de Ministério, mas que para os republicanos , informados como estavam, prenunciavam a proclamação da República. De fato, às duas horas e meia, recebi de Santos o seguinte telegrama do considerado chefe republicano Silva Teles, informado dos sucessos do dia pelo cabo: "Consta tudo feito na corte de modo completo e definitivo. Telégrafo não aceita notícias mais desenvolvidas."

Estas particularidades seriam, talvez, excusadas, se não servissem para pôr em relevo a influência que coube ao elemento republicano exercer na revolução de 15 de novembro de 1889. A propaganda republicana operara a evolução nos espíritos: a revolução armada veio à hora justa de remover os obstáculos materiais.

A Monarquia estava condenada. Aproximava-se o termo do segundo reinado e era manifesta a geral inquietação com que se aguardava o advento da Princesa Isabel. "O poder pessoal – disse, por seu órgão na imprensa, notável ex-ministro do gabinete de 20 de agosto, – o poder despótico, o poder senhorial é, sim, exercido neste momento pela regente. O terceiro reinado anuncia-se pelo abastardamento, que começa comprometendo os partidos políticos e acabará comprometendo a própria Coroa."

O testemunho é de quem observava o grande cenário da política nacional por detrás dos bastidores. Dominado pelas mesmas apreensões e sob a influência dos acontecimentos, dizia eu em um escrito que dei à publicidade em princípios de junho de 1888, quando se esperava a todo o momento a notícia do falecimento do Imperador, que se supunha agonizante na Europa:

"As leis físicas constatam que, à aproximação dos terremotos, certos animais experimentam angústias extraordinárias, que são o aviso profético da iminência do acidente. São assim também as leis sociológicas em relação aos cataclismos do mundo moral. Há um pressentimento geral revelado pelo órgão de alguns, que denuncia a aproximação, indicando a sua marcha sinistra e ininterrupta. Eis positivamente o estado a que tem chegado a nação brasileira. Ao aproximar-se o advento do terceiro reinado, a consciência pública sente-se angustiada pelos pródomos de uma crise tão profunda como jamais fora sentida. Uma inquietação pungente e sombrios pressentimentos são o anúncio profético de grandes desgraças, que ameaçam a pátria."

Depois acrescentava:

"Há na vida dos povos momentos em que as forças estáticas se destroem e os acontecimentos se precipitam com extraordinária celeridade. Nesses momentos, todo o processo lento, que conduz às idéias por caminhos demasiado extensos, deve ser totalmente abandonado por ser fundamentalmente ineficaz. Para as situações como estas, só o grande e indisputável direito dos povos oprimidos, o processo sumaríssimo, pronto, rápido – a revolução que devora o tempo e o espaço, em busca da vitória. Mas, objetam os tímidos: Isabel acaba de ser vitoriada pelo povo e aclamada a Redentora. Sim; mas a história registra nos seus velhos e novos arquivos exemplos de popularidade de um dia, servindo de véspera ao infortúnio perpétuo. Maria Antonieta era aclamada nas ruas de Paris, 'quando o destino já a tinha feito pisar o primeiro degrau do cadafalso'."

Não foi assim, ainda bem, no Brasil. Uma revolução incruenta, sem ódios, sem os bárbaros instintos da vingança, mas ao influxo das mais generosas aspirações e gerada no puro sentimento do amor da liberdade e da pátria, destruiu a única Monarquia americana e prescreveu para sempre os direitos dinásticos, fechando a história do segundo reinado.

Uma revolução popular elevou D. Pedro II ao trono brasileiro antes da época natural da sucessão; uma revolução parlamentar deu-lhe a investidura plena dos poderes majestáticos antes do tempo prefixado para a capacidade política, e finalmente uma revolução republicana o derrubou do trono, banindo do Brasil a Monarquia.

Refere o ilustre sr. Jaceguai, testemunha ocular, "que na noite de 16 de novembro de 1889, após a comunicação do governo provisório, levada ao paço pelo coronel Mallet – de que tudo estava pronto para o embarque – uma caleça, seguida de um piquete de cavalaria, conduziu a passo toda a família imperial até o cais Pharou. O Conde d'Eu, o almirante Tamandaré, ele e outras pessoas acompanharam a pé a carruagem. O largo do Paço estava deserto, guardadas todas as suas avenidas por tropas de infantaria e cavalaria. Um lancha em que estava o capitão-tenente Serrano conduziu a família imperial para bordo do Parnaíba.

## *SITUAÇÃO DIFÍCIL PARA OS PAULISTAS*

## CAPÍTULO III

Campos Sales entrava, pela primeira vez, em uma Secretaria de
Estado no próprio dia da posse, como ministro da Justiça do
primeiro governo provisório. Aí se manteve até 22 de janeiro de
1891, quando se demitiu com seus companheiros de Ministério: "A
grande parte de responsabilidade que me coube, na orientação política
da época, não me permite deixar sem detida referência esse aconteci-
mento, que reputo culminante na história do novo regime. Sinto que me
ocorre o dever de revelar tudo quanto se passara na intimidade do meio
político em que me encontrei, a fim de tornar bem patente que, se fui ar-
rastado pela corrente irresistível dos fatos, não deixei, todavia, ante a
clara perspectiva de funestas conseqüências, de empregar com pertinên-
cia os meus melhores esforços para conseguir detê-la no seu curso fatal.
Não é, entretanto, agora que vou escrever essa história. Limito-me a
transplantar para estas páginas as notas que fui registrando, à medida que
os sucessos se desenrolavam. Aqui não há, portanto, um simples esforço de
memória, que é suscetível de enganos, mas a reprodução fiel do que está
escrito, com o apoio de testemunhos irrecusáveis.

No seio do governo provisório predominava uniforme e incontroverso
o pensamento de que se devia conferir ao marechal Deodoro da Fonseca
o mandato de presidente da República, tão depressa se achasse esta
constitucionalmente organizada. Era essa, seguramente, a direção do
sentimento republicano. Sem possuir muitas das qualidades que caracte-

rizam o homem de Estado, o glorioso soldado conseguia, entretanto, em boa parte, supri-las pelo seu grande coração de patriota, pela nobreza dos seus sentimentos e por uma lealdade inexcedível. Demais, a República fora a sua obra, pois ele fora a força que interviera no momento psicológico para garantir o êxito revolucionário. E é incontestável que, amado até a idolatria no Exército, acompanhado de uma vasta fama de bravura, adquirida nos campos de batalha, e coberto de serviços à Pátria, ninguém dispunha, como ele, de tanto poder de fascinação para atrair e dirigir as classes militares em um movimento contra a Monarquia. Mas uma ocorrência inesperada veio alterar de modo sensível a atmosfera de entusiasmo e simpatia que circundava a figura legendária do chefe do governo provisório – foi o caso da *Tribuna*.

Aqui começam as minhas notas.

No dia 28 de novembro de 1890, às seis horas da tarde, procurou-me o deputado Sampaio Ferraz, chefe de polícia, para comunicar-me haver recebido, diretamente do marechal Deodoro, ordem de efetuar a prisão do proprietário e redator da *Tribuna*, jornal monarquista, e obrigá-lo a suspender a publicação da folha. Motivava esta ordem o fato de ter sido nela transcrito, nesse mesmo dia, da *Revista de Portugal*, um artigo de Frederico de S., com acerbos comentários e veementes invectivas à individualidade de Deodoro.

Sem demora, dirigi-me ao Palácio Itamarati, onde encontrei o marechal excessivamente irritado e firmemente resolvido a fazer executar a ordem dada ao chefe de polícia. Procurei por todos os modos desviá-lo desse propósito, ponderando que, com o recente decreto de 22 de novembro de 1890, revogando o de 23 de dezembro de 1889 e o de 29 de março de 1890, tinha sido levantado o interdito e restituída a liberdade à imprensa, e que, portanto, incumbia ao governo dar o exemplo de respeito e acatamento aos seus próprios atos com força de lei. A princípio, Deodoro insistira, dizendo-me:

'Alguns batalhões do Exército estão dispostos a desafrontar-me e projetam um assalto à *Tribuna*.

'Mas V. Exa. consentirá nisso?

'Eu já disse que, se eles o fizerem, estarei dormindo para não ver nada.'

Reforçando, porém, as minhas ponderações, consegui demover o marechal, que acabou por autorizar-me a dar a contra-ordem ao chefe de polícia, assegurando-me ao mesmo tempo que procuraria evitar qualquer ato de violência contra a *Tribuna*.

Já eram nove horas da noite, quando parti do palácio para a Secretaria de Polícia, onde deixei ordens terminantes em sentido inteiramente contrário às que tinham sido dadas, pessoalmente, pelo chefe do governo provisório. Parecia-me estar resolvida toda e qualquer possibilidade de um acontecimento desagradável.



Ao terminar a conferência ministerial do dia seguinte, o marechal mostrou-me uma carta, que lhe dirigira o redator da *Tribuna*, na qual este dizia "que tinha certeza de ser atacado naquele dia (29) e que, não confiando absolutamente na polícia, recorria à suma autoridade para pedir garantias". (Textual.) Depois, tranqüilizou-me, dizendo que nada aconteceria, visto que nesse sentido tinha providenciado. À noite, porém, às 8:30 h, com grande surpresa minha, do *Jornal do Comércio* me foi comunicado, pelo telefone, que naquele momento a *Tribuna* estava sendo assaltada. Parti imediatamente para ali, mas, ao chegar ao edifício em que funcionavam as oficinas da *Tribuna*, estava tudo consumado.

No assalto tomaram parte oficiais e praças do Exército.

Atribuo o deplorável desenlace à criminosa oficiosidade de amigos mal-inspirados. O certo é, porém, que o ministro da Justiça, a quem incumbia prever e prevenir, se encontrava numa situação de completa incompatibilidade com o chefe do governo. Tomei, portanto, a resolução de convocar para o dia seguinte (30) uma reunião dos meus colegas do Ministério, na Secretaria de Justiça. Nessa reunião, depois de haver dado conta do ocorrido, declarei que estava deliberado a dar a minha demissão, cujo pedido já estava formulado em carta:

'Generalíssimo. Não tenho conseguido obstar o lamentável sucesso da noite de ontem com relação à *Tribuna*, apesar dos esforços que para isso empreguei e dos quais foi V. Exa. a melhor testemunha, venho apresentar a V. Exa. a minha demissão do cargo de ministro da Justiça . . .'

Os meus colegas presentes declararam-se solidários comigo e opinaram pela retirada coletiva do Ministério. Nesse intuito, dirigimos ao marechal a seguinte carta:

'Exmº. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório.

'Do lamentável sucesso ocorrido ontem à noite com relação à *Tribuna*, resulta evidentemente para os membros do governo provisório uma penosa responsabilidade. Desde que se deu o atentado, a opinião pública tem o direito de condenar-nos, inquirindo de nós qual uso fazemos da autoridade de que nos achamos investidos. Em tão crítica emergência, consultando o que devemos à nossa consciência e à nossa pátria, e o que devemos à vossa própria pessoa como chefe do governo provisório, julgamos cumprir um dever imperioso resignado os cargos que exercemos, etc. etc. (Assinados: Floriano Peixoto, M. Ferraz de Campos Sales, F. Glicério, E. Wandenkolk, José Cesário de Faria Alvim, Quintino Bocaiúva).'

O marechal, porém, recusou-se obstinadamente a aceitar a exoneração, e por tal forma insistiu na permanência de todos os ministros que tivemos a necessidade de anuir às suas instâncias para evitar mais graves complicações. Já então apareciam as primeiras manifestações da parede

dos cocheiros, receando-se nessa noite graves perturbações da ordem pública, cuja extensão e cujos intuitos não podiam ser previstos. Foi nessa situação que os ministros se resignaram a permanecer nas suas posições por mais algum tempo.

Continuou, entretanto, indelével no espírito público, a impressão de desgosto deixada pela fatal ocorrência. Por outro lado, era evidente que tinham sofrido sensivelmente as relações de boa camaradagem entre o chefe do governo provisório e os seus ministros. Evitada no momento, a retirada dos ministros deveria sobrevir necessariamente logo depois.

Deodoro era o ídolo do Exército, que dele não abria mão, como não deixaria escapar o poder conquistado, pela força, a 15 de novembro. Sua candidatura surgia, naturalmente, porque os militares estavam convencidos de que eram os fundadores da República, que lhes competia tutelar e só um deles, precisamente o chefe que proclamara a República, estava em condições de ocupar a suprema governança."

Campos Sales teve a missão de convencer os paulistas dessa realidade de aço. Ele narra a sua tarefa, com o brilho do jornalista e a sutileza do político: não será a primeira vez, nem a última, que se incumbe de resolver uma situação difícil para os paulistas.

Realizadas as eleições republicanas, Campos Sales foi eleito senador, por São Paulo: "Era nestas condições que ia ser iniciada a campanha da eleição presidencial no seio da Constituinte. As aspirações opostas à candidatura de Deodoro já não encontravam um campo fechado e impenetrável.

Como era natural, começaram a surgir as ambições. Veio dar maior incremento ao incipiente movimento de hostilidade à candidatura de Deodoro a prevista demissão coletiva do Ministério de 15 de novembro de 1889, fato que produziu grande sensação, principalmente porque fora o resultado da resistência oposta pelos ministros à projetada concessão de garantia de juros para a construção do porto das Torres, concessão que teria de beneficiar um amigo íntimo do marechal.

O desgosto, que era geral e que mais fundo se manifestava nos círculos acentuadamente republicanos, cresceu de ponto quando se verificou que entre os novos ministros não se encontrava senão um republicano histórico, o sr. Justo Chermont, a quem foi distribuída a Pasta das Relações Exteriores.

O espírito público impressionado e apreensivo, buscando no caso da *Tribuna* e no fato da retirada do Ministério os sinais ameaçadores de um governo propenso à violência e ao arbítrio, começou a inclinar-se para outra candidatura à primeira Presidência da República, temendo que o marechal Deodoro, influenciado pelo meio em que se colocara, não fosse o mais próprio para inaugurar o novo regime nas práticas salutares da obediência à lei e do respeito à opinião.



Confesso que não cheguei a partilhar estas apreensões, que, se em muito eram sinceras, a alguns patronos de novas candidaturas não serviam senão de um recurso vulgar da cabala. Apenas organizado o novo Ministério de 22 de janeiro, no dia seguinte recebi a visita do sr. Lucena, reconhecidamente a influência preponderante nos conselhos do governo. Além de certas particularidades, aliás de alta significação política que me referiu, declarou que, sendo a sua intenção agir de acordo comigo, desejava saber, antes de tudo, qual seria a conduta dos representantes paulistas em relação ao governo. Respondi com sinceridade e franqueza para corresponder à lealdade com que ele me interpelava em nome dos interesses do País. Disse-lhe que os paulistas faziam política de acesso ao governo, mas de princípios; que as nossas idéias quanto à organização da República tinham sido manifestadas quando se discutia e se votava a Constituição; que jamais seríamos um embaraço ao governo, desde que este, por sua vez, não tentasse impedir a consagração dos nossos princípios na Constituição; que, finalmente, éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até a separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República Unitária. Enfim, procurei expor com precisão e franqueza o meu pensamento.

O sr. Lucena respondeu-me de pronto, sem hesitações nem subterfúgios, que aceitava sem reserva as minhas idéias e acrescentou, com delicada intenção: – V. Exa. será o ministro da Justiça, de fato, com faculdade para dar execução às reformas que realizou nesta Pasta. Quanto aos negócios de S. Paulo, V. Exa. será o ministro de todas as Pastas.

Despedimo-nos, finalmente, ficando eu com a impressão de que a nova situação devia inspirar-nos inteira confiança. Transmitindo esta impressão aos meus amigos, aconselhei-os a que evitassem pronunciamentos em contrário, visto que o momento se afigurava da maior gravidade para a República.

Entretanto, ia ganhando progressivo desenvolvimento no seio da Constituinte a cabala contra Deodoro. O elemento militar, na Constituinte, fracionava-se, assumindo alguns oficiais atitude de franca hostilidade. Surge nos corredores da grande assembléia a candidatura de Floriano Peixoto.

Vi que era urgente agir para impedir que uma ação desordenada pudesse acarretar, em uma solução imprevista, complicações comprometedoras da paz pública e das próprias instituições. Convoquei uma reunião dos meus companheiros de representação de São Paulo para o dia 26, a fim de tomarmos francamente, na questão presidencial, uma atitude consoante ao nosso ponto de vista político. Reputava-se de grande alcance a opinião dos representantes paulistas, que pesava muito na balança política de época. Aí ficou assentado que sustentaríamos a candidatura de Deodoro para presidente da República. A notícia desta deliberação, dada

pela imprensa, no dia seguinte, produziu, em geral, excelente impressão e ainda maior tranqüilidade de ânimo.

A esta reunião não esteve presente o dr. Prudente de Morais, que se havia ausentado para Piracicaba.

Dias depois, recomeça em alguns grupos o movimento contrário à candidatura do marechal Deodoro, sob a direção ostensiva de Demétrio Ribeiro, deputado pelo Rio Grande do Sul, general José Simeão, senador por Pernambuco, e contra-almirante Custódio de Melo, deputado pela Bahia.

Sem o menor intuito de deprimir os méritos que possa ter cada um destes personagens, e, antes, reconhecendo-lhes incontestável valor, é do meu dever, contudo, assinalar aqui a diversidade dos móveis ou sentimentos que concorreram para levá-los a uma combinação de forças contra o chefe do governo provisório.

O dr. Demétrio Ribeiro, esforçado e talentoso propagandista da República, a muito que se achava em divergência com os seus velhos companheiros do Rio Grande do Sul. Para ele a eleição de Deodoro significaria a consolidação da predominância política de Júlio de Castilhos, no seu Estado, do mesmo modo que para este o advento do governo de Floriano Peixoto seria a elevação, na política estadual, da influência do seu antigo companheiro de propaganda. Não eram, pois, somente os altos problemas do governo da União que entravam em causa; parece que também o interesse particularista da política rio-grandense concorria para estimular a ação do íntegro ex-ministro da Agricultura, aliás o mais perseverante e arguto dentre os contendores que se apresentavam na arena.

O general Simeão, tão cheio de serviços à Pátria, não teve a fortuna de estrear-se na vida política com brilho igual ao da sua carreira de bravo militar. Nomeado pelo governo provisório governador do Estado de Pernambuco ao proclamar-se a República, um incidente da política local criou-lhe tais dificuldades que o seu velho camarada, o marechal Deodoro, julgou conveniente convidá-lo a deixar aquela comissão de natureza puramente política. Este incidente produziu-lhe ressentimentos que nunca mais se apagaram. A luta surgida no seio da Constituinte teve para ele todos os atrativos de uma vindita.

Custódio de Melo, que, para glória do seu nome, bastaria o inolvidável feito de 23 de novembro, fora sempre declarado antagonista de Deodoro da Fonseca. O seu temperamento colocara-o sempre, invariavelmente, na corrente das resistências.

Tais foram os chefes da grande campanha no seio da Constituinte: cada um impelido por sentimentos que lhe eram peculiares, mas todos unidos para o fim comum.

Já ia adiantada a última discussão do projeto de Constituição quando os chefes do movimento tomaram a deliberação de mudar de tática, levantando resolutamente a candidatura de Prudente de Morais, para presidente e a de Floriano Peixoto para vice-presidente. A tática era hábil, mas transparente. Queriam eles, por este modo, arrastar a um tempo, para a sua causa, a representação paulista, que era uma força, e os amigos de Floriano Peixoto, que eram numerosos. Era, em suma, a reunião dos dois elementos — civil e militar.

Na presidência da Constituinte, Prudente de Morais conseguira impor-se, por sua austera serenidade e por um espírito de imparcialidade sem desvios, à estima e ao respeito de todos.

Foi assim que ele pôde fazer prevalecer a sua autoridade sem contraste na direção da numerosa assembléia, em cujo seio não se encontrava a coesão política, que é a condição fundamental da disciplina parlamentar. Pode-se dizer dele o que disse eminente escritor, referindo-se a J. Grevy, na presidência da grande assembléia de Bordeus, tão semelhante era a sua composição à da nossa Constituinte: "A sua atitude fria, impassível, sabiamente imparcial lhe havia granjeado a benevolência de todos e preparara surdamente o caminho para o êxito de ambições muito veladas e muito tenazes. " Eis o homem que a perspicácia dos adversários de Deodoro descobriu para contrapor-lhe.

A questão tomava agora um aspecto excepcionalmente melindroso para os representantes paulistas: ou repudiar a candidatura de Deodoro, já por eles aceita, expondo-se a todas as conseqüências da luta, ou combater a do seu próprio companheiro de representação. Nestas conjunturas convidei o dr. Bernardino de Campos, igualmente com a reponsabilidade de chefe, para uma conferência reservada, que se realizou no dia 19 de fevereiro, no antigo Hotel Moreau, onde eu residia. A ela assistiu o deputado paulista e ardoroso republicano dr. Carlos Garcia, que na ocasião ali estava. Fiz então as seguintes ponderações, que copio textualmente das minhas notas:

que a candidatura de Prudente, levantada exclusivamente como estratagema de guerra contra Deodoro, a meu ver não contava elemento de êxito;

que, dado, porém, o triunfo, parecia certo que uma parte do Exército, pessoalmente dedicado a Deodoro, não se resignaria a deixá-lo cair, e, conforme os boatos que já circulavam, mais provavelmente tentaria uma revolta contra o eleito da Constituinte, proclamando a ditadura do vencido;

que, nestas condições, o primeiro efeito da vitória do candidato civil seria uma divisão e, conseqüentemente, um choque entre as duas frações do Exército, acarretando as mais funestas conseqüências e até a guerra civil;

que, em qualquer das duas hipóteses, vencedores ou vencidos no pleito, teríamos concorrido para uma profunda agitação interna, que vi-

ria perturbar o País e impedir que a organização dos Estados fosse feita por quem tivesse exata compreensão da índole e das exigências do novo regime;

que, na hipótese mais provável, senão certa, de prevalecer a candidatura de Deodoro, devíamos prever que o seu governo não deixaria de adotar contra nós uma política de reação, afastando da direção, no nosso Estado, como nos outros, o elemento republicano;

que, nas nossas previsões, não podíamos fixar limites à reação, que ia desencadear-se, mudando a face da política em todos os Estados;

e que, finalmente, em presença de tais perspectivas, o que me parecia mais conveniente, para evitar uma conflagração na República, no momento preciso da sua organização definitiva, era alcançar de Prudente que ele próprio retirasse a sua candidatura.

Bernardino de Campos e Carlos Garcia abundaram nos mesmos conceitos, ficando assentado que, no dia seguinte (20), eu e o primeiro iríamos levar a Prudente, com absoluta franqueza, o nosso comum pensamento.

No dia 20, de acordo com a resolução tomada, eu e Bernardino procuramos falar a Prudente de Morais, no então Hotel Lisboa, em Santa Teresa, onde também se achavam dois deputados paulistas – Paulino Carlos e Alfredo Ellis.

A estes demos parte imediatamente dos intuitos que para ali nos levavam, expendendo todo o nosso pensamento. Sem hesitação nem reserva, eles manifestaram-se na mais completa uniformidade de vistas conosco. Em seguida passamos todos para os aposentos de Prudente de Morais, com quem travamos detida e franca conversação sobre os motivos da nossa visita. Falamos com a franqueza, precisão e sinceridade que entre nós sempre foram observadas durante essa longa e íntima convivência de velhos e leais companheiros na fase memorável da propaganda republicana. Abordamos diretamente a questão, fazendo sentir a Prudente de Morais a conveniência da retirada da sua candidatura por sua própria iniciativa. Durou cerca de cinco horas esta entrevista, sem que pudéssemos alcançar uma solução. Prudente limitava-se a dizer que não era candidato e que outros é que tinham pensado em apresentá-lo.

Mais de uma vez nos disse:

'Eu já declarei ao general Simeão que não sou candidato; mas que, se apresentarem uma candidatura civil (sublinhando as palavras), rompo com a bancada paulista para dar o meu voto a esse candidato.'

Estava claro o seu pensamento: se não com o seu nome, com o de outro qualquer, combateria a candidatura de Deodoro.

Não obstante, prosseguíamos no nosso empenho de mostrar a Prudente que todas as conveniências da República aconselhavam a retirada da sua candidatura. Houve, afinal, um momento em que ele cedeu:



'Está bem. Podem fazer declarar pela imprensa, em meu nome, que não sou candidato nem autorizo que levantem a minha candidatura. Mas passem pela casa do general Simeão e dêem-lhe conhecimento desta minha resolução. Devo-lhe estas atenções.'

Julgávamos, enfim, vencidas todas as dificuldades, e eu e Bernardino apressávamos as nossas despedidas para irmos, sem perda de tempo, aos jornais, quando ouvimos esta exclamação de Prudente:

'Quem sou eu para bater-me com o Generalíssimo!'

Na ironia da frase e no acento com que fora proferida, descobríamos o mais profundo sentimento, o desejo de não ceder, a vontade de perseverar. Na verdade, tendo retrucado que a nossa intenção não era obrigá-lo a constrangimentos, pois estávamos pugnando por uma solução espontânea, vimos completamente perdido, e para sempre, o terreno que chegamos, por momentos, a supor adquirido.

Retiramo-nos. Prudente mantinha de pé a sua candidatura, bandeira de guerra habilmente arvorada no seio da Constituinte pelo triunvirato hostil a Deodoro.

As sessões da Constituinte tinham sido interrompidas por determinação da mesa, para dar tempo à comissão de redação de apresentar o seu parecer sobre o projeto da Constituição, já votado em última discussão.

A primeira sessão, após essas ocorrências, foi a do dia 23. Aproveitaram-se dela os cabalistas para fazerem circular entre os constituintes as notas sugestivas das suas estatísticas, que demonstravam que a adesão dos representantes paulistas asseguraria, de modo definitivo, a vitória da candidatura civil. Depois do que se tinha passado no Hotel Lisboa, julguei que as circunstâncias me impunham outra atitude. Fiz constar, com toda a publicidade, que os representantes paulistas sustentariam unanimemente a candidatura de Prudente de Morais. Por dever de lealdade, fiz com que igualmente chegasse ao conhecimento do marechal Deodoro e dos seus ministros a atitude que agora assumíamos.

Não é que eu tivesse modificado as minhas opiniões na mínima parte. Ao contrário, eu as mantinha convencidamente, quer no concernente ao êxito do pleito, para mim sem probabilidade alguma, quer quanto às funestas conseqüências que deviam decorrer da luta.

Ao sr. Eduardo Gonçalves, membro da mesa da Constituinte, dizia eu na tarde de 24: 'Amanhã vamos praticar o nosso maior erro político. Eu vou arrastado.' Tal era a minha convicção inabalável acerca da oposição que se movia à candidatura de Deodoro.

Mas, no ponto a que tinham chegado as coisas, quando a credulidade ingênua acolhia os ardis da cabala, estabelecendo a crença de que o triunfo dependia exclusivamente do concurso dos votos paulistas, é claro que sobre nós recairia, para sempre, a responsabilidade da derrota de Prudente de Morais, se acaso persistíssemos em recusar-lhe o nosso

apoio, sobretudo tendo em vista que, na opinião de muitos membros da Constituinte, o efeito moral do pronunciamento dos paulistas bastaria para atrair a adesão de várias outras representações.

Tal era o sentimento de muito dos congressistas, e, conquanto eu não o partilhasse, entendi dever submeter-me, sob essa pressão moral. Foi por isso que me deixei arrastar pela corrente, prevendo embora que ela nos levaria a grandes desastres. Foi uma *fraqueza de que me arrependo ainda hoje*, porque o meu dever era resistir sempre e não condescender jamais com essa aventura, inspirada por ambições diferentes, cujas conseqüências não podiam escapar às previsões de nenhum espírito clarividente.

Cedo, apresentavam-se as perspectivas do perigo, e, circunstância curiosíssima, os que mais o temiam agora eram exatamente aqueles que mais tinham concorrido para torná-lo eminente. No dia 24, ao chegarmos à Constituinte, tivemos conhecimento dos boatos alarmantes que circulavam, segundo os quais, realizada a hipótese da eleição de Prudente, uma parte considerável do Exército aclamaria a ditadura de Deodoro e dispersaria a Constituinte. Estávamos, eu e Prudente de Morais, na sala da presidência da Constituinte, com alguns outros representantes, quando se fez anunciar e foi recebido o tenente-coronel do Exército, Carlos Soares, hoje general, parente e amigo de Prudente. Referiu-nos este oficial, com as precisas reservas, que a guarnição militar projetava dissolver a Constituinte à viva força, se Deodoro não fosse eleito presidente; tivera a confirmação disso depois que ouviu alguns comandantes de corpos.

O tenente-coronel Soares trazia a convicção de que Deodoro apoiaria o plano de uma revolta militar. A estas informações acrescentou que Floriano Peixoto não era hostil a Deodoro e que, ao contrário, já havia recomendado a sua candidatura a deputados cearenses.

Terminado o incidente, fiz ver a conveniência de nos entendermos francamente com Floriano, para conhecermos de modo positivo as suas intenções. Procurei-o incontinenti, comuniquei-lhe o que ocorria acerca de sua atitude e ele declarou-me com firmeza que sustentava a candidatura de Prudente. Em vista disso e dos boatos alarmantes que circulavam, lembrei-lhe a conveniência de uma conferência reservada, na qual somente tomaríamos parte ele, José Simeão, Prudente de Morais e eu. Ficou assentado que, naquela mesma noite, às oito horas, nos encontraríamos na residência do general Simeão. Eu próprio fiz os avisos a Simeão e a Prudente.

Às oito horas em ponto, o general Simeão recebia-me na sua sala, às escuras. Algum tempo depois, entrou o marechal Floriano Peixoto, e cerca de nove horas era recebido o general Manoel Luiz da Rocha Osório, deputado pelo Rio Grande do Sul, que vinha da parte de Prudente de Morais comunicar que este não podia comparecer, por se achar incomodado, e me constituía seu representante naquela reunião. Entramos em assunto. Antes de tudo, os dois generais achavam gravíssima a situação e não dissimulavam a posição crítica em que se encontravam os adversários de Deodoro, sendo que em favor deste pendiam as simpatias do Exército. Segundo o balanço que eles fizeram do estado das forças, senão a totalidade, uma grande parte ao menos dos corpos da guarnição tomaria o partido de Deodoro e o aclamaria ditador, caso fosse outro candidato triunfante na Constituinte. Já eles próprios deixavam transparecer que a melhor hipótese, a que menores desgraças acarretaria, seria a da eleição de Deodoro.



Contudo, opinamos todos que não era possível recuar àquela hora, sem desonra, e ficou assentado, por indicação minha, que, caso fosse eleito Prudente, receberia ele a investidura do cargo imediatamente, instalando-se o governo legal da República no próprio edifício da Constituinte, onde todos aguardaríamos os sucessos, organizando, com os elementos que tivéssemos, a defesa contra o ataque das tropas revoltadas. Todos os oficiais nossos correligionários apresentar-se-iam fardados na sessão do dia seguinte. Foi tudo quanto se pôde deliberar naquela conferência, da qual sabíamos com as tristes apreensões que para lá tínhamos levado.

Foi nesta situação de espírito que se abriu a memorável sessão do dia 25, na qual ia ser eleito o primeiro presidente da República pelo sufrágio do mais graduado eleitorado que jamais se reuniu neste País.

Travou-se o combate dos votos; venceu o marechal Deodoro da Fonseca; mas é aí que se encontra o ponto de partida para as lutas formidáveis que por muito tempo trouxeram perturbada a República, e que por vezes regaram com sangue precioso o solo da Pátria."

Campos Sales refere, ainda, um encontro que teve com Floriano.

"A 27 de outubro de 1891 tive uma conferência com Floriano Peixoto, à rua Santa Alexandrina nº 8, combinada entre ele, Pires Ferreira e outros, tendo por fim tratar da sucessão de Deodoro, cuja morte se julgava iminente.

Aí, depois de termos tratado do objeto principal da nossa entrevista, ocupamo-nos de vários outros assuntos.

Referindo-se à eleição presidencial, pela Constituinte, disse-me o marechal Floriano que estava convencido de que, caso triunfasse a candidatura civil, a tropa ter-se-ia revoltado, e, com Deodoro à frente, teria dispersado a Constituinte. Acrescentou que isto lhe fora revelado quando se achava em convalescença, nas Paineiras, em princípio de fevereiro, para onde se dirigiram algumas pessoas a fim de avisá-lo disso, após uma reu-

nião de grande número de militares, na qual se assentou que, a não poder ser eleito Deodoro, o Exército só aceitaria *ele*, Floriano.

'Por que, então – perguntei-lhe –, não me fez estas revelações antes da eleição, quando, conhecedor dos fatos, eu poderia evitar talvez a luta?

'Julguei-me obrigado a nada dizer, porque o meu nome estava envolvido no pleito. Reconheço que foi um grave erro aquela luta, e já estamos vendo as funestas conseqüências'."



*A DITADURA PRESIDENCIAL*

# CAPÍTULO IV

Quando o marechal Deodoro da Fonseca, com seu Ministério na atitude de um estado-maior na posição de sentido, teve um governador da sua escolha em cada uma das províncias do antigo Império, a República havia recebido a sua estrutura definitiva. Pode-se mesmo dizer que ela estava definitivamente organizada . . .

***

Na derrocada instantânea e em grande parte inesperada de 15 de novembro, só a organização militar subsistira. Nela tinha, portanto, que ser vazada a nova organização do Estado . . .

"A confirmação do marechal Deodoro como grande autocrata, pela sua eleição para o novo posto de presidente da República, no dia seguinte à promulgação da nova Constituição, foi apenas uma operação complementar da grande manobra militar de 15 de novembro." Assim analisa e define a situação do primeiro ano da República um dos mais ilustres e argutos de seus analistas, José Maria dos Santos.

Outro contemporâneo, com as credenciais notáveis de propagandista e fundador da República; ministro da Justiça do primeiro governo provisório; senador, depois governador de seu Estado; e, finalmente, presidente da República – Campos Sales –, não difere, em seu juízo, ao rememorar aquele tempo, quando o País deveria iniciar sua vida republicana, sob a égide de uma Constituição: "Ao instalar-se a primeira sessão ordinária do Congresso da República, em 15 de junho de 1891, ninguém po-

dia dissimular as sombrias preocupações que lhe anunciava o espírito ante a ação interventora e reacionária, largamente desenvolvida pelo governo nos Estados. Assistíamos, positivamente, à reprodução fiel das famosas cenas de *derrubada*, que, sob o Império, caracterizavam tristemente as situações políticas que se inauguravam. Era a *política de desforras e represálias*, ominoso legado da Monarquia, estendendo-se até a República, graças ao que ainda restava do regime decaído, no organismo da Nação.

Havia cessado, de direito, a ditadura no tocante à autoridade federal, desde o dia 25 de fevereiro, em que, por virtude da eleição do presidente, ficaram definitivamente constituídos os três poderes soberanos da República. Certos puritanos censuravam-me por ter antecipado, no governo provisório, a organização e investidura do Poder Judiciário; foi, todavia, por efeito desse ato, não de impensada precipitação, mas de meditada previsão, que se pôde chegar, com o último voto da Constituinte, ao estado de completa formação dos aparelhos federativos.

Permanecia, entretanto, na sua plenitude, de direito e de fato, o regime ditatorial nas relações entre a União e os Estados. Estes aguardavam, como base indispensável, a promulgação da Constituição Federal, para encetar o trabalho da sua reconstrução sob os novos moldes: achavam-se, portanto, ainda subordinados pelos laços da mais rigorosa dependência aos poderes da União, quando *sobre eles se desencadeou a ação violenta da política do Centro*. Essa circunstância vinha favorecer de modo excepcional a realização dos intuitos do novo governo constituído.

A federação não estava organizada."

***

"O aspecto que oferecia o Congresso, logo nos primeiros dias de sessão, era o de uma grande liça política, em que cada um vinha tomar a sua posição de combatente. Executivo e Legislativo eram dois antagonistas que ali se encontravam. Tais foram os contristadores auspícios sob os quais se inauguraram as funções dos grandes poderes políticos da República nascente."

Campos Sales se impõe "uma conduta sistematicamente tolerante, moderada e prudente, em face dos atos do governo, porque receava que, dos choques entre os poderes públicos, pudesse surgir a anarquia", isto porque "não é mister abrir lutas com os secretários do presidente da República e nem isso seria possível, em um regime em que a autoridade é unipessoal, concentrando-se, portanto, toda a responsabilidade na pessoa do depositário único do poder".

Campos Sales expressava um consenso parlamentar. A obediência passiva tornara-se a única condição de existência dos corpos legislativos. Ele expressara bem porque o *depositário único do poder* era o comandante que



mandava, diretamente, na tropa e o administrador que tinha nas mãos a chave do Tesouro.

No mês de agosto agravou-se o estado de saúde de Deodoro. Na mesma ocasião, Floriano adoeceu: "Esta emergência se nos afigurava melindrosíssima, dada a ausência completa de elementos republicanos no governo, tal como este se achava constituído. Pareceu-nos conveniente, ante a iminência de semelhante perigo, adotar sem perda de tempo as medidas de precaução que os próprios destinos da República reclamavam.

Levados por estes receios, reunimo-nos, por vezes, Quintino, Prudente, Bernardino, Aristides Lobo, Glicério e eu, nestas reuniões concordamos todos em que nos achávamos, positivamente, na presença de um caso de salvação pública, sendo por isso indispensável que procurássemos, pelos processos mais adequados, chegar à comparticipação do governo, para que, dada a eventualidade que julgamos provável, ao elemento genuinamente republicano pudesse caber a direção dos acontecimentos em bem da República. Animava este plano a suposição em que estávamos de que o sr. Lucena, o ministro que mais dispunha de confiança pessoal de Deodoro, ia perdendo muito da sua estima, o que abria probabilidades para uma nova organização, em que preponderasse a influência de amigos nossos. Quintino Bocaiúva, que jamais tivera atritos com o marechal Deodoro, cuja estima pessoal gozava no mais alto grau, pareceu-nos um caminho natural para a nossa política. Seria ele o organizador de um Ministério histórico. Para aí dirigimos as nossas tentativas. Cedo, porém, verificou-se que estávamos em erro: o sr. Lucena continuava nas graças do presidente da República e na plenitude da sua confiança pessoal.

Eram estas as nossas preocupações, quando fui procurado pelo sr. Pires Ferreira, deputado por Piauí, governista e amigo do sr. Barão de Lucena, que insistia para que eu aceitasse uma conferência com este, tendo em vista um acordo político, que ele reputava útil e seguro. Sem aceitar nem recusar o convite, ponderei que só me parecia praticável, como ato de reconciliação, uma combinação ministerial mais de harmonia com o sentimento geral do Congresso. Assegurava o sr. Pires Ferreira ser possível dar entrada no Ministério a alguns republicanos históricos. Em vista disso, promovi uma reunião, em que tomaram parte os amigos já mencionados e mais o dr. Ubaldino do Amaral. Aí, deliberou-se, com os fundamentos já expostos, quanto à gravidade da situação, que entrássemos na negociação de um acordo, tendo por base uma recomposição ministerial com a entrada de três, pelo menos, dos nossos amigos – Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral e Bernardino de Campos, nomes bastante significativos para indicarem uma nova orientação governativa, acentuadamente republicana. Armado desta autorização, aceitei a entrevista

com o sr. Barão de Lucena para o dia 14 de setembro, às oito horas da noite, na residência do sr. Pires Ferreira.

Das palavras e das explicações que ouvi, ficou-me a impressão de que estava tratando com um cavalheiro digno, leal e bem-intencionado. Era patente a sinceridade do desejo que ele nutria de reconciliar o governo com o Congresso. Conversamos longamente, e com maior franqueza de parte a parte, sobre os principais assuntos da política e sobre os diversos projetos que corriam os seus trâmites na Câmara e no Senado. Quando lhe disse que, por seus amigos, eu sabia que ele desejava uma aproximação com os elementos oposicionistas, de pronto o confirmou, acrescentando que não achava difícil uma combinação política, visto não haver partidos organizados, nem divergências de idéias, e que, portanto, lhe seria fácil encontrar-se em harmonia com os novos companheiros de Ministério. Ponderei então que da nossa parte desejávamos que fossem contemplados três, pelo menos, dentre os nossos, não por simples questão de número, mas porque julgávamos que assim o governo receberia um concurso mais forte deste novo elemento, ao mesmo tempo em que dávamos ao País uma demonstração prática de elevação dos nossos intuitos. Não punha dúvida em aceder, disse ele, porque também não fazia questão de número; mas só podia, naturalmente e sem ofensa a nenhum melindre dos seus colegas, promover a abertura de duas vagas; e declinou as razões por que assim pensava. Disse ainda que, preenchidas estas, conforme o acordo, as outras que fossem ocorrendo iriam sendo ocupadas conforme indicação nossa.

Às 11h30 da noite, despedimo-nos afetuosamente, tendo eu prometido levar-lhe uma solução logo que ouvisse os meus amigos.

No dia seguinte (15), em uma reunião, na residência do deputado A. Ellis, em que se achavam Quintino, Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Glicério, Prudente, Ubaldino do Amaral, Leopoldo de Bulhões e aquele deputado paulista, fiz a narração minuciosa de tudo quanto ocorrera na minha entrevista com o sr. Lucena, e, expondo as bases por ele aceitas para o acordo, pedi que me habilitassem a levar-lhe uma solução. Cada um por sua vez manifestou a sua opinião, na ordem seguinte:

– O sr. Glicério, depois de considerações atinentes à intendência do Distrito Federal e à política de Goiás, ponderou que, de um ponto de vista geral, não lhe parecia satisfatório o acordo, desde que tivessem de ser colocados no governo apenas dois dos nossos amigos, os quais, assim, não podiam imprimir à direção governativa o cunho da nossa política. Alvitrou que seria, talvez, mais acertado, uma vez que a direção não pudesse ser nossa, oferecermos o nosso apoio ao governo, independentemente da comparticipação de amigos nossos no Ministério – apoio que poderíamos retirar, quando desaparecesse do governo a orientação política pela qual pugnávamos.



– Campos Sales declarou-se resolutamente pelo acordo nas bases propostas, com a entrada dos srs. Ubaldino do Amaral e Bernardino de Campos para o Ministério, aceito o compromisso de serem as vagas, que posteriormente se abrissem, preenchidas por indicação nossa, e estabelecendo o pacto de uma política genuinamente republicana, quer nos Estados quer nas relações com o Congresso. Recordou que o ponto de vista tomado desde as primeiras reuniões foi que, na situação atual, afastados os republicanos das posições oficiais e entregue a direção do País a espíritos não preparados para a verdadeira compreensão e aplicação das novas instituições, se tornara de urgente necessidade promover a representação do elemento republicano no governo, para que aí se fizesse sentir a sua influência vigilante, em bem da República, dada a eventualidade de uma crise, aliás prevista, e que podia sobrevir a qualquer momento. Foi daí que partimos para o alvitre a que chegamos, de procurar tomar posição no governo. Se, porém, o ponto de vista foi errado, se a situação é normal, se ela não oferece perigos, então deixa de ser lícito tudo quanto estamos fazendo: não podemos continuar a negociar um pacto com o governo. Ao contrário, se o nosso ponto de vista foi tomado com precisão, se é certo que os acontecimentos nos colocaram no momento supremo dos grandes sacrifícios, parece que ficaríamos aquém das exigências da situação, se acaso persistíssemos em uma questão de número, quando nos afigura estar em jogo a própria sorte da República. A sua opinião é pela aceitação do acordo.

– O sr. Quintino Bocaiúva faz judiciosas considerações sobre a melindrosa situação em que se encontra a República, e pronuncia-se formalmente favorável ao acordo com o governo, na conformidade das bases expostas.

– O sr. Ubaldino do Amaral aceita também o acordo, retirando-se, porém, o seu nome da nova organização ministerial.

– O sr. Bernardino de Campos adere à mesma opinião, mas quanto à sua pessoa exprime o mesmo voto do sr. Ubaldino.

– O sr. Aristides Lobo manifesta com calor a sua adesão ao acordo, que reputa conveniente e de boa política; mas, para evitar dificuldades, entende que, depois de resolvido, deveriam ser ouvidos nesse sentido os representantes mais autorizados da opinião da Câmara, a fim de que o fato viesse a ter execução fácil e uniforme.

– O sr. Prudente de Morais considera inaceitável qualquer acordo; por isso o rejeita. A questão para ele é de confiança e entende que não se pode confiar na sinceridade do Barão de Lucena, a quem caberá sempre exercer influência preponderante e maléfica no governo. Pensa, ao demais, que os amigos designados para tomar parte no governo seriam ingloriamente sacrificados e forçados a retirar-se logo.

– O sr. Bulhões não se manifesta, dando a conhecer, entretanto, que

seguiria a opinião que fosse adotada.

Após esta manifestação do pensamento de cada um, fui de parecer que se houvesse por aceito o acordo, visto que, segundo a minha observação, não havia senão um voto divergente quanto à substância da questão, o qual era o do sr. Prudente de Morais. Pensava eu que havia a distinguir entre o voto do sr. Glicério e o do sr. Prudente: aquele, aceitando o acordo em princípio, tendia a melhorar as respectivas condições; este, porém, o rejeitava, formalmente, em princípio. Parecia, portanto, conforme opinei, dever-se considerar adotado o acordo. O sr. Quintino Bocaiúva, chefe consagrado, cuja palavra, cheia de autoridade e prestígio, fora sempre ouvida com grande acatamento nos altos conselhos da política republicana, interveio neste momento para declarar que, sendo dissidente o voto de um chefe de alta autoridade, julgava mais acertado ter o acordo por não aceito, visto que os espíritos mais exaltados da Câmara procurariam provavelmente amparar-se no prestígio desse voto para recusar a sua obediência à nossa deliberação. Parecia-lhe que nos iríamos achar em frente de novas dificuldades quanto à execução do acordo, procedendo estas do desencontro de opiniões entre os nossos próprios correligionários.

Achamos de tal modo poderosos estes motivos que resolvemos declarar rejeitado o acordo e terminadas as negociações com o governo.

Para se compreender bem a influência nefasta que esta resolução veio exercer sobre os destinos do País, bastará consignar que é aqui que se encontra o germe do golpe de Estado, que, 48 dias depois, dissolvia o Congresso Legislativo da República e proclamava a ditadura."

Em entrevista publicada na *Tribuna*, a 4 de dezembro de 1906, Quintino Bocaiúva prestou mais um depoimento sobre aqueles entendimentos:

"Colheram-se os votos, e, um por um, responderam sim todos os presentes, com exceção do que opinou por último. Este disse simplesmente, autoritário e seco: 'Não concordo.'

Não concordou, sem mais explicações; e vieram o golpe de Estado, a ilegalidade, a guerra do Rio Grande e todas as mais conseqüências, que, se não mudaram o rumo dos destinos do Brasil (quem sabe lá), ao menos retardaram o seu progresso por tempo incalculável."

A orientação política do governo, dirigida pelo Barão de Lucena, provoca atritos.

O fracasso dos diálogos entre o Executivo e o Legislativo leva novamente as partes e facções a se manterem irredutivelmente radicais; agora, porém, de maneira mais organizada e agressiva.

No dia 1º de outubro, a oposição se reúne e assina uma ata que determina "não somente acerca de certos atos legislativos e de outras medidas reputadas indispensáveis para a consolidação efetiva da República, mas ainda, especialmente, para o caso de o atual governo (membros do Poder Executivo) procurar, por atos e fatos, dissolver o mesmo Congresso, segundo as ameaças freqüentes que a esse respeito circulam".



Além do desgaste da influência de Deodoro no Parlamento, também entre as hostes militares que lhe haviam sido fiéis se escoa seu prestígio. Américo Brasiliense diz mesmo ao Barão de Lucena que "a situação do Generalíssimo não é a mesma de outros tempos, porque a maioria do Exército e de toda a Armada lhe são contrárias, e estão ao lado de Wandenkolk, Simeão e Peixoto".

De há algum tempo que o governo se vinha preocupando com a questão da lei sobre a responsabilidade do presidente da República. O projeto passara pelo Senado em agosto de 1891, sendo aprovado. Depois fora à Câmara, que o ratifica em três discussões, com emendas que restringem, ainda mais, a função do presidente da República. Voltara ao Senado, onde é aprovado sem emendas. No dia 22 fora levado ao presidente, Deodoro, para que o sancionasse. O marechal prende o projeto. Finalmente, em fins de outubro, veta-o.

O veto já era esperado, pois, se Deodoro o sancionasse, o projeto significaria um *impeachment* do Legislativo sobre o Executivo.

Assim mesmo, a Câmara inicia nova discussão do projeto, a 31 de outubro. Remete-o ao Senado.

Deodoro e o Barão de Lucena confabulam e se queixam da atuação de Prudente de Morais no Congresso. Temem que ele apresente, para a ordem do dia, o projeto de lei sobre as responsabilidades, o que viria, certamente, precipitar os acontecimentos.

O Barão de Lucena se oferece para procurar o vice-presidente, Floriano Peixoto. Deodoro acha inútil essa visita, pois Floriano nada fará para solucionar o caso. E acrescenta: "E fique certo de que, se ele se compenetrar da necessidade que temos de seu apoio, se atirará abertamente nos braços da oposição." Mas Lucena apresenta novos argumentos. Ou o governo estava forte, e, então, nada teria a temer, pois facilmente aniquilaria a oposição, "ou então será melhor não se prolongar mais a questão e decidir tudo de uma vez". A resposta do Generalíssimo é bastante irritada:

"Não posso por mais tempo suportar esse Congresso: é de mister que ele desapareça para a felicidade do Brasil; prepare o decreto de dissolução, e não se importe com Floriano Peixoto."

Lucena continua com suas ponderações. Floriano, além de vice-presidente era o presidente nato do Senado e também uma alta patente do Exército. Não podia deixar de ser ouvido. Assim, mais tarde, ele não poderia alegar que, com justa razão, era tomado por suspeito pelo governo e considerado adversário. Por fim, Deodoro se convence:

"Uma vez que entende que isto é conveniente, faça-o; mas vá só, não

leve consigo nenhum dos seus colegas, porque em presença de testemunhas Floriano não se abrirá, nem lhe falará com franqueza."

O barão vai à casa de Floriano, em Santa Teresa. Expõe-lhe as dificuldades do governo com o Congresso. Floriano concorda que o procedimento dos parlamentares era digno de censura. Lucena diz que se surpreende, pois a oposição proclamava, "a boca cheia, que tem V. Exa. do seu lado, como chefe, e que tudo quanto praticam é inspirado por V. Exa".

O marechal Floriano sabia dos rumores que corriam a seu respeito. "Não era verdade." Ele, apenas, "recebia os parlamentares a fim de aconselhá-los à moderação e à tolerância".

Lucena atribuía todo o mal à atuação de Glicério e Prudente. A situação se agravava porque o Congresso teimava em não dar orçamento ao governo, ou dar em tais condições que forçaria o Executivo a assumir uma ditadura financeira, incorrendo assim, mais tarde, em crime de responsabilidade. Havia também o fantasma da restauração da Monarquia. O governo se preocupava, no momento, com a próxima visita do príncipe D. Augusto, a bordo de uma fragata austríaca.

Floriano responde-lhe que o governo tem toda a razão de preocupar-se, pois sabia que os "sebastianistas" conspiravam e, se assim o faziam, era porque contavam com o apoio da Marinha, "da qual V. Exa. deve desconfiar".

O Barão de Lucena reforça o pedido para que o vice-presidente compareça ao Senado, assumindo-lhe a presidência, a que tem direito. Constava que, no dia seguinte, 2 de novembro, Prudente de Morais daria para a ordem do dia da próxima sessão o veto aposto à lei sobre crimes de responsabilidade contra a disposição constitucional e isto com o fim de poder denunciar o presidente da República. E acrescenta que, se Prudente fizer isso, Deodoro dissolverá o Congresso. Floriano tranqüiliza-o: "Fique descansado que nós salvaremos a República."

Floriano nada fez ou nada pôde conseguir de seus amigos, apesar da segurança que dera ao ministro do governo de Deodoro.

O Senado, no dia 2 de novembro, aprova o projeto, sem discussão. Devolvido à Câmara ele é aprovado por cima do veto do presidente da República.

Nesse mesmo dia, Quintino Bocaiúva comparece ao Palácio do Itamaraty,a convite de Deodoro da Fonseca. Dessa conversação nada resulta. Lucena, ao entender-se com Quintino e Campos Sales, pedira-lhes, também, sua intervenção para impedirem que o Congresso prosseguisse "na vereda tortuosa que estava trilhando". Em troca, o barão oferecera até a sua demissão. Mas não houve entendimentos.

Estava estabelecido o impasse.



## *DISSOLUÇÃO DO CONGRESSO*

# CAPÍTULO V

Diante dessa situação, Deodoro determina que Lucena prepare o decreto de dissolução do Congresso.

A oposição tudo fizera para evitar que tal medida se concretizasse, provocando uma greve dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e movimentos na Marinha.

No dia 3 de novembro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca assina o decreto e lança um manifesto à Nação, explicando os motivos daquele gesto. Era o resultado da deterioração política e econômica.

Diz Deodoro:

"Eis aqui o fim a que os acontecimentos e os fatos se dirigem. Lançadas a anarquia política e anarquia financeira na vida de um povo, este ou torna-se cúmplice da própria ruína, ou reage pela revolução, voltando-se para quem o pode salvar.

Conhecida, como está, esta situação anômala, criada pelo Congresso Legislativo a favor dos inimigos da República, estes aproveitam-se por todos os modos das dificuldades e do pânico geral para passarem despercebidos e hastearem no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica.

***

Contemporizei até agora. Se na crise em que se encontra a República eu não apelasse para a Nação, dissolvendo, como dissolvo, o atual Congresso, eu seria um traidor à Pátria.

***

A linguagem da imprensa partidária, filiada à causa da restauração, é um brado de insurreição diária e audaz.

Cada pequeno conflito popular de alcance mínimo é logo explorado como a guerra civil declarada, e por toda a parte o telégrafo anuncia a tirania e a matança.

Os discursos do Congresso estabelecem, diariamente, profunda divisão entre os poderes públicos, e são verdadeiras armas de guerra contra a República.

Não há uma lei votada firmando princípios; há, porém, a lei dos subsídios aumentados em proveito dos próprios que a decretaram, quando, aliás, tratando-se de melhorar a condição do País, eles a tudo se recusavam sob o pretexto de que estamos no domínio da bancarrota.

Para evitar todos esses males, resolvo, como disse, dissolver uma Assembléia que só poderá acarretar ainda maiores desgraças.

Assumo a responsabilidade da situação e prometo governar com a Constituição, que nos rege."

***

E ele ainda continua, dizendo que seriam respeitados todos os compromissos pecuniários; os contratos legalmente celebrados; os tribunais continuariam a funcionar; as leis que se opusessem ao interesse e à segurança seriam alteradas ou revogadas; o Exército e a Armada gozariam de todas as regalias e vantagens; e, finalmente, que um decreto convocaria, oportunamente, o novo Congresso.

O Manifesto é publicado no dia 4. A população recebe-o com preocupação. A dissolução do Congresso, o estabelecimento do estado de sítio, a suspensão das garantias constitucionais eram medidas inquietadoras.

No mesmo dia, o Congresso Nacional lança, também, o seu Manifesto, em resposta ao de Deodoro.

"O ato, pelo qual o chefe de Estado acaba de dissolver o Congresso Nacional, convocado para constituir legalmente a Nação e repor a vida pública nos seus legítimos fundamentos, promulgando a Constituição da República e as leis orgânicas que deviam dela emanar, é um atentado de tal ordem que não se encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos."

E terminam dizendo:

"Nós, membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos a fim de, neste momento angustioso para nossa pátria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos e que, se pudesse consumar-se à face do País e do mundo, seria o perpétuo opróbio desta nação.



Nenhum povo conquista e mantém a liberdade sem sacrifício.

É esta a lição da História."

Seguem-se 114 assinaturas de deputados e senadores.

Na verdade o ato de dissolução do Congresso não foi tão bem recebido como Lucena prognosticara, nem o estado de sítio ficou somente no papel. Os edifícios do Senado e da Câmara foram guardados por batalhões do Exército, a fim de evitar que os congressistas se reunissem. A polícia efetuou prisões de todos os oposicionistas destacados que não puderam fugir a tempo. Prudente de Morais, Campos Sales, Bernardino de Campos, Adolfo Gordo, Carlos Garcia, Alfredo Ellis e outros paulistas, iludindo a vigilância, conseguiram embarcar em Cascadura e em outras estações mais afastadas.

Deodoro expedira comunicação aos presidentes dos Estados, que se apressaram em hipotecar-lhe solidariedade, com exceção do tenente Lauro Sodré, do Pará. Em São Paulo, Américo Brasiliense apoiou Deodoro. Na Câmara estadual, o deputado Aureliano Coutinho apresenta uma moção de apoio ao marechal. Um grupo de deputados, liderados por Cincinato Braga, levanta-se em protesto. São eles: Júlio de Mesquita, Eduardo Guimarães, Bueno de Andrada, Rivadávia Correia, Vicente de Carvalho, Gonçalves Bastos, Paula Novais.

Deodoro estabelecera a censura à imprensa. Mas, como o estado de sítio abrangia somente o Distrito Federal e Niterói, os congressistas tentaram divulgar, em São Paulo, pelo *Correio Paulistano*, o seu manifesto, de autoria de Campos Sales. O Manifesto percorreu um caminho bem curto. Saído do prelo, foi apreendido pela polícia à porta da oficina. O texto condenado foi, porém, impresso em boletim de ampla distribuição.

Ante as manifestações favoráveis de quase a totalidade dos Estados, o governo se convence de que a Nação o apóia. E, com a certeza de dominar a situação, o marechal Deodoro pensa nas promessas anunciadas. Ele informa à imprensa que pretende corrigir a Constituição de 24 de fevereiro. E, assim, no dia 21 de novembro, decreta a convocação da futura eleição de deputados para 20 de fevereiro do ano seguinte. A abertura da nova Constituinte seria a 3 de maio.

## O CONTRAGOLPE

## CAPÍTULO VI

A situação não era tão tranqüila quanto, a princípio, supôs o governo. Logo no dia seguinte ao fechamento do Congresso, começam a se formar núcleos de resistência nos Estados. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco polarizam a conspiração. Por outro lado, a disposição de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e a corajosa oposição de Lauro Sodré muito contribuíram para precipitar os acontecimentos. Tudo fazia crer que se caminhava para a guerra civil.

Conspirava-se abertamente por todo o Rio de Janeiro e tinha-se como centro o próprio vice-presidente da República. Em sua casa, no Rio Comprido, Floriano recebia os conspiradores. O ambiente fervia com as informações que chegavam. Traçavam-se planos. Enumeravam-se adeptos. "De repente uma ducha enregelada: aparecia o marechal Floriano com o seu aspecto característico de eterno convalescente e o seu olhar perdido caindo sobre todos sem se fixar em ninguém. Sentava-se, vagarosamente; e no silêncio, que se formava de súbito, lançava uma longa e pormenorizada resenha dos achaques que o vitimavam. Era desolador."

O governo recebia, freqüentemente, denúncias, vindas de várias partes do País, relatando preparativos dos conspiradores. O governo ditatorial de Deodoro pousava sobre um vulcão. Paralelamente às atividades militares, organizavam-se movimentos grevistas destinados a paralisar os transportes, notadamente na E. F. Central do Brasil, onde era seu preparador um oficial da Marinha e deputado pelo Distrito Federal, José Au-

gusto Vinhais, e, também, o administrador das docas, capitão-tenente José Carlos de Carvalho. A greve do porto de Santos obrigara o governo a destacar para lá o cruzador *Trajano*. Por tudo isso todos os quartéis da Capital da República receberam ordem de ficar de sobreaviso.

Deodoro resolvera desafiar seus desafetos e para tanto decidira que passaria em revista as tropas, a cavalo, por ocasião da parada de 15 de novembro, quando se comemoraria o segundo aniversário da República. No Palácio do Itamaraty, Floriano assistira às comemorações ao lado do Barão de Lucena.

Nessa mesma noite, os ministros tiveram de se reunir sob a presidência de Lucena para tomar conhecimento das graves notícias que chegavam do Sul, onde se espalhava o fogo revolucionário.

O governo já conseguira reunir documentos comprometedores. Dependia apenas de Deodoro a prisão do tenente Vinhais, principal cabeça do movimento paredista da Central; do capitão-tenente J. Carlos de Carvalho, apontado como o instigador do pessoal marítimo para que aderisse à greve ferroviária; e mais Quintino Bocaiúva, Wandenkolk e Custódio de Melo. O ministro da Guerra, general Antônio Frota, era suspeito de conviver com os inimigos de Deodoro.

No dia 20 o Generalíssimo adoece.

A 22 rebenta a greve dos operários da Central do Brasil, ficando o tráfego interrompido. Chega um telegrama de Porto Alegre com notícias de graves acontecimentos. A revolução gaúcha se alastrava, protestando contra a permanência de Júlio de Castilhos.

Deodoro ordena que o almirante Foster Vidal, ministro da Marinha, parta para Montevidéu, em missão especial, ligada à repressão à revolta do Rio Grande. Designa os generais Almeida Barreto, Miranda Reis e Cândido Costa para prenderem, em seu nome, Quintino, Wandenkolk e Custódio de Melo.

O almirante Wandenkolk deixou-se prender em sua residência, pela madrugada, onde foi encontrá-lo o general Mena Barreto. Ao mesmo tempo o marechal Miranda Reis era encarregado da prisão do general José Simeão. O general Cândido Costa, menos feliz, espera Custódio José de Melo, 20 horas, na residência dele. Mas Custódio não aparece.

Assim que rebentava a greve na Central, o almirante Melo, chefe da Esquadra revolucionária, ocultara-se em casa do dr. Teixeira Brandão, na praia da Saudade. À tarde, quando Custódio soube que o Ministério estava reunido para deliberar a prisão de várias pessoas, entre as quais, possivelmente, ele estaria incluído, resolveu passar a noite no mar.

Acompanhado pelo capitão-tenente José Carlos de Carvalho, o almirante Custódio apossa-se do rebocador *Mayrink*, do encouraçado *Riachuelo* – onde instala seu comando – e, utilizando a lancha *Clarita*, toma o cruzador *Primeiro de Março*, o encouraçado *Solimões*, as



canhoneiras *Cananéia*, *Centauro*, *Carioca*, *Liberdade* e os torpedeiros *Iguatemi*, *Marcílio Dias* e *Araguari*.

O contra-almirante Saldanha da Gama, chefe do Estado-Maior da Armada, certificando-se de que Custódio dominava a Esquadra, comunicou-se com o Itamaraty, onde Deodoro repousava. Contando com o apoio da fortaleza de Villegaignon e de outros estabelecimentos navais, preparou-se para intimar os rebeldes a renderem-se. Por sua vez, o Barão de Lucena telegrafou ao governador do Estado do Rio para que providenciasse a defesa da Armação, a fim de impedir que os insurretos ali se fossem abastecer de munições.

Saldanha da Gama solicitou ao general Frota que lhe enviasse um batalhão de infantaria para tomar de abordagem o *Aquidabã*. Mas o ministro da Guerra respondeu-lhe que só o faria por ordem pessoal de Deodoro. Como este dormisse após uma forte crise de dispnéia, o almirante ficou esperando, indefinidamente, pela tropa do Exército.

Quando Deodoro acordou, passou a agir rapidamente, telefonando para todas as fortalezas que circundam a baía de Guanabara e mais a ilha das Cobras, com ordens terminantes de resistência.

O marechal apanhou um revólver, carregou-o e disse a seus auxiliares que os revoltosos só entrariam em palácio passando sobre seu cadáver. O Barão de Lucena se comove. Pensa na guerra civil. A saúde do marechal era precária. Por isso resolveu rogar ao Generalíssimo que abandonasse o poder, confiando-o a seu substituto legal.

Deodoro levanta-se, dá algumas ordens e, por fim, dirigindo-se aos presentes, declara: "Já não sou o presidente da República; vou pedir a minha reforma."

O vice-almirante Wandenkolk estava preso. Foi-lhe então comunicado por parte de Deodoro que, tendo entregue o governo nas mãos do marechal Floriano, mandava retirar a ordem de prisão. O almirante retirou-se do quartel-general do Exército e seguiu para a Secretaria da Marinha. Durante todo o percurso foi aclamado pelo povo.

Às nove horas da manhã, o Generalíssimo mandou o coronel Lobo Botelho, seu secretário, à casa de Floriano, para convidá-lo a comparecer em palácio a fim de assumir o governo. Floriano fardou-se e, acompanhado pelo coronel Botelho e mais o general Frota, dirigiu-se ao Palácio do Itamaraty.

O marechal Deodoro da Fonseca lança um manifesto em que diz:

"As condições em que, nestes últimos dias, porém, se acha o País, a ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei, e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara pátria aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me."

Dias depois, o marechal Deodoro seguia para Petrópolis em busca de repouso, por causa de seu estado de saúde.

O mal que afligia o velho marechal foi agravando entre maio e julho. No princípio de agosto perdeu a fala, só a recuperando pouco antes de morrer. A 22 de agosto de 1892 morria o marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Seu cadáver, conforme suas disposições, foi vestido em trajes civis. A família, respeitando sua vontade, recusou todas as homenagens oficiais.



*A CANDIDATURA CAMPOS SALES*

# CAPÍTULO VII

O choque entre o presidente da República, Prudente de Morais, e o chefe do Partido Republicano Federal, Francisco Glicério, havia cindido a maioria política. Os debates parlamentares tornaram-se de tal forma violentos e agitados que o recinto da Câmara parecia um campo de batalha. Usavam-se àquele tempo vistosas escarradeiras de louça ou de metal que, no acesso das discussões, eram atiradas sobre os adversários despejando seu conteúdo nauseabundo.

A parte mais numerosa do PRF passou a constituir a Concentração. Este núcleo se reuniu, em uma casa da rua Silveira Martins, no Catete, residência do deputado paulista Alfredo Ellis, com a presença, dentre outros, de Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Severino Vieira, Ubaldino do Amaral e Tomás da Porciúncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Era o estado-maior do finado PRF, que passava a se chamar, simplesmente, Partido Republicano.

Quando se abriu a questão sucessória, todos os nomes, até então lembrados, tinham passado para a oposição. Foi nestas condições que Campos Sales se impôs como republicano histórico.

Sertório de Castro faz o relato da gênese e fixação da sua candidatura: "Prudente de Morais talvez preferisse, naquele momento, ver triunfante, para receber o legado de sua agitada sucessão, a candidatura de seu grande amigo, ministro da Fazenda de seu governo. E Porciúncula deveria conhecer esse seu pensamento íntimo, porque o manifestou aos seus correligionários logo no começo da reunião. O fato, porém, é que,

apesar de todas as acusações que se lhe irrogaram, não procurou o presidente intervir com o peso e a força de sua autoridade, nem na escolha, nem tampouco na eleição de seu sucessor. Campos Sales havia-se tornado um candidato natural àquele posto, dada a excepcional situação que lhe advinha do passado, do grande valor pessoal, da confiança que despertava seu nome, da influência que exercia sobre a opinião nacional, do seu prestígio que havia consolidado em São Paulo.

Assim sendo, o que se decidiu naquela reunião foi apenas dar sanção a um pronunciamento que já se exprimia por manifestações reiteradas.

Campos Sales era, além do mais, um homem de envergadura; tinha a fibra de lutador e a energia combativa que as circunstâncias exigiam, certo como parecia que os adversários de Prudente de Morais não deixariam de envolvê-lo na mesma veemente oposição com que combatiam este, dadas as estreitas afinidades que os ligavam.

Severino Vieira saiu daquela reunião para o telégrafo, onde expediu um despacho cifrado para o conselheiro Luís Viana. No dia seguinte levantava a Bahia a candidatura Campos Sales. Idêntico procedimento tinha naquele mesmo dia Minas, à testa de cujo governo se achava o sr. Silviano Brandão. E alguns dias depois já se apoiava sua candidatura em São Paulo e em Minas, na Bahia, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, que tinha um único chefe poderoso e dominador, de autoridade política indivisível – o senador Augusto de Vasconcelos."

O grupo oposicionista, tendo como figuras principais os srs. Pinheiro Machado, Francisco Glicério, Lauro Sodré, Alcindo Guanabara, Lauro Müller e Vicente Machado, negou seu apoio a essa indicação. Sustentado pelo Rio Grande, pelo Paraná, por Santa Catarina e pelo Pará, era logo a seguir levantada uma outra candidatura de combate – a do sr. Lauro Sodré.

O senador rio-grandense, que centralizou esse movimento de resistência, tinha até, então, a superar-lhe a influência daquela que exerciam, juntos, fortalecidos pelo apoio do governo, os dois chefes preponderantes que eram o general derrotado pela moção Seabra e Aristides Lobo. Este, aberto à cisão, cmtinuou solidário com o governo.

O sr. Lauro Sodré, que fizera no Pará um governo notável, tornara-se a figura mais sugestiva dos militares políticos. Nenhum outro nome congregava em torno de si uma soma tão avultada de simpatias, nem gozava de maior e mais sólido prestígio no seio da mocidade do Exército, que parecia haver transferido para ele uma grande parte daquele culto que tributava a Benjamin Constant.

Desde, porém, que apareceu o programa do sr. Campos Sales, que tinha como companheiro de chapa o sr. Rosa e Silva – a grande expressão política do Norte – entraram as duas organizações partidárias num período inicial de decomposição.



Nesse elevado documento declarava ele ser candidato, não desta ou daquela facção, mas do Partido Republicano Histórico, que havia pregado e implantado no País as instituições vigentes.

A candidatura Lauro Sodré foi, como conseqüência, mantida apenas até o dia da eleição, ainda assim como uma homenagem pessoal ao candidato. O sr. Fernando Lobo, senador por Minas, seu companheiro como candidato à Vice-Presidência, era um republicano austero e de bom nome. Tão diminuído se considerou com a derrota eleitoral, em seu próprio Estado, da chapa de que fazia parte, que logo depois renunciava à sua cadeira senatorial.

Campos Sales e Rosa e Silva foram reconhecidos por unanimidade, sem nenhuma contestação.

A 18 de junho de 1897, Bernardino de Campos escreve a Campos Sales fazendo a comunicação. Assim, a Convenção, quando se reuniu, não fez mais que homologar uma opinião assentada nos altos conselhos da política republicana. Acusado de haver concorrido para a indicação de seu sucessor, Prudente de Moraes declarou, em solenidade pública, que tal não acontecera.

Conseqüentemente, o grupo que tomara a iniciativa de apresentar a candidatura de Campos Sales e a tornara vitoriosa pretendeu partilhar do poder. Também os oposicionistas de ontem festejaram o advento de um novo governo pressurosos em aderir. Campos Sales, embora demonstrando tolerância, advertiu, em sua primeira mensagem: "Isento das paixões do espírito de partido, a autoridade que vou exercer será posta ao serviço exclusivo da Nação." Contudo é em seu quatriênio que Pinheiro Machado, que chefiou a resistência inicial à sua candidatura, vai assomar ao primeiro plano até tornar-se a figura dominante no Senado.

Escrevendo sobre a eleição de Campos Sales e o quadro que encontrou, Tobias Monteiro, o mais autorizado de seus biógrafos e seu secretário, afirma: "Quando Campos Sales foi eleito presidente da República, em março de 1898, o Tesouro está exausto." Bosqueja a profunda transformação que o País atravessara, nos últimos nove anos. Abaladas pela Guerra do Paraguai e o movimento abolicionista, as finanças haviam convalescido e alcançado, em 1889, uma prosperidade desconhecida desde 1875, quando a crise bancária fizera baixar o câmbio da paridade vigente, já atingida e ultrapassada em 1872, a taxas menos elevadas que, entretanto, só em 1886 chegaram ao limite de 17 1/2, nos piores dias da reação contra o projeto de libertação dos escravos.

A Abolição da Escravatura fez-se, porém, sem maiores abalos. O mesmo Ministério que promulgou tão louvável medida conseguiu que o papel-moeda fosse cotado acima do par, a 28 dinheiros, enquanto a libra esterlina passava a valer menos de nove mil réis.

Expondo, com clareza, a situação financeira encontrada pelo novo

presidente, Tobias Monteiro elogia a administração de Francisco Belisário, iniciada em agosto de 1886 e que permitiu ao Ministério Ouro Preto contratar com o Banco Nacional, dirigido pelo Conde de Figueiredo, o resgate do papel-moeda existente, na importância de 192.000 contos, concedendo-lhe para esse fim a faculdade de emitir notas conversíveis a vista em moedas de ouro.

Apenas cinco meses e uma semana durou o governo iniciador de tão importante medida. Sessenta e três dias depois da sua queda, o governo provisório, que o sucedeu, alterava radicalmente o regime bancário, apenas iniciado, e fundava um banco de emissão com lastro constituído sobre títulos da dívida pública interna. A grave crise produzida por esse decreto entre os ministros, dos quais um se demitiu, o sr. Demétrio Ribeiro, resolveu-se com a criação de mais três bancos congêneres em Pernambuco, Bahia e São Paulo, aos quais se permitiu emitir também sobre a base de ouro, além da base de apólices.

Em 1893 as emissões acrescidas à do Tesouro excediam 600.000 contos; e maior parte delas, feita pelos bancos, era encampada pelo Estado, que se apoderava da parte metálica dos lastros. Nesse mesmo ano e nos seguintes até 1898 a cifra total das emissões subiu a 814,301:311$000. A elas tinha-se incorporado o valor de cem mil contos de bônus emitidos para auxiliar a indústria nacional. O câmbio médio do ano, que foi de 27 3/16 e de 11 9/16 em 1893, baixara para 7 3/16. O preço da libra esterlina subira respectivamente de 8$887 a 20$756 e a 33$391. Nesse ano de 1898 a extrema baixa mergulhara na casa de 5, a libra chegou a custar 42$000 e o franco 1$400.

A agitação política influía e determinava o aviltamento da moeda. Não havia tranqüilidade pública e o governo se desmandava: "O papel decisivo das classes armadas na Proclamação da República envolvera-as profundamente nos negócios políticos. Grande número de militares com assento no Congresso, no governo e nas assembléias estaduais e até em cargos outrora reservados aos civis, contaminavam-se sob a influência do espírito de partido, tão nefasto à Força Pública. Eram eles principalmente os elementos de ligação com os oficiais arregimentados e com muitos outros, embora não incorporados à tropa, mas, em virtude de suas comissões, em contato constante com os seus dirigentes. Tendo perdido o hábito da disciplina e adquirido, pela prática da discussão e da liberdade de divergir dos seus superiores, a incapacidade de subordinação militar, eles passaram a constituir o duplo perigo de ineptos para uma e outra vida, a profissional e a civil. A esta queriam aplicar a força como solução dos conflitos de idéias, com menosprezo dos mais hábeis para amortecer os efeitos dos maus governos, que ao seu ver deveriam sempre ser demolidos, sem levar-se em conta os males acarretados pela operação eliminatória.



Certos erros cometidos na vigência do governo provisório prepararam o terreno para tornar duradoura a intervenção militar no domínio da política. Já em junho de 1890 os ministros concebiam a idéia de demitir-se coletivamente e deixar o marechal Deodoro entregue às suas próprias inspirações ou às de homens sem capacidade de bem aconselhá-lo em situação tão melindrosa. Foi quando resolveram acompanhar Cesário Alvim, que recusava aquiescer ao desejo do chefe, disposto a dar garantia de juros ao capital de 200.000 contos para obras de saneamento do Rio de Janeiro. Foi Rui Barbosa quem achou o meio de vencer o marechal decidindo-o a esperar a demonstração do estado do Tesouro, incapaz de suportar aquele ônus, razão diante da qual o honrado soldado se inclinou. Durante os 15 dias de espera, os ministros prepararam às pressas o projeto de Constituição, calcado sobre o da comissão de republicanos históricos, presidida por Saldanha Marinho, e publicaram-no sob a forma de decreto, para servir de base às discussões da Constituinte. Quatro meses depois o projeto foi modificado em alguns pontos, para atender-se a argumentos valiosos expendidos no debate que se feriu na imprensa a respeito desse assunto.

A idéia, porém, de resistir a qualquer pretensão semelhante amadureceu. Opondo-se Glicério à concessão, também com garantias de juros, requerida para obras do Porto de Torres, no Rio Grande do Sul, e considerada pelo chefe do governo necessidade militar imprescindível e inadiável, todos os ministros foram solidários com o seu colega e daí resultou pedirem a demissão coletiva, concedida a 21 de janeiro de 1891.

Inúmeras e valiosíssimas foram as concessões feitas por aquele ministro e em todas consentiu o marechal, cujo apoio decisivo também dera ganho de causa, em janeiro de 1900, aos decretos de emissão publicados no dia 17 e combatidos pelos outros membros do governo provisório, a cuja revelia foram preparados.

Sintetizando o breve passado republicano: "Um ciclone passara sobre o Brasil. Quando começara a soprar, ninguém imaginava aonde iria seu furor, em cada camada da atmosfera, atingida pela tormenta, mais tremendo se tornava. Da demissão do governo provisório passava ao advento de Lucena; do domínio de Lucena à reação do Poder Legislativo; da candidatura Prudente à mudança na organização dos Estados; da recusa de acordo com Deodoro à dissolução do Congresso; do golpe de Estado às violências da legalidade; da reviravolta de Floriano no Rio Grande à revolução Federalista; da rivalidade entre Melo e Floriano à revolta de 6 de setembro; da revolta de 6 de setembro e da adesão de Saldanha à exacerbação do jacobinismo; da intolerância jacobina à cisão do PRF; do fanatismo político ao atentado de 5 de novembro.

Espalhavam-se no chão dos destroços da tempestade e a Nação só almejava reparar em paz as desgraças que a todos atingira. Eleito presi-

dente, Campos Sales pensou antes de tudo em certificar-se por si mesmo das conseqüências produzidas entre os credores estrangeiros por tantos erros acumulados. Tendo visto de perto, em sua viagem de 1892 a 1893, o desconceito do Brasil na opinião da Europa, procurou logo desviá-la em sentido oposto e inspirar-lhe novamente a confiança em nossos destinos."

José Maria dos Santos assinala que a idéia da moratória manifestou-se logo em 1896, antes de Prudente de Moraes entrar em licença e passar o governo a Manuel Vitorino. O Congresso não estava em boas relações com o Executivo. O projeto foi sendo adiado até a posse de Manuel Vitorino, quando a remodelação ministerial ensejou uma reorganização completa das finanças, baseado no arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, reorganização calcada, mais ou menos, no último plano do Ministério Lucena, em 1891. Essa providência soava mal e fora em oposição a ela que Floriano se declarara a "Sentinela do Tesouro". A situação não se modificara, desde então. O próprio Manuel Vitorino, em seu Manifesto político, declara textualmente que muito o preocupou a possibilidade, atentos os nossos hábitos de governo, de ser a soma recebida desviada da sua verdadeira e útil aplicação . . . Prudente de Moraes também viu a necessidade de evitar o negócio da Central, um dos fortes motivos de sua inesperada e ex-abrupta retomada do governo, em 4 de março de 1897. Obtida depois a submissão completa do Congresso, na eleição da mesa e na escolha do líder, no mês de junho, e estabelecido o pânico nos meios políticos, pelo estado de sítio e pelas medidas policiais conseqüentes ao atentado de 5 de novembro, o governo tranqüilamente obteve o consentimento legislativo da moratória, por uma simples emenda ao orçamento de 1898, na qual os senadores e deputados, abrindo mão das primeiras e mais rudimentares franquias dos parlamentos medievais, autorizavam-no a fazer as operações de crédito que entendesse, para o fim de reorganizar as finanças públicas e salvar o crédito do País . . .

Para ver bem o que o *funding loan* representou para o pundonor nacional dos brasileiros, seria necessário ler com alguma atenção os documentos da época. A operação, autorizada por aquelea forma, realizou-se sem o mínimo conhecimento público e em rigoroso círculo fechado, nela tomando parte, no Rio de Janeiro, apenas o ministro da Fazenda, Bernardino de Campos, e o representante dos banqueiros Rothschild, e, em Londres, aqueles banqueiros e Campos Sales, que acabava de ser eleito presidente da República para o quatriênio 1898-1902. Bernardino de Campos ainda pretendeu dar ao negociado uma forma que até certo ponto mascarasse a grosseira confissão de insolvibilidade do seu início. Nada, porém, obteve em tal sentido. Foi necessário que o caráter da moratória ficasse bem assinalado e bem claro, pela aceitação de fiscais da nossa pontualidade no cumprimento da concordata. Manoel Vitorino diz no seu manifesto que, em novembro de 1897, os telegramas de nossos



grandes credores da *City* já haviam passado da advertência paternal à insistência impertinente. Imagine-se portanto tudo quanto tiveram de ouvir, no decorrer daquelas negociações, os representantes da nossa democracia autoritária . . . O contrato, nos primeiros dias de junho de 1898, já estava completamente estabelecido, em todos os seus termos. Mas os banqueiros Rothschild esperavam tanto da nossa fidelidade às novas obrigações assumidas, que, no dia 9 daquele mês, seis dias antes da assinatura final no Rio de Janeiro, exigiram ainda de Campos Sales um compromisso pessoal escrito pelo efetivo e real cumprimento do negociado. O presidente eleito submeteu-se, dizendo ainda na sua resposta que recebera a carta na qual aquela exigência lhe foi entregue – *avec la plus grande satisfaction* . . . efetivamente, no capítulo IV do seu livro *Da propaganda à Presidência*, ele não escondeu a boa recordação que lhe ficou de haver podido supor-se de forte e decisiva influência na obtenção do *funding loan*. O crédito do Brasil valia tão pouco que, para admiti-lo com máximo possível de tranqüilidade, os financeiros londrinos já recorriam até ao endosso pessoal de um político, a quem afinal viam pela primeira vez . . . Ninguém no Brasil teve a mínima dúvida de que o *funding loan* fosse um terrível sacrifício imposto à dignidade do País pelos erros da administração republicana. As exposições mais ou menos eloqüentes da sua imprescindível necessidade e das suas grandes vantagens de ordem material que se encontram nos papéis oficiais da época e em toda as publicações que lhe foram dedicadas, não passam de laboriosas acrobacias de consciência. É necessário admitir, entretanto, que Bernardino de Campos, aceitando-o em pleno conhecimento, o fez na esperança de que ele pudesse realmente servir de base a uma completa reorganização financeira, dentro de uma orientação geral econômica inteiramente diversa da lançada em 1890 pelo ministro Rui Barbosa e que tão maus efeitos produzira até ali. O seu relatório da Fazenda de 1898 parece não deixar dúvidas a tal respeito. Já em 1897, servindo-se de uma autorização legislativa anterior, ela havia conseguido introduzir na tarifa de 1890 toda uma série de alterações que se traduziam numa redução média de 25 a 30%, no conjunto das taxas existentes. As considerações expendidas no relatório de 1898 indicavam que aquela primeira redução de impostos podia bem ser tomada como o passo inicial de uma política aduaneira inteiramente nova. Outra coisa não se pode compreender daquele documento, quando põe em especial relevo argumentos desta espécie: " . . . não deve a tarifa perder de vista a sua influência nas necessidades do consumo, dificultando ou proibindo a obtenção de mercadorias de largo uso que não são fornecidas pela indústria nacional, de modo algum, ou que o são de modo "insuficiente"; . . . o desenvolvimento do próprio trabalho nacional, a sua produção normal e a formação de sua riqueza "pelos processos naturais e legítimos poderiam ser embaraçados e até impedidos pelo in-

fluxo de tarifas excessivas, tolhendo o uso fácil de objetos necessários"; . . . "temos sofrido de ilusões perniciosas na criação de indústrias, nem sempre bem escolhidas, preterindo-se a agricultura e outros trabalhos que devem constituir os elementos primordiais da riqueza pública . . ." Bernardino de Campos, como se poderia deduzir das suas passagens pelo governo do Estado de São Paulo, foi talvez a melhor senão a única verdadeira organização de administrador produzida pela República. Muito ligado a um banqueiro e economista português, de idéias acentuadamente liberais, o conselheiro José Duarte Rodrigues, que na época deu publicidade a um trabalho deveras notável sobre os nossos problemas cambiais e financeiros, eles liam os mesmos livros e guardavam os mesmos pontos de vista, constantemente voltados para uma economia brasileira com fundamento constante na grande produção agrícola. Infelizmente, as condições gerais, políticas e econômicas, criadas pela República, já não permitiam muito o desenvolvimento de boas intenções, ainda mesmo que elas se apresentassem a título de necessária e providencial reparação . . .



*PRESIDÊNCIA CAMPOS SALES*

# CAPÍTULO VIII

A 15 de novembro de 1898 Campos Sales assume a Presidência. Bernardino de Campos é substituído, na Pasta da Fazenda, por Joaquim Murtinho, que tem outra orientação financeira e tributária. Mantém, contudo, a tarifa de 1897, em vigor em 1898, adicionando-lhe, em dezembro, um dispositivo mandando cobrar, em ouro, a décima parte dos impostos nela prescritos. Criticando a inovação, escreve José Maria dos Santos: "A cobrança de direitos em espécie diferente daquela admitida à circulação significa apenas que o governo se dissolidaria do conjunto econômico do País, para criar-se uma situação de privilégio no mercado do câmbio internacional. Esta simple consideração logo indica quanto uma tal medida comporta, ao mesmo tempo, de iníquo e de pueril. Sob o ponto de vista moral, dá-se que o governo, havendo criado uma moeda com o caráter de medida universal de valores, logo em seguida acrescenta: – Ela é boa quando eu pago; mas, quando recebo, é esta outra . . . Muito mais decente seria, sem dúvida, aumentar direta e francamente os impostos, que recorrer a tais expedientes. Sob o ponto de vista prático do câmbio monetário, qualquer um pode ver que, no conjunto da balança de pagamento de um país com o estrangeiro, nada significa que um certo número de saques tenha sido tomado por A ou B, pouco importando, em tais condições, que o governo tire dos particulares, desta ou daquela forma, os meios de prover as suas necessidades de fundos no Exterior. No fim, tudo se confunde no cômputo geral do que o país paga e recebe, como cotidianamente se vê das variações da

taxa cambial, convindo apenas indagar como a economia nacional suportou as contribuições que lhe foram impostas, da forma e na medida por que o foram. Ora, deste lado, a imposição de uma cota-ouro de 10% no pagamento dos impostos aduaneiros, encontrando-se então o câmbio à taxa média de 6 *pence*, indicava que, dentro daquela cota, cada 1$000 deveria ser contado a 4$500. Um manifesto de importação calculado para o pagamento de um imposto global de 100$000 passava a exigir 135$000, ou fossem 90$000, em papel, e mais 45$000, que é quanto valem os 10$000 ouro em papel-moeda, àquela taxa, segundo o padrão monetário de 1846. A redução de 30% feita por Bernadino de Campos na tarifa protecionista de Rui Barbosa, portanto, desaparecia, para ficar sobre ela apenas um aumento geral de 5%.

O sistema da cobrança em ouro dos impostos aduaneiros já fizera as suas provas em 1870, quando o Parlamento do Império o repudiou por antieconômico e desastroso, nunca mais o admitindo. Só uma administração que houvesse completamente perdido a noção dos nossos verdadeiros e mais imperiosos interesses poderia ainda pensar nele. Rui Barbosa, como para marcar bem o caráter e os imediatos resultados da sua construção fiscal de 1890, em 1891 o restabeleceu, mandando que ele fosse aplicado ao total dos impostos arrecadados. O Barão de Lucena, porém, que, estadista vindo da Monarquia, de todo ainda não perdera os ensinamentos do passado, imediatamente o abandonou. Bernardino de Campos, no seu relatório de 1897, também claramente o reprova. O fato de ele ter sido restaurado mês e meio após a entrada de Campos Sales no Catete mostra bem o espírito no qual a nova Presidência se instalou . . .

***

"Elevando, imediatamente, a tarifa Rui Barbosa, no limite variável da cota-ouro, ele mandava alargar aquela cota de 10 a 15%, em 1899, para proceder afinal, em 1900, a uma revisão completa de todo o nosso regime fiscal e tributário, que teria fulminado de puro espanto o próprio ministro Alves Branco, de 1844, se, mesmo no ambiente especial e conturbado daquela época, lhe houvessem falado de qualquer cousa semelhante. Com a multiplicação universal e intensiva dos impostos de importação, criou-se para os artigos de produção interna um minucioso e devorante sistema de selagem, que nada esquecia nem perdoava. Lançou-se uma contribuição especial sobre os lucros das sociedades anônimas, taxou-se tudo, incidiu-se com dois e três impostos sobre um mesmo objeto de tributação, estendendo-se enfim sobre o País, sobre todos os recantos da sua economia, a mais completa rede de extorsão fiscal de que poderia sonhar um governo invasor, para arruinar de uma vez e para sempre um povo conquistado. Nesse verdadeiro cataclismo tributário não houve o mínimo critério econômico, não entrou em consideração uma só das reações que



ele viesse a produzir no conjunto da vida nacional, como em qualquer das suas províncias, fora das exclusivas conveniências orçamentárias do governo. Em nada se pensou. Tratou-se apenas de arranjar dinheiro . . .

Os efeitos dessa política fiscal foram sendo sofridos pelo povo. Uma das medidas que mais celeuma despertou foi a *lei do selo*, que atingia faixa maior de contribuintes. A Associação Comercial, traduzindo o profundo alarma, designou uma comissão que foi ao Catete entrevistar-se com o presidente e pedir providências. A intromissão direta dos comerciantes comprovava a crise política, porque o Congresso não tinha poder nem dispunha de influência. Representava, apenas, a vontade dos governadores que *nomeavam* de fato os congressistas, sagrados por sua indicação, antes que consagrados pelas urnas. No novo jogo partidário os governadores estavam amarrados ao presidente e os senadores e deputados, amarrados aos governadores.

Campos Sales recebeu e ouviu os delegados da Associação Comercial, de cabeça alta e sobrecenho franzido, como era sua atitude habitual. Ouvidas as queixas, respondeu-lhes: 'Eu não posso ensinar patriotismo aos senhores; mas tenho meios de obrigar todos a cumprir a lei . . .'

As falências apareceram e se multiplicaram. Velhas firmas, casas comerciais de tradição requeriam a falência ou socorriam-se da concordata. Faliram quase todos os bancos nacionais. O próprio banco da República, o Banco do Estado, que tinha no governo federal o seu primeiro acionista e eleitor majoritário de sua diretoria, também fechou as portas, guardado por tropa de polícia para salvar-se da corrida vociferante dos correntistas. Nas zonas rurais, os fazendeiros, sem poderem vender seus produtos e sem crédito, fugiram para as cidades, pondo-se a salvo dos credores e trabalhadores locais aos quais deviam e não podiam pagar. O foro enchia-se de execuções, falências, cobranças, protestos de títulos.

Só a lavoura do café resistia. A imigração estrangeira concentrava-se nos Estados do Sul, onde o clima era favorável ao imigrante e ao cafeeiro. A tal ponto que, em 1902, o governo de São Paulo expediu um decreto proibindo a abertura de novas lavouras de café. Atingíramos o limite compulsório da prosperidade que nos era permitido. Era a escravidão econômica somando-se à escravidão política. Confirmava-se a sentença de Rui Barbosa, enunciada no texto de seu– *habeas-corpus* –, impetrado em 1892, ao Supremo Tribunal Federal em favor dos 13 oficiais-generais: '*O 15 de novembro não havia servido, realmente e em todas as formas da vida social, senão de transferir para o conjunto geral dos cidadãos o cativeiro de que em 13 de maio emancipamos os escravos . . .*'

Nessa época, porém, o desenvolvimento da indústria automobilística, principalmente nos Estados Unidos, e o uso do pneumático de borracha, abriram um novo surto de riqueza, com a utilização de um novo potencial econômico do Brasil ainda não largamente explorado. A borracha

nativa e abundante da Amazônia gerou uma fase de euforia, compensando, de certo modo, o descalabro financeiro dos grandes centros. As populações nordestinas emigraram, em massa, para o novo Eldorado. Surgiram em Manaus e Belém do Pará grandes centros, edifícios, teatros, em um esbanjamento de dinheiro fácil que a extração da borracha proporcionava.

Campos Sales mandara suspender todas as obras adiáveis, a fim de economizar o dinheiro possível para atender às exigências dos credores estrangeiros. A tributação brutal deixava saldos. A incineração do papel-moeda desses saldos traduzia-se na elevação da nossa moeda no câmbio internacional. Campos Sales pôde elevar o câmbio da taxa inferior a 5 *pence* para o limite máximo de 18, ao fim de seu governo.

A lavoura extensiva do café e o aproveitamento da borracha haviam salvo as finanças, proclamavam os partidários do governo, aplaudindo sua orientação.

Para José Maria dos Santos o quadro não aparecia tão risonho:

'Havia, sobretudo, o profundo desassossego das classes populares, determinado por uma vida de cada vez mais duras e maiores privações. Acentuava-se o geral empobrecimento da Nação, pela crescente desproporção da riqueza exportável, reduzida apenas ao café e à borracha, com a cifra geral demográfica em rápido e constante desenvolvimento. Não só aumentava a população existente, como mais ou menos se mantinha a grande corrente de imigração aberta em 1888. Os trabalhadores estrangeiros continuavam a afluir, atraídos naturalmente pelo grande País novo, mas inteiramente iludidos sobre as nossas reais condições econômicas, que uma interessada e equívoca propaganda no Exterior insistia em iludir e mascarar. Enquanto os fazendeiros de São Paulo se sujeitavam à proibição de novas lavouras de café, pelo temor de que os seus colonos, constituindo-se em pequenos proprietários, viessem aumentar as ameaças de superprodução, a União Federal e os Estados persistiam em subvencionar publicações mais ou menos fantasiosas que na Europa servissem de introdução ao sinuoso trabalho dos agentes de imigração, previamente munidos de contratos de passagens para os nossos portos. Pretendia-se conservar os imigrantes já chegados e fazer vir ainda muitos outros. Mas apenas para os ir tolerando em trabalhos de uma pequena lavoura para o consumo próprio, entre as carreiras dos cafezais existentes, como simples reserva de braços a preço módico, na espera das grandes colheitas em preparação nas novas árvores. Nos rios do Amazonas, a inevitável e progressiva elevação do custo de vida, conseqüente ao pesado sistema tributário, acabou por ir absorvendo todos os possíveis lucros da borracha. O trabalhador seringueiro, preso ao déficit da sua conta com o dono da exploração, foi perdendo na sua barraca os últimos direitos à liberdade. Ficou prisioneiro . . . Se assim as cousas se apresentavam nas



duas regiões consideradas as mais ricas, a grande massa da população no resto do País, sobretudo nas cidades do litoral, não tinha meios nem mesmo de prover regularmente às suas mais rudimentares necessidades. Por toda parte, alastrava-se o mesmo ambiente de estreiteza e de opressão. O brasileiro tornou-se um homem acerbo e desiludido, que maldizia do seu país, da sua raça, de si próprio e sistematicamente, até à crueldade, os seus homens de governo. Dos órgãos da imprensa só lhe mereciam atenção os que diariamente lançassem as mais sangrentas invectivas contra os detentores do poder público. Os outros, os que ainda pretenderam dar-se ares de moderação, ou desapareceram à míngua de leitores, com muito raras, raríssimas exceções, ou precipitaram-se de uma vez na vilania das subvenções oficiais. O aspecto geral era o de um intraduzível sofrimento, enquanto o nível moral do País continuamente afundava . . ."

# "PANORAMA VISTO DA PONTE"

## CAPÍTULO IX

Dunshee de Abranches teve uma vida agitada como político e jornalista. Apresentando um de seus livros – *Como se faziam Presidentes* –, Josué Monteiro o descreve: "A fibra polêmica de Dunshee de Abranches, a capacidade de dizer em voz alta as suas convicções, o seu horror à escravidão, a sua repulsa à Monarquia que mantinha o cativeiro e, sobretudo, a sua fé nos ideais republicanos já ali se delineiam e condensam, anunciando o polemista, o homem de jornal, o tribuno, o advogado, o parlamentar e o publicista que ocuparia inconfundível espaço na vida brasileira, durante sucessivas lutas da chamada primeira República.

Quando Prudente de Moraes ocupa a Presidência e, logo depois, Campos Sales é indicado seu sucessor e vai para o Catete, Dunshee de Abranches milita nas fileiras do Partido Republicano Federal, sob a chefia de Francisco Glicério. O rompimento de Prudente com o General das Vinte e Uma Brigadas, as manobras para fazer outro candidato, antes de Campos Sales reunir a maioria das forças governistas, quer dizer, decisivas para a eleição presidencial foram episódios vividos por Dunshee que trouxe do jornalismo o vício da bisbilhotice e a cautela de reunir documentação. Mais ainda: o hábito de escrever e transcrever acontecimentos e documentos, ordenados com habilidade, de modo a comprovarem o que ele dizia e induzirem às conclusões que desejava.

*Como se faziam Presidentes*, por isso mesmo, é um livro delicioso de ler e desperta a pena de que nenhum outro contemporâneo haja copia-

do o modelo. Porque nenhum dos jornalistas que viveram as sucessões presidenciais seguintes, nem mesmo Tobias Monteiro, José Maria dos Santos, Sertório de Castro, José Maria Belo, fez trabalho semelhante. Antes, escreveram em seus jornais e em seus livros o que viram, de onde viram e como viram, refletindo suas opiniões, traindo suas preferências, revelando suas simpatias, quando não desmascarando seus ódios.

Não que Dushee de Abranches tenha sido um observador isento de preferências e um narrador que primasse pela isenção, ou tivesse o dom da serenidade. Precisamente porque lhe faltavam esses predicados pôde apresentar o *panorama visto da ponte*, como na peça conhecida do famoso teatrólogo norte-americano, uma visão diferente, unilateral, contrária à versão mais conhecida, a que ficou na História, para as aulas e alegorias, formando a galeria dos ex-presidentes.

Quando se analisa a Presidência e a personalidade de Campos Sales, indo buscar, na gênese de sua candidatura, ainda na Presidência Prudente de Moraes, as causas das crises que enfrentou, torna-se indispensável apresentar, ao lado do depoimento do próprio Campos Sales – também servido do privilégio de escrever bem –, do testemunho de seu biógrafo, Tobias Monteiro, e das opiniões dos jornalistas, políticos e cientistas que são daquele tempo e sobre aquele tempo escreveram, esse Dunshee de Abranches, que, à semelhança do guerreiro Partha, lançou, em sua retirada, os mais mortíferos dardos, que permanecem até hoje nas páginas de seus livros.

O mês de novembro de 1896 trazia o fim da sessão legislativa, o término da legislatura, a antevéspera do ano que marcaria novas eleições e a convenção para escolha do futuro presidente da República e seu vice. Por outro lado, haviam-se agravado profundamente os sofrimentos de Prudente de Moraes. Assistíamos de perto ao exame a que o submetera uma das sumidades clínicas desta capital. Nós mesmos o observáramos também, buscando trocar a cegueira do amigo pelo olhar perscrutador do médico. Era doloramente desalentadora a miséria fisiológica daquele organismo depauperado e exangue. O estado geral parecia repelir qualquer tentativa de intervenção cirúrgica. E o nosso receio era que, de momento a momento, uma síncope viesse precipitar o desfecho fatal de tão rara e preciosa existência.

E, de fato, na vida de Prudente se concentrava para nós então toda a ação política do partido. Apesar de todas as suas impertinências e teimosias, que a lesão cística justificava, através dele a influência de Glicério se fazia sentir onímoda e constante. Quem administrava era ele e seus ministros, quem governava era o líder. E, diante das pérfidas intrigas da imprensa oposicionista e dos delatores que continuamente viviam a conturbar-lhe o ânimo, parecia que um espírito superior o encouraçava,



evitando que o ciúme ou uma ponta de rivalidade viesse um dia afastá-lo do chefe preclaro do partido.

O vice-presidente, em exercício, já não nos merecia a mesma confiança e tranqüilidade. Ainda não conhecíamos de perto Manoel Vitorino. A impressão mesmo que dele tínhamos lhe era desfavorável. Todos nós o achávamos um gênio voluntarioso e árdego, com certos caprichos e assomos perigosos. Uma vez definitivamente no governo, havia de querer impor as suas opiniões, levá-las por diante e acabar chamando a si todo o supremo mando da política. Já o havíamos seguido, apreensivos e contrariados, nessa campanha tenaz e violenta que, no seio do governo, travara pela pacificação. A sua palavra mágica seduzira os ministros, mesmo aqueles que intimamente mais o invejavam. A sua influência mais de uma vez se fizera sentir decisiva sobre Prudente, cabendo-lhe a iniciativa de atos gravíssimos e a responsabilidade imediata de acontecimentos que chegaram a ameaçar de perto a ordem pública, pelas explosões provocadas na parte mais ardente dos republicanos, fanática pelo marechal Floriano. E, desde a nomeação do general Inocêncio de Queirós para comandante-em-chefe das forças legais no Rio Grande até o pacto de Bagé, ele vencera a todos nós, discutindo com a superioridade de seu belo talento todos os assuntos mais relevantes nas conferências coletivas do Ministério, às quais freqüentemente comparecia.

Tudo isso fizera com que encarasse com maus olhos a parte mais radical do partido, onde havia de todos os matizes, desde o monarquista impenitente até o mais vermelho dos jacobinos. Os nossos amigos, especialmente do extremo sul, se só a custo já suportavam a Prudente de Moraes, tinham-no recebido de ponta. E debalde Pinheiro Machado, em longos telegramas, procurava convencê-los do contrário, mostrando-lhes que, na composição do novo Ministério, desde que obstinadamente os secretários do presidente enfermo se haviam recusado a continuar nas suas Pastas, nada fizera Manoel Vitorino sem ser de acordo pleno com a comissão executiva do partido, o que trouxera uma feição mais francamente republicana ao governo.

Efetivamente, pode-se dizer que apenas um ministro fora nomeado por iniciativa própria do presidente – o da Viação. Em Joaquim Murtinho descobrira o chefe interino do Estado o seu braço direito, na execução do vasto plano de governo que havia concebido, e tirara-o assim de uma posição secundária no Senado para atirá-lo aos grandes lances da administração, em que deveria pôr à prova os seus talentos, proclamando a urgência de republicanizar-se a República.

No mais, Manoel Vitorino se subordinara a indicações dos diretores do partido. Com a nomeação de Bernardino de Campos para a Pasta da Fazenda, prestara ele homenagem à política paulista, conforme os desejos de Glicério. A Bahia tivera a sua partilha no Ministério do Exterior. Ar-

golo, à frente dos negócios da Guerra, simbolizaria bem a corrente prestigiosa dos republicanos do Exército. E Carlos Acióli, representando os desejos preponderantes do grupo mais radical da Armada, conseguira, por intermédio do eminente chefe republicano, a nomeação de Alves Barbosa para a Secretaria da Marinha. Só faltava o ministro do Interior . . .

Para esse cargo, exigia-se um ministro enérgico, inteligente e astuto, capaz de manobrar toda a campanha eleitoral que se ia travar para a constituição do novo Congresso, que havia de verificar os poderes do futuro presidente da República.

Mantido embora nessa Pasta Alberto Torres, por Porciúncula, como seu homem de inteira e imediata confiança, não tardaria que a intervenção federal em Campos servisse de pretexto para obrigar a demitir-se. E então, a conselho ainda de João Cordeiro, um dos próceres do partido, era nomeado Amaro Cavalcanti.

Mostra-se sempre ele um dos mais ardorosos defensores do marechal Floriano, salientando-se pelos seus exaltamentos e linguagem violenta contra os inimigos da República. E celebrizara-se até no Senado em violentíssimo discurso, em que tocara as raias do mais perigoso demagogismo.

Não fora o desejo de ferir, como se propalou mais tarde, o presidente enfermo que motivou uma tal nomeação. Nesse tempo, não se sabia ainda da existência dessas cartas em que Amaro, dirigindo-se do Paraguai a Floriano, tão asperamente julgava a Prudente de Moraes, a quem mais tarde serviria tão lealmente, a ponto de mandar prender o próprio amigo a quem devera aquela posição.

Apesar, porém, de todas essas mostras de apreço e solidariedade, que não cansava de dar-nos Manoel Vitorino, a verdade é que nós continuávamos a preferir à sua presença a de Prudente no poder.

E assim procedíamos, quando a República parecia recuperar uma vida nova com o novo governo, entrando todos os ramos da administração em pasmosa e fecunda atividade e soerguendo-se como que por encanto todas as forças vivas do País.

Muito podem as paixões políticas e os interesses pessoais . . .

Eis porque nos reunimos, assim, em conciliábulo secreto naquela tormentosa noite de 14 de novembro.

A morte de Prudente se nos afigurava uma grande calamidade política, como um perigo longínqüo se nos mostrava cada vez mais a influência crescente de Rosa e Silva junto a Glicério.

De um erro cirúrgico, de um desastre operatório, poderia advir toda a desgraça para o nosso partido, em que víamos concentrada toda a vitalidade da República.

Nada receávamos do velho chefe de Piracicaba. Ele não seria capaz de



trair nosso líder, a quem tudo devia e que sacrificava por ele a própria popularidade, como no caso recente dos protocolos italianos.

Mas o mesmo não acontecia com Manoel Vitorino, que não tinha os mesmos compromissos com Glicério nem com todos nós as ligações que já datavam da Constituinte.

A sua eleição para a Vice-Presidência da República fora mais uma homenagem aos seus talentos, desde que do Norte deveria sair um dos candidatos, do que um reconhecimento aos seus serviços políticos, que então ainda eram poucos e em nada relevantes.

Toda a nossa preocupação, pois, era que não viesse a cair das mãos de Glicério o bastão de chefe. Apavorava-nos aquela onda crescente de adesões, em que víamos dia a dia atufar-se. Disputavam-no de todos os lados; de todos os lados o festejavam. A sua declaração de que no Partido Federal havia lugar para todos, se, em determinado momento, salvara a República de uma nova crise revolucionária e revelara nele uma extraordinária habilidade política, tornava-se nesse momento um verdadeiro torniquete. Pelos Estados, as mais adversas e variegadas facções se intitulavam solidárias com ele, embora divergentes nas lutas locais. E, necessariamente, estava prestes o instante em que essa pletora provocaria fatalmente uma explosão.

De todos os satélites, porém, de Glicério, o que mais nos preocupava era o Rosa e Silva. Insinuante e maneiroso, ele conseguira pouco a pouco impor-se à amizade e à confiança absoluta do nosso líder. Galgara assim a presidência da Câmara; e, uma vez nela, procurara sorrateiramente constituir, dentro do próprio partido, um partido seu, capaz de acompanhá-lo em todos os terrenos.

Entretanto, subindo depois ao Senado, transformara-se inteiramente. Já não era o mesmo partidário intransigente e cordato; e, quando pela imprensa, se discutiu o incidente entre os ministros Carlos de Carvalho e Gonçalves Ferreira, correndo em defesa dele, em um assomo de independência e de altivez, definiu no meio da estranheza geral a sua posição partidária e o seu apoio ao governo, causando a todos a mais estranha surpresa.

Era o Leão do Norte que acordava, como diziam os seus íntimos; e murmuravam-se então as primeiras ameaças de se levantar uma propaganda geral contra o predomínio do Sul na política nacional.

Demais, impressionara-nos fundamente o combate aceso que dera Rosa e Silva ao adiamento das eleições para o futuro Congresso.

Ora, esse adiamento fora fortemente sustentado pelo grupo de gliceristas genuínos. Todo o nosso esforço era para dar tempo a que Prudente de Moraes pudesse presidir o pleito, de onde iria surgir a Câmara, que deveria fazer o futuro presidente da República. E esse açodamento do chefe pernambucano parecia trair um pensamento oculto de traduzir afi-

nal em fatos a sua ambição de predomínio no Congresso, para que a sua candiatura à Vice-Presidência, pelo menos, saísse triunfante.

O nosso grande empenho, pois, ao congregar-nos assim em tão misteriosa confabulação, era não só a necessidade urgente de deliberarmos sobre a nossa atitude, caso a fatalidade viesse precipitar a sucessão definitiva do vice-presidente em exercício, como principalmente combinarmos os meios de levar Glicério à convicção do perigo que corria com aquela ascendência, que se dizia o Rosa e Silva estar exercendo, cada vez mais prepotentemente, no seu espírito.

Éramos oito ao todo nessa reunião. O amor pelas nossas crenças falava forte ainda em nossos corações. E todo o nosso ideal era que o nosso partido, prestigiado e unido, pudesse levar dentro em pouco ao poder o homem que nos parecia talhado para fazer a regeneração política e administrativa da República.

Mal, porém, nos havíamos congregado, quando nos chegou a notícia de que era desesperador o estado de Prudente de Morais. E saímos todos, taciturnos e agitados, sob a pressão dos mais tristes e desencontrados pressentimentos."



*O NECROLÓGIO PERDIDO*

# CAPÍTULO X

Quando alguém deixa vaga há sempre interessados na sua morte. A saúde de Prudente de Morais preocupava os políticos inquietos a cada boato do agravamento de uma crise. Dunshee de Abranches exprime, fielmente: "Felizmente não passara de uma crise rápida, de um ligeiro desfalecimento, a alteração mórbida que experimentara Prudente de Morais naquela noite de novembro, e que nos fora exagerada por um amigo que, apressado, descera pelo Silvestre para transmitir a triste nova."

O presidente não concluíra a primeira metade do mandato e a sua falta provocaria uma nova eleição para completar o quatriênio. Era uma situação delicada, porque nem todos os candidatos queriam uma gestão de dois anos. O vice-presidente, Manoel Vitorino, não despertava confiança geral. As ambições desencadeavam-se, visando não só àquele hipotético resto de mandato, mas à seqüência com outro mandato, completo, de quatro anos, cujo ocupante deveria ser desde logo garantido pelo que fosse eleito na vaga esperada. Era assim na República Velha...

Os nomes começaram a surgir, no ritmo das notícias boas ou más da saúde de Prudente. Falou-se em Quintino Bocaiúva, impondo-se pela tradição da propaganda republicana. Francisco Glicério foi lembrado, mas ele próprio se vetou, sob a alegação de que não ficava bem um paulista suceder a outro paulista. Alegação que não teria valimento, como se verá com a eleição de Campos Sales. Glicério não queria inutilizar-se em um mandato-tampão. Júlio de Castilhos era o candidato de Pinheiro

Machado. Mas o governo gaúcho não tinha ressonância nacional e o argumento de que seria um continuador de Floriano era uma arma de dois gumes, favorecendo de um lado, prejudicando de outro. Além do que teria a oposição de Paraná e Santa Catarina, com Vicente Machado e Lauro Muller, que receavam a extensão da influência rio-grandense em seus Estados. Ficava, ao Norte, Lauro Sodré, com o Pará e o apoio dos "tenentes" do governo provisório. Rui Barbosa não era considerado na competição: "Tudo isto pensávamos eu e alguns companheiros de partido naquela noite em que, na iminência da morte de Prudente de Morais, procurávamos uma solução pronta e menos violenta para a sucessão presidencial nesses dois últimos anos que restavam ao segundo quatriênio constitucional.

Eu mesmo fora encarregado de preparar previamente o necrológio com que deveríamos comemorar o infausto acontecimento. E, no dia seguinte, procurava em sua residência a Severino Vieira, sobre cuja mesa de trabalho, semanas antes, tinha deparado com um livro em que a biografia do presidente da Constituinte era largamente esboçada.

Severino, porém, havia restituído o volume a Manoel Vitorino, a quem de fato pertencia; mas prestou-se logo gentilmente a mandar buscá-lo de novo, enviando um portador à casa do vice-presidente."

***

"Em fins de novembro, contra a expectativa geral, as melhoras de Prudente de Morais se acentuaram rapidamente.

O dr. Pedro Afonso deixara de ser para nós outros um grande criminoso, tornando-se credor de toda a nossa gratidão. A sua intervenção cirúrgica, de que tanto mal disséramos, salvara a situação. E na Ermitage, pitoresca vivenda de Teresópolis, a convalescença do presidente não se faria decerto esperar, restituindo-o brevemente ao governo supremo da República.

Entrementes, a política vice-presidencial ganhava maior popularidade todos os dias. Sentiam-se renascer as esperanças em todas as camadas sociais. A opinião agitava-se, crente de que se iam reerguer de novo as forças vivas da Nação, paralisadas durante mais de quatro anos de lutas estéreis e ingratas.

Uma atividade pasmosa se desenvolvera em todos os ramos da administração. Nos mercados europeus promissora ascendência se manifestava nos títulos brasileiros. Das classes conservadoras, os mais altos vultos no comércio e nas finanças corriam pressurosos a prestar braço forte a esse impulso patriótico do governo da União, vindo ao encontro das suas necessidades mais vitais e cuidando de perto dos seus mais claros interesses. Na imprensa, as folhas, mesmo as mais afetas a Prudente de Morais, como o *Jornal do Comércio*, *A Gazeta* e até *A Notícia*, se desdobravam em



entusiásticos ditirambos, solenizando essa verdadeira renascença do crédito público, fase nova e fascinadora que fazia a muitos lembrar os dias faustosos do gabinente Ouro Preto.

E na intimidade de Manoel Vitorino, apesar das acusações que se lhe faziam à surdina de se haver partidariamente aproximado demais dos jacobinos, chegavam-se a ver, visitando-o e animando-o de perto com os seus aplausos e adesões, velhos medalhões da Monarquia, até então retraídos e desconsolados.

Anunciava-se abertamente que se ia entrar afinal em uma época de francas e fecundas soluções. Apesar de haver confessado lealmente a nós outros, próceres do partido, ao tomar posse da Pasta da Fazenda, que nada entendia de finanças, e do pouco caso com que o tratava o seu colega da Viação, a ponto de dizer que, "em finanças, ele nem ao menos sabia somar", Bernardino de Campos vivia a lastimar a inércia de Rodrigues Alves, que, em sua opinião, nada cuidara do Tesouro, nos dois anos em que o precedera.

O certo, porém, é que Joaquim Murtinho, sob as aspirações do vice-presidente, que proclamava aos quatro cantos "Valer ele por um Ministério inteiro", fazia sentir em todas as outras Pastas a sua poderosa influência, empolgando a direção suprema de toda a política financeira do governo.

Iniciando o seu plano de resgate do papel-moeda e da emancipação do Estado da exploração dos caminhos de ferro, ele imaginava valorizar o meio circulante. Daí uma série de medidas, convergindo todas para esse mesmo ideal. E, enquanto fazia Manoel Vitorino vetar a revalidação da concesssão da Chopim e a isenção dos direitos aduaneiros para a Marahu, e conseguia elevar a taxa cambial de 8 1/2 dinheiros a 9 3/8, empreendia a encampação das emissões bancárias, procurava chegar a um acordo com o Banco da República para liquidar o seu débito e publicava os editais para o arrendamento das estradas.

Outros atos administrativos não tardariam a vir completar os projetos preconcebidos. Além da aquisição do Lloyd e da Sorocabana, para revendê-los depois por bom preço, era pensamento capital do governo aplicar ao fundo de resgate o saldo dos depósitos dos bancos emissores e lucrar de 20 a 25 mil contos com o lançamento na praça das ações preferenciais da Companhia Leopoldina.

Manoel Vitorino mudara a sede do governo do Palácio Itamaraty, onde governaram Deodoro, Floriano e Prudente até sua licença, para o Palácio do Conde da Nova Friburgo, à rua do Catete, recebido a pagamento de dívidas com o Banco do Estado. A inauguração do Palácio é descrita com entusiasmo: "Um grande e festivo acontecimento, entretanto, viera coroar como uma esplendorosa apoteose essa fase governamental, iniciada sob tão felizes auspícios. A inauguração do novo Palácio do Catete

se efetuara no meio das mais deslumbrantes demonstrações de regozijo
público.

Uma massa compacta de mais de dez mil pessoas saudara em sua pas-
sagem, desde a rua das Laranjeiras até ao penetrar na atual residência
dos presidentes, Manoel Vitorino com as mais ruidosa e espontânea das
manifestações até então tributadas nesta capital a um chefe de Estado. E,
no salão nobre do edifício, o vice-presidente da República viu passar por
sua frente em soleníssimo cortejo o escol das classes civis e armadas.

O aspecto do palácio era verdadeiramente suntuoso. De grupo em
grupo, Manoel Vitorino distribuía fidalgamente cumprimentos e recebia
frenéticas homenagens. E, ao penetrar na sala pompiana, reservada aos
jornalistas e homens de letras, ouvia a palavra eloqüente de José do Pa-
trocínio repertir-lhe mais uma vez os altos conceitos com que o distin-
guira, dias antes, em sua residência particular, e em que celebrara no seu
governo o advento para o Brasil de uma era que fazia lembrar a de Luiz
XIV em França."

Foi assim, sob a pressão das notícias ruidosas dos jornais ao registra-
rem as festas oficiais de 24 de fevereiro, que chegaram às mãos de Pru-
dente de Morais duas cartas, uma das quais verdadeiramente alarmante.
Essas missivas, a primeira da lavra de Glicério e a segunda firmada por
Bernardino de Campos, produziram no espírito ainda fraco e abatido do
convalescente o mais fundo abalo. E ambos devem constituir ainda hoje
os documentos talvez mais curiosos de todo o seu precioso arquivo."

As duas cartas resumem-se, afinal, em uma, assinada por Bernardino
de Campos e subscrita por Rodrigues Alves. Glicério apenas forneceu o
portador, segundo informa Dunshee de Abranches. O episódio é tratado
em outro capítulo.

Alertado pelas notícias de uma conspiração, Prudente resolve voltar,
inopinadamente. Dunshee de Abranches dá uma versão diferente da-
quela geralmente adotada: "Por esse tempo, já tinham perfidamente de-
nunciado ao solitário de Teresópolis que contra ele se tramava uma cons-
piração a que não eram estranhos alguns membros do próprio governo.
Afirmavam-lhe que se tratava de seqüestrá-lo, dando-o como interdito,
sob pretexto de se achar conturbado por efeito da diabetes. E concluíram
declarando-lhe que o embarcariam para o estrangeiro, por bem ou por
mal.

Ou porque acreditasse em tão inepto quão miserável aviso, ou porque
acedesse às ponderações e instâncias dos seus ilustres companheiros de
partido paulista, o certo é que Prudente de Morais regressava subita-
mente a esta capital nos primeiros dias de março e entrava pelo palácio
presidencial adentro, com uma precipitação só igual à de quem recebe a
denúncia inopinada de estar sendo por bandidos assaltado o seu lar.

Entre todos nós, figuras mais ou menos salientes do Partido Federal,



não causaram menor espanto do que à população inteira desta capital a
chegada brusca de Prudente de Morais e o açodamento grosseiro com
que apossara a sua comitiva de palácio, invadindo-lhe os aposentos mais
escusos, sem um aviso prévio sequer ao vice-presidente em exercício.

Eu fora dos primeiros a correr ao Catete a fim de verificar pelos meus
próprios olhos a exatidão da notícia que me haviam trazido, momentos
depois de saltar em terra o presidente.

Assisti então a uma cena selvática e revoltante. Sobre a mesa dos des-
pachos, todos os papéis estavam sendo revolvidos. Aqui e ali, móveis en-
treabertos demonstravam que tinham sofrido uma busca severa. E a pró-
pria gaveta em que Manoel Vitorino se acostumara a guardar documen-
tos íntimos havia sido violada; e, depois de lidos esses telegramas e cartas
de amigos, os lançaram abertos sem o menor escrúpulo sobre a mesa e
pelo chão."

O mundo político, atordoado com o regresso inesperado do presi-
dente, cuidava que não houvesse mudança ministerial afetando a situa-
ção política. E Dunshee narra a cena da primeira reunião ministerial de
uma maneira nova e desconcertante, apresentando um Prudente inteira-
mente diverso daquele que todos descrevem: "Temíamos um encontro
iminente entre e Joaquim Murtinho, gênio irascível e desabusado, e Pru-
dente de Morais, cuja teimosia de ânimo era por todos nós largamente
conhecida.

Felizmente, na primeira conferência coletiva dos ministros, o presi-
dente colocou-se à altura da situação. Pouco afeito a etiquetas, sem o
trato social que deve distinguir os homens de Estado, Murtinho, logo às
primeiras palavras, perdeu as estribeiras e interpelou-o desabridamente,
exigindo que se definissem desde então as posições e pedindo imediata-
mente a sua demissão, desde que, diante do que se dizia e havia sido re-
produzido na imprensa, a obrigação de um governo honesto e digno seria
dar uma demonstração pública e solene de sua franca solidariedade ao
vice-presidente da República, ferido aparentemente ou não por tão in-
sólita desconsideração.

Olhos baixos e submissos, fisionomia serena e triste, Prudente de Mo-
rais não revelou durante tão áspera objurgatória o mais leve sinal de con-
trariedade ou de repulsa; e, ao concluir o ministro da Viação as suas vee-
mentes observações, apressou-se em declarar que estava pronto a dar a
Manoel Vitorino todas as explicações e que, quanto à sua volta súbita ao
poder, o havia feito nas melhores intenções para deixar ao seu substituto
maior tranqüilidade de espírito diante do golpe doloroso que acabava de
sofrer com a perda do seu extremoso genitor.

Solicitou ainda insistentemente o venerando paulista aos ministros que
retirassem os seus pedidos de exoneração; e terminou dizendo que todo o
seu esforço se concentrava no desejo de ver sempre unido e forte esse

partido que, em pleno estado de sítio, o elevara ao supremo mando da Nação.

De uma sala próxima, um pequeno grupo de políticos e eu assistíamos a toda aquela cena. E, ao se retirarem os ministros, a opinião de todos era que felizmente estava conjurada a crise."

O comportamento de Prudente não seria tão pacífico como parece neste relato da reunião ministerial: "Na sua opinião, estava tudo errado. Com aquela encenação, toda artificial e passageira, o resultado que teríamos seria caminharmos ainda mais depressa para a bancarrota. O único plano a seguir era o do *laissez faire*, *laissez passer*, cabendo apenas ao governo manter sempre a maior economia e o mais severo escrúpulo na aplicação dos dinheiros públicos, até que o País se reerguesse por suas próprias forças.

Não o fascinavam aquelas aparências de vida interior e de levantamento repentino do crédito no estrangeiro, como viviam a retumbar pelos jornais.

Sabia quanto custavam esses elogios; e, naquela manhã mesmo, telegrafara para Londres e Paris a fim de ficar informado quanto o Tesouro gastara com os artigos encomiásticos da imprensa européia. E estava resolvido a voltar quanto antes à sua política de inércia, convencido de que, pelo menos, era ela honesta e patriótica.

Prudente sublinhava intencionalmente essas últimas palavras, demonstrando assim quanto lhe haviam doído na alma os remoques sutis com que certos jornais o haviam malsinado.

Houve, é certo, entre nós, quem se abalançasse a observar que, todavia, urgia que se fizesse alguma coisa para tirar o País da situação extrema em que se achava. Os dois empréstimos contraídos em condições humilhantes, o externo do valor real de seis milhões de libras e o interno de cem mil contos, já tinham sido improficuamente consumidos. E, sem outras medidas capazes de pesarem na balança fiduciária, para nada serviria o crédito aberto até um milhão esterlino no Banque Française.

O mais interessante é que a grande parte dessa conferência assistira o ministro da Fazenda do vice-presidente. Bernardino de Campos mostrara-se de acordo com as ponderações de Prudente de Morais. E apenas acrescentou que, se era verdade que a norma a seguir devia ser a que ele apontara, procurando conservar-se o *status quo* em finanças, isto não queria dizer que se dormisse a sono solto no Tesouro, como espirituosamente vivia a pintar *A Gazeta* ao Rodrigues Alves, de cuja passagem por lá não achara vestígios ao assumir a sua Pasta.

Quanto à política geral é que não nos parece, infelizmente, o mesmo presidente ao voltar à atividade. Achamo-lo tão áspero para com o Glicério, que a mais de um de nós veio logo a idéia de que alguém, junto dele, procurava intrigá-lo com o líder. E ou porque a lição da interinidade de Manoel Vitorino lhe aconselhasse que o melhor era governar por sua própria conta, sem audiência do chefe ou do diretório do partido, ou porque tivesse queixas, senão desconfianças, do homem a quem mais de uma vez, pública e solenemente, afirmara a sua subordinação, a verdade é que a doença se nos afigurara ter radicalmente transformado também o espírito de Prudente."



Também para o presidente haviam terminado os dias tranqüilos da Ermitage, no clima de Teresópolis. A guerra de Canudos, com o desastre total da expedição Moreira César, convulsionara as ruas. Clamava-se pela desforra, considerando a derrota, a desmoralização do Exército e ameaça da restauração monárquica. A ofensiva contra os redutos monárquicos, especialmente os jornais que defendiam a causa, agitava a população instigada pelos oradores dos comícios. Foi quando se anunciou o atentado contra Gentil de Castro. Nilo Peçanha, avisado de que se deliberara a morte daquele jornalista, apontado como a alma da propaganda reacionária, fora pedir providências ao chefe de polícia, Amaro Cavalcanti, que prometeu agir. Mas, na mesma tarde, foram empastelados os jornais *Liberdade*, *Gazeta da Tarde* e *Apóstolo*. Os contingentes de polícia, colocados no largo de São Francisco, não se moveram, à vista das instruções que seus comandantes haviam recebido de seus superiores. Corria que, em tumultuosa reunião no Clube Militar, ficara assentada a deposição de Prudente e a revolução sairia à rua.

No Congresso, a agitação das ruas somava-se à intriga política. Apuravam-se eleições com as duplicatas e as triplicatas de diplomas. Era a fraude defendida pelos chefes interessados em formar uma Câmara e um Senado de acordo com as suas conveniências. Dunshee de Abranches conhece porque participou desses entendimentos. Partidário de Francisco Glicério, alonga-se em detalhes da luta subterrânea entre o "General das Vinte e Uma Brigadas" e Rosa e Silva, em quem ele confia, a princípio, e por quem será aniquilado. Prudente está interessado na disputa. Aproveitará um episódio marcante, um levante de alunos da Escola Militar, e a moção ardilosa de J. J. Seabra para pôr em xeque a liderança de Glicério. Vence, afinal, Prudente, e o Partido Republicano Federal desmorona. Na nova Câmara Glicério não se reelegerá.

*"CAMPOS SELOS"*

## CAPÍTULO XI

Era uma vitória de Pirro o triunfo de Campos Sales sobre Francisco Glicério. Conseguira, através da *política dos governadores*, constituir a maioria parlamentar necessária à aprovação de sua conduta financeira. O rolo compressor da verificação de poderes esmagara quaisquer veleidades oposicionistas. O Partido Republicano Federal era um monstro sem cabeça a que se amputaria, pouco depois, parte da denominação. Nem o "General das Vinte e Uma Brigadas" lograra ser reconhecido. Mas o presidente pagara muito caro, em popularidade e prestígio, a consecução de seus objetivos.

Sertório de Castro, reconhecendo o seu trabalho, descreve o declínio de sua popularidade: "Campos Sales era, como administrador, a formiga da fábula. Não fosse a previdência de seu trabalho incessante e por certo não poderia o País conhecer os dias de prosperidade tranqüila pelos quais tão justamente aspirava. Nem lhe importava o sacrifício voluntário da popularidade. A execução de seu programa tinha de impor encargos pesados à coletividade, para o bem comum. Precisava de ordem e paz, e pouco lhe importavam os caminhos por onde teria de chegar a esse remanso que não conhecera o Santo Varão. Para isso estrangulou toda e qualquer veleidade que poderia alimentar a Nação para exercer o soberano direito do voto, com a certeza de fazê-lo em eleições mais ou menos honestas, puras e verdadeiras. Pecisava, apenas, de um Congresso que lhe desse, sem embaraços e sem lutas, as leis financeiras de que carecia para governar. Realizassem outros, para o futuro, a empresa do sanea-

mento do voto. Quanto a ele, contentava-se em sanear o crédito nacional e extinguir os déficits, aumentar as rendas de que precisava para solver os compromissos do País, honrando-lhe a palavra empenhada, reabilitando-lhe o nome nos mercados de dinheiro. A criação dos impostos de consumo começou a levantar a maré de descontentamentos. Era o comércio, era a indústria, era a imprensa que reclamavam. Recebeu um dia uma numerosa comissão do comércio que lhe foi levar as reclamações da classe contra as novas tributações. Aconselhou-a com esta frase incisiva:

– Quando não possa obrigá-los a ser patriotas, saberei fazê-los cumprir a lei.

Rugia uma revolta impotente e surda contra o selo. O próprio nome do presidente sofria-lhe os assaltos. Já não era Campos Sales. Chamavam-lhe todos Campos Selos... Os boatos tornavam irrespirável a atmosfera da cidade. A rua do Ouvidor assemelhava-se ao corredor de um vulcão... Marcavam-se dia e hora para um movimento subversivo. Definiu-se uma conspiração monarquista, chefiada pelo conselheiro Andrade Figueira, que foi preso e processado. Depois de tudo isso, uma nova bonança que durou dois anos – 1899 e 1900. No começo de 1901, já não se ouviam queixas. Tinham-se conformado todos com as novas tributações. Dir-se-ia que todos haviam concordado em fortalecer patrioticamente a ação do governo, ajudando-o na tarefa de satisfazer os compromissos nacionais representados pelo *Funding*. E, quando se reabriam as duas casas legislativas, comunicava o presidente à Nação, em sua penúltima mensagem, que, a 1º de julho daquele ano, seriam recomeçados os pagamentos do serviço de juros da dívida externa. E, de fato, quando chegou aquela data, dava o governo fiel cumprimento àquele dever imperioso. Campos Sales tinha a seu lado, ajudando-o na tarefa ingente, um ministro da Fazenda que se chamava Joaquim Murtinho, e esse simples nome era como que um outro programa paralelo ao seu programa de governo, traçado sob as aspirações de uma vontade inflexível que não sabia o que era prometer para faltar.

Não se limitou à tarefa de restauração financeira a ação do seu governo. Eliminou o déficit e realizou saldos orçamentários, numa política de estreita e rigorosa economia, mas volveu seu olhar vigilante para outros setores da administração pública. Dotou o Exército de grandes melhoramentos, concluindo as obras da fortaleza da Lage e do Forte de Imbuy, na baía do Rio de Janeiro; aparelhou com elementos eficazes a defesa do porto de Santos; intensificou estudos e construiu trechos de estradas de ferro, ampliando redes telegráficas. Dotou com duas novas unidades – os encouraçados *Floriano* e *Deodoro* – a Marinha de guerra nacional. O ministro da Justiça do governo provisório, que já havia incumbido o jurisconsulto Coelho Rodrigues de elaborar um estudo para servir de base ao futuro Código Civil, voltou todo o seu interesse como chefe da



Nação para o mesmo elevado assunto. Era ministro da Justiça de seu governo o sr. Epitácio Pessoa, já portador de uma brilhante credencial de inteligência e cultura. Coube-lhe dar execução aos intuitos do presidente, escolhendo o sr. Clóvis Bevilacqua, autoridade sem contraste na matéria, para elaborar o projeto que deveria servir de base para a futura obra do Congresso, iniciada sob os auspícios de seu governo.

Dispensou igualmente um interesse muito solícito, tendo como seu ministro das Relações Exteriores o sr. Olintho de Magalhães, às delicadas questões de política internacional que enchiam de preocupações o Itamaraty. Tantas agitações internas sucessivas, agravadas pelas conseqüências de natureza financeira que haviam trazido ao crédito do País todo o conhecido cortejo de danos, não podiam proporcionar ao Brasil um conceito muito favorável no concerto internacional.

Em agosto de 1899 vinha o general Júlio Rocca, o notável presidente da República Argentina, trazer ao Brasil, numa visita de excepcional significação internacional, a segurança dos sentimentos que tributavam ao seu aliado nas guerras contra as ditaduras humilhantes o povo e o governo de que era chefe. Em outubro do mesmo ano ia Campos Sales, com um séquito de grande brilho, viajando a bordo do encouraçado *Riachuelo*, retribuir a inesquecível visita. E esses dois fatos valiam pela solene afirmação de que haviam, com efeito, desaparecido todos os antigos ressentimentos decorrentes do litígio secular das Missões, conformando-se a Argentina, digna e serenamente, com o laudo que havia restituído ao Brasil o território que ele reclamava com a força do direito e da razão.

A Constituição de 24 de fevereiro havia erigido em recurso normal para solução de todas as pendências internacionais do País o princípio do arbitramento, e para dirimir o nosso litígio de fronteiras igualmente muito antigo e disputado com a Guiana Francesa foi pelas duas nações escolhido árbitro o Conselheiro Federal Suíço. E a 1º de dezembro de 1900 era recebido no Rio de Janeiro, entre manifestações públicas de intenso e caloroso júbilo, o telegrama portador da notícia de que estava resolvida a questão do Amapá com o laudo que consagrava e reconhecia os direitos do Brasil. Era a segunda vitória de Rio Branco.

Assim, Campos Sales não decidiu, verdadeiramente, a sua sucessão. Teria preferido Bernardino de Campos. Ou Quintino Bocaiúva. Tinha, porém, pela frente, outro adversário temível, Pinheiro Machado, "cuja influência já então fazia sentir o seu peso nos destinos da nossa política" – anotava o próprio Campos Sales.

Pinheiro Machado traçara uma linha de conduta que acabaria por beneficiá-lo pessoalmente. Para ele, a primeira condição exigível era de que o futuro presidente deveria ser um republicano histórico. Ficavam afastados, de início, dois grandes nomes de São Paulo e Minas, Rodri-

gues Alves e Afonso Pena, ex-servidores da Monarquia. Rui Barbosa preenchia, em parte, o requisito. Mas a Bahia não tinha possibilidade de fazer um presidente. No Rio de Janeiro, havia Quintino Bocaiúva, por quem se batia Nilo Peçanha. Campos Sales, quando viajou ao Prata, fez-se acompanhar de Quintino, Bernardino de Campos e Pinheiro Machado. Eram três possíveis candidatos. Mas um atento observador da época – Dunshee de Abranches – assinala que o entusiasmo de Campos Sales por Quintino, "o chefe ilustre", a quem os republicanos deviam a mais solene, a mais justa, a mais nobre de todas as reparações", havia esfriado nos primeiros meses de 1901, apesar de continuarem a se bater por ele Nilo Peçanha e Lauro Müller, seus companheiros de propaganda republicana. Bernardino de Campos reunia todas as condições. Menos uma, exatamente a mais importante. Bernardino não seguiria a orientação financeira de Campos Sales. Quanto a Pinheiro, nunca pensaria Campos Sales em fazê-lo candidato.

Aproximava-se a crise sucessória. Joaquim Murtinho foi outro nome focalizado, por sua destacada atuação na Pasta da Fazenda. Mas havia outro possível candidato que satisfazia a preocupação de Campos Sales em assegurar a continuidade de sua orientação financeira – Rodrigues Alves.

Não era um republicano histórico. Mas tinha a condição, muito importante, de ser o presidente de São Paulo, o Estado de Campos Sales, aquele onde mais forte despontava a oposição, com a dissidência de Glicério, Prudente e Júlio de Mesquita.

A 7 de novembro de 1900 Campos Sales começava seu trabalho de articulação da candidatura Rodrigues Alves. Não se dirige a ele, inicialmente. Delega ao seu ministro do Exterior, Olintho de Magalhães, a missão de consultar Silviano Brandão, presidente de Minas Gerais. Este recebe bem a sondagem. Sugere que a Vice-Presidência toque a seu Estado, indicando Afonso Pena, outro monarquista conquistado pela República. Firmava-se a aliança São Paulo-Minas, que duraria até às vésperas de 1930, quando o paulista Washington Luiz a infringiu, vetando o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Olintho regressa a 15, e nesse mesmo dia Campos Sales consulta o governador da Bahia, Severino Vieira, adiantando, cautelosamente, que o apoio de Minas tinha uma compensação:

"Tenho motivos para acreditar que Minas só aceitará a combinação em que entrar, também, um mineiro e, para evitar embaraços, julgo conveniente indicar Silviano para vice-presidente, assegurando, assim, apoio decisivo daquele grande Estado."

A manobra de Campos Sales, ligando o governante mineiro à candidatura Rodrigues Alves, impedia que Pinheiro, ou outro qualquer, apresentasse um nome de Minas para a Presidência. Quis, também, evitar um segundo nome com raízes na Monarquia, que seria Afonso Pena, lembrado por Silviano.



Com São Paulo, Minas e Bahia solidários com sua sugestão, Campos Sales dirige-se ao próprio Rodrigues Alves, a 6 de janeiro de 1901. Como acentua seu biógrafo – Afonso Arinos de Mello Franco –, Rodrigues Alves conservara-se afastado das negociações até então realizadas. Campos Sales justifica sua intervenção alegando que a República ainda não atingira um funcionamento normal, especialmente pela ausência de verdadeiros partidos políticos nacionais. Assim, o presidente intervinha para evitar agitações que pudessem perturbar a marcha da administração. Enfatiza que coloca a administração acima da política. Rememora os antecedentes da crise e coloca a continuidade de sua administração, principalmente na parte financeira, como fator determinante para a escolha de seu sucessor. Essa orientação deveria continuar para evitar "a ruína definitiva da República". Formula e consulta em termos diretos: "Peço que me declare, com toda a franqueza: terá você qualquer dúvida em ser o continuador dessa política?"

Na mesma carta, Campos Sales revela que o nome de Rodrigues Alves obteve boa acolhida. Apenas o Sul, com Pinheiro Machado, ainda não se manifestara. Mas o presidente tinha esperança de conseguir uma sucessão tranqüila.

A resposta de Rodrigues Alves comprova sua tradicional prudência e moderação. Também recorda os precedentes políticos e a história recente da dissidência. Agradece a lembrança de seu nome, mas sugere Bernardino de Campos: "Minhas vistas sempre se voltaram para este nome, como naturalmente indicado para substituí-lo, se lícito for ainda o Estado de São Paulo dar-lhe substituto, o que convém ponderar muito para não sensibilizar o melindre de outros Estados."

Essa resposta não satisfez Campos Sales. Rodrigues Alves não se comprometia, formalmente, com o programa financeiro de seu antecessor, mesmo porque propunha, preliminarmente, outro candidato. Campos Sales replica a 29 de março, dizendo a Rodrigues Alves que sua candidatura é a que obteve o "franco apoio dos elementos políticos dos dois lados". Insiste em obter uma declaração formal de continuidade governativa: "Não peço um documento para a publicidade, que, neste momento, seria inoportuna, apenas desejo que me habilite a definir os seus intuitos ante os amigos, a fim de que eles possam, por sua vez, dar a orientação que lhes cabe para a solução do problema eleitoral que se aproxima."

A definição reclamada veio a 5 de abril. Rodrigues Alves inicia a carta reconhecendo a naturalidade das resistências ao seu nome, dada a ligação com a Monarquia. Relembra o serviço prestado a Campos Sales, apoiando-o quando da implantação da política dos governadores, antecedente importante a que não fazia menção Campos Sales. E dá, como o

compromisso pedido, o atestado de sua ação no governo do Estado: "Será essa a minha norma de conduta."

Rodrigues Alves compreendera que não restava outra solução a Campos Sales, sob pena de não fazer seu sucessor, comprometendo, irremediavelmente, a política e a economia que impusera. Porque a maioria parlamentar formada à custa da política dos governadores não representava uma coligação nacional. A oposição do vice-presidente Rosa e Silva, candidato frustrado à sucessão presidencial, arrastava, em sua atitude, o seu Estado, Pernambuco e o Maranhão. O Rio de Janeiro manteria a candidatura de Quintino Bocaiúva.

A 11 de agosto houve uma reunião parlamentar, destinada a debater, oficialmente, o problema da sucessão. Fizeram-se representar quase todos os Estados. Pinheiro Machado falou, em primeiro lugar. Reconheceu a inexistência de partidos políticos nacionais, admitindo, conseqüentemente, a interferência do presidente da República no encaminhamento do problema. Falou, em seguida, o senador pelo Pará, Vicente Machado, que integrara o grupo ativista do PRF e atacara Prudente. Essas duas manifestações asseguravam a unidade que Campos Sales precisava. Não representavam uma garantia permanente. Mas firmavam o reconhecimento da iniciativa presidencial. Não se falou em nomes de candidatos. Era um segredo de polichinelo.

Com Campos Sales, firmara-se a política dos governadores, sob a qual se organizaram as oligarquias estaduais e se oficializou a fraude eleitoral. Agora, também oficialmente, estabelecia-se a doutrina de intervenção ostensiva do Catete no encaminhamento do problema sucessório, sob a alegação de que não existiam partidos nacionais.

Guardavam-se, porém, as aparências democráticas. Havia uma convenção, que homologava a candidatura, já encaminhada pelo Catete e aceita pelos governadores. Assim, a 19 de setembro, procedeu-se a uma reunião preparatória dessa convenção, realizada a 11 de agosto, no plenário da Câmara dos Deputados. Fizeram-se representar os Estados do Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estavam ausentes, apenas, Amazonas e Maranhão. Houve a apresentação de credenciais dos delegados. No dia seguinte, reuniram-se no Senado para a votação. Havia 38 delegados credenciados, dos quais 37 votaram em Rodrigues Alves para presidente e Silviano Brandão para vice-presidente. O delegado do Rio de Janeiro, Hermogêneo Silva, votou em Quintino Bocaiúva. O manifesto apresentando ao eleitorado a chapa vitoriosa foi redigido por Pinheiro Machado, Vicente Machado, Coelho e Campos, J. J. Seabra e Francisco Tolentino.



*FORA DO OFICIALISMO,*
*NÃO HÁ SALVAÇÃO*

## CAPÍTULO XII

A oposição da dissidência paulista, em face de Campos Sales, agravara-se. A 20 de julho, Prudente vem de Piracicaba a São Paulo e visita Rodrigues Alves, no Palácio do Governo. Conversam sobre as candidaturas oficiais. Prudente diz a Rodrigues Alves que, dissentindo dos processos políticos do presidente da República, vai opor-se àquelas indicações. Rodrigues Alves ouve seu amigo e antigo chefe e responde:

– Agradeço-lhe o aviso, mas você vai perder.

– Por que tem essa certeza?

Rodrigues Alves bate com a mão no braço da poltrona, onde se senta:

– Por causa desta cadeira. Eu estou sentado nela; e quem nela se senta não pode ser vencido, dentro do Estado.

Os dissidentes paulistas publicaram o "Manifesto aos Republicanos de São Paulo".

O manifesto dizia que a oposição se organizara desde os primeiros meses do governo Campos Sales, em face da política autoritária do presidente. Salientava que Prudente de Moraes fora alijado dos assuntos graves da vida partidária e prosseguia com estas palavras: "Assim corriam as coisas até que surgiu a candidatura do dr. Rodrigues Alves à Presidência da República. Em pleno e franco exercício da sua ditadura, o dr. Campos Sales, que já tinha designado o seu sucessor na União, imediatamente determinou que aqui sucedesse, em São Paulo, ao dr. Rodrigues Alves o dr. Bernardino de Campos. E a todos foi transmitida a ordem do verdadeira-

mente único soberano e diretor da política brasileira pelas colunas do *Correio Paulistano*."

Esse manifesto não teve repercussão fora do Estado. Publicado no órgão oficial do Partido Republicano Paulista, limitou-se ao ambiente provinciano. No Rio, os jornais tradicionais mantinham imparcialidade simpática ao movimento, como o *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*. *A Tribuna*, de Alcindo Guanabara, pendia francamente para o governo, assim como *A Notícia*, de Oliveira Rocha.

No dia 5 de novembro, aniversário do atentado contra Prudente de Moraes, foi publicado o segundo manifesto da dissidência paulista, este dirigido à Nação: "*Manifesto Político aos Nossos Concidadãos*". Começava observando que Campos Sales havia destruído os partidos e abandonado a administração a seus ministros para dedicar-se somente à política pessoal. Apontava os vícios da política dos governadores, as pressões sobre o Congresso, a imposição dos nomes de Rodrigues Alves à Presidência da República e de Bernardino de Campos ao governo de São Paulo. Denunciava violências nos Estados e preconizava uma reforma constitucional com a eleição do presidente da República pelo Congresso; supressão do cargo do vice-presidente; comparecimento dos ministros perante o Congresso; diminuição do número de deputados; possibilidade de prorrogação do orçamento; supressão do monopólio nacional da navegação de cabotagem; restrição à aquisição de terras por estrangeiros. Entre os signatários de maior prestígio estavam Prudente de Moraes, seu irmão Moraes Barros, seu cunhado Adolfo Gordo, Cerqueira César e o genro Júlio de Mesquita, Cincinato Braga e Alfredo Pujol. Prudente, depois do lançamento do manifesto, regressou a Piracicaba, deixando a Comissão Diretora do Partido, dissidente, da qual faziam parte ele próprio e Cerqueira César. No Congresso Federal, a partir de agosto, o assunto foi debatido por amigos e adversários da situação. No Senado, Antônio Azeredo, aceitando embora o nome de Rodrigues Alves, discordou do seu companheiro de chapa Silviano Brandão. Na Câmara, Adolfo Gordo criticou Rodrigues Alves, denunciando as violências que o PRF praticava em São Paulo, no Interior, notadamente, coagindo os congressistas dissidentes, prendendo e invadindo residências de chefes municipais. O noticiário de *O Estado de S. Paulo* acusava o governo estadual de Rodrigues Alves. Nessa época o situacionismo não aceitava oposição. O sistema eleitoral não facilitava em nada os direitos da minoria. Era comum a derrubada das autoridades locais, a entrega da polícia a elementos de confiança do governo. A ação dessa polícia, obediente às determinações dos coronéis governistas, prendia sem causa, invadia domicílios, sujeitava os oposicionistas a toda sorte de humilhações. Contudo, o principal argumento contra Rodrigues Alves continuava a ser o monarquismo. Apesar disto, candidato sem competidor, ele se apresenta no banquete realizado



no salão do antigo Cassino Fluminense, onde hoje se instala o Automóvel Clube, na rua do Passeio, para proferir o seu discurso, apresentando a plataforma de governo, na noite de 23 de outubro. Estavam presentes as mais destacadas figuras da política. Rodrigues Alves abordou a questão financeira, dando a ela o maior destaque. Considerou que devia ser continuada a obra de valorização da moeda, perseguindo a sua conversibilidade. Mas declarou que a política monetarista não resolveria por si o problema brasileiro. Era de opinião que as finanças estavam ligadas à economia e sem estímulo à produção econômica não poderia haver boas finanças. Avançava, conseqüentemente, além das metas de Campos Sales. Em seu discurso, porém, Rodrigues Alves abordava o que chamava o grande problema de saneamento do Rio de Janeiro como um dos fatores básicos da política econômico-financeira que convinha ao País.

Em fevereiro de 1901 Rodrigues Alves renunciava ao governo de São Paulo, passando-o ao vice-presidente, Domingos Correia de Morais, que assumiu no dia 13 desse mês. Libertando-se dos encargos estaduais, ele deixava um balanço positivo no orçamento do Estado. O domínio político do PRP era esmagador. A dissidência se limitava a um estado-maior brilhante, sem possibilidades eleitorais na massa do povo. Constatava-se, já então, que não era possível fazer política fora do oficialismo.

Conjurava-se uma crise. Porque a República ia viver e morrer presa a este problema, que se agravou, no decorrer do tempo, até 1929-1930, quando a substituição do presidente da República levou o País à guerra civil.

Para compreender como e por que se processavam essas crises periódicas, será oportuno rememorar, para as gerações mais novas de brasileiros, como se realizavam as eleições na Primeira República.

Até a promulgação da Constituição de 34, o voto não era obrigatório, nem votavam as mulheres. O colégio eleitoral resumia-se no alistamento voluntário. Esse alistamento era feito pelos "cabos" eleitorais, indivíduos a serviço dos chefes políticos, que tinham todas as facilidades, quando partidários do governo, e encontravam todas as dificuldades, se militavam na oposição. No Interior, dominavam os "coronéis", discricionariamente, senhores da vida e da morte, porque mantinham capangas e pistoleiros que executavam tarefas punitivas, com a impunidade assegurada pelo prestígio de seus mandantes.

Os partidos estaduais eram agrupados em torno de indivíduos. Havia, em cada Estado, um Partido Republicano, que apoiava o governador e era prestigiado por ele. E um reduto de oposicionistas, para os quais só havia uma oportunidade: o rompimento do Executivo local com o governo central. Então, aliavam-se oposição e governo central, fazendo-se a intervenção no Estado, depondo o governador e colocando a oposição no governo.

A sucessão presidencial era a crise periódica. O presidente da Repú-

blica, eleito por uma maioria assim formada, tinha um poder quase absoluto, no início de seu quatriênio; na segunda metade, os próceres se articulavam em torno de uma ou várias candidaturas. Escolhido um nome, obtida a concordância dos grandes Estados, promovia-se uma Convenção Nacional, em que se faziam representar os referidos Partidos Republicanos estaduais por deputados e senadores, designados pelo governador respectivo, e homologava-se a escolha feita. O cerimonial continha, ainda, um banquete, onde o candidato lia sua plataforma de governo. A 1º de março se realizavam as eleições, em que jamais foi derrotado o candidato do oficialismo.

O presidente da República tinha uma posição privilegiada nesse jogo, desde que os governadores fossem pessoas de sua facção. Se não fossem, teria havido a aliança com a oposição e o risco da intervenção federal. A política dos governadores, implantada por Campos Sales, a pretexto de assegurar-se a maioria parlamentar necessária à aprovação de sua política financeira, firmara as oligarquias estaduais. Eram elas que organizavam o alistamento; formavam colégios eleitorais; faziam, ou forjavam, as eleições; nomeavam as juntas apuradoras. Obtido, assim, o diploma, o candidato tinha esse título examinado pelo verificador, que era também um órgão dependente desse sistema. Porque o poder verificador consistia numa comissão de Cinco, nas Assembléias estaduais ou federais, composta do mais velho parlamentar e completada por elementos de confiança. Campos Sales influíra para uma reforma do Regimento, de modo a que fosse o mais velho dos candidatos diplomados. Assim, a constituição do novo Legislativo começava viciada pela fraude das eleições de que se originava.

A escolha do presidente e do vice-presidente, para o primeiro quatriênio, fora feita pela Constituinte, em condições excepcionais, com o Congresso cercado de tropa. Deodoro, renunciando, entregara o governo a Floriano, que terminou o mandato, interpretando a seu modo o artigo constitucional que regulava a hipótese de vacância da Presidência. Não quis influir na escolha de seu sucessor, que foi Prudente de Moraes. Prudente, depois de enfrentar as tempestades de seu governo, não pôde apontar seu sucessor, que teria sido Bernardino de Campos. Para conciliar as forças políticas foi indicado Campos Sales, que também não teve atuação decisiva na apresentação da candidatura de Rodrigues Alves.

Em todas essas ocasiões, não houve participação popular. As cúpulas partidárias acordavam em um nome. A Convenção reunia-se para a cerimônia oficial do lançamento de sua candidatura. Na eleição, era essa a chapa, de antemão, vitoriosa. Se outro havia, nada mais significava senão a presença da oposição, a contestação que, de certo modo, ainda contribuía para dar aparência de legitimidade a essa farsa democrática.

Até a Campanha Civilista, na competição de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, em 1909-1910, não houve, verdadeiramente, um candidato democrático à Presidência da República, uma campanha sucessória, um debate, a participação do povo numa campanha política. Todos os candidatos, todos os presidentes, por mais ilustres que fossem, haviam saído de conciliábulos, em que presidentes, senadores, deputados, portadores de mandatos eivados de fraude se arrogavam, sem nova e específica delegação, para esse fim, a prerrogativa de escolher quem devia ser o futuro presidente da República. Então, esse candidato era apresentado ao povo para que nele votasse. Mesmo que houvesse outro nome, levantado pela oposição, seria uma contestação simbólica, sem chance eleitoral, nem objeto de uma campanha de âmbito popular. Lauro Sodré e Quintino Bocaiúva haviam sido candidatos da oposição. Nenhum deles foi à praça pública organizar comissões de propaganda, disputar o voto na boca da urna. Porque sabiam que suas indicações, feitas fora do sistema, eram meras homenagens aos seus méritos, desagravo aos seus ressentimentos.



Pelas suas origens militares a jovem República viveu os primeiros e difíceis tempos sob tutela de militares. Com razão, disse Rui que, de 1889 a 1909, não conheceu nenhum movimento civil; todos foram militares. Deodoro não governou em paz com seus ministros, que se demitiram. Nem manteve bom relacionamento com o Legislativo, que dissolveu. Nem com a Marinha, que se revoltou, motivando a sua renúncia. Floriano não teve tranqüilidade em seu governo. Comentando as agitações políticas desse período, Rui acentuou: "De uma ditadura que dissolve o Congresso Nacional, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso sensível . . ."

*"EU SOU O EXECUTIVO, VÓS SOIS O LEGISLATIVO"*

## CAPÍTULO XIII

Em seu depoimento, Campos Sales começa o capítulo de sua eleição fazendo uma análise, nem sempre favorável, do governo de Prudente de Moraes, para evidenciar as condições em que surgiu sua candidatura: "Para precisar devidamente os caracteres do momento político em que surgiu a minha candidatura à Presidência da República é preciso rememorar acontecimentos que a precederam.

O governo de Prudente de Moraes se inaugurara a 15 de novembro de1894 sob os mais promissores auspícios: era o advento do primeiro presidente civil, e a Nação o saudava com alegria, descortinando através desse acontecimento o feliz presságio de uma era de paz e de efetiva garantia do direito e da justiça. Os seus antecessores, ambos militares, haviam exercido as funções de governo numa fase revolucionária e perturbada por contínuas e profundas agitações. O País como que se sentia desafogado e pressentia o início de um período fecundo de benefícios, um período de tranqüilidade e de ordem, abrindo espaços às mais livres expansões do progresso. Do meio em que me achava, pude observar que tal era o sentimento nacional.

Na esfera propriamente política não era menos lisonjeira a expectativa. Os adversários de Floriano, que eram muitos, acolheram o seu sucessor como uma esperança; e os chamados florianistas, aqueles que lhe tinham guardado inquebrantável fidelidade até o último momento, se bem que se mantivessem em atitude mais reservada ante o novo governo, todavia o receberam, senão como um entusiasta, pelo menos como um circuns-

pecto e leal continuador das normas e da política do Marechal de Ferro.

Deste conjunto de opiniões resultou para o governo que se inaugurava uma situação excepcionalmente feliz: o apoio, talvez unânime no Congresso, na imprensa, na opinião nacional. Jamais um governo se encontrara em circunstâncias tão favoráveis para encetar com coragem, decisão e atividade a obra de reconstrução que o estado do País reclamava. Não havia senão garantir a ordem e governar; mas, governar ao influxo de uma vontade esclarecida e bem determinada. A Nação não lhe regatearia força moral para esta obra grandiosa, tão inequívocas eram as manifestações do geral consenso.

Os congressistas que se retiraram depois de ter assistido à posse do presidente, levando aos Estados as suas animadoras impressões achavam-se de novo reunidos em maio, todos desejosos de cooperar com o governo a bem dos altos interesses da República. A realidade das coisas já não parecia, entretanto, corresponder à expectativa do primeiro momento. Na política, a desconfiança e a dúvida; na administração, a incerteza e o desolamento – eis o aspecto real da situação em maio de 1895. Os trabalhos do Congresso começaram a ressentir-se da ausência de direção, tornando-se sobretudo sensível à falta de uma convivência mais íntima, de vínculos mais estreitos nas relações entre os dois poderes. O presidente, instado para dar a conhecer de modo menos reservado o seu pensamento sobre as medidas legislativas de que pudesse precisar, respondia, atrás do seu retraimento, que era assim que ele compreendia o preceito constitucional da separação e independência dos poderes soberanos. "*Eu sou o Executivo, Vós Sois o Legislativo.*"

Não teria seguramente outra linguagem o presidente do Supremo Tribunal Federal, quando se referisse aos outros poderes da Nação. Mas a doutrina se afigurava de um rigor tão excessivo, que tocava as raias do absurdo, em se tratando do Executivo e do Legislativo, que devem cooperar coordenamente e em uma aproximação tão estreita e tão cordial, que possa assegurar a unidade da ação governativa. Isto só pode deixar de ser necessário quando o governo, desorientado, anda ao acaso, sem um pensamento, sem um plano preconcebido, sem idéias a combinar. Tomada a *separação como um divórcio*, nos termos que parecia concebê-la o presidente, o governo representativo seria o mais detestável de todos os sistemas de governo, porque seria, sem mais sem menos, um governo de anarquia.

Dessa falsa compreensão resultou a inaudita *esterilidade administrativa*, que no fim do quatriênio havia abismado o País na moratória.

Campos Sales não esconde a sua simpatia por Glicério, ao passo que descrê da habilidade política de Prudente. Assim a crise de que resulta o confronto entre aqueles dois próceres, e fatal ao PRF, é narrada por ele dentro de seu angulo pessoal. "Foi na primeira metade deste período pre-



sidencial que floresceu o Partido Republicano Federal, planejado e organizado, ao findar o governo do marechal Floriano Peixoto, pelo sr. Glicério, que assumiu a sua direção por aclamação quase unânime dos que a ele se filiaram. Chefe popular e cheio de prestígio pelos serviços e pela pasmosa atividade de ação que exercera entre os propagandistas da República, a sua autoridade política elevou-se ao ponto de se lhe atribuir imperiosa ascendência sobre o espírito do sr. Prudente de Moraes durante a primeira fase do seu governo. As revistas ilustradas da época pintavam-no conduzido pela mão do sr. Glicério, na atitude automática do cego que obedece ao seu guia. O certo é que no atual regime nenhum homem político, fora do poder, igualou o prestígio pessoal a que atingiu o sr. Glicério naquela fase da política nacional, embora não tivesse sabido concentrar o comando e imprimir disciplina.

Num incidente em que me achei envolvido pude verificar que, efetivamente, a opinião do sr. Glicério tinha um grande peso no ânimo do supremo magistrado da Nação.

Era muito agitada nos círculos parlamentares a questão da anistia aos revolucionários do Sul, e, apenas, nos primeiros dias de sessão, já em ambas as casas do Congresso Nacional se cogitava de projeto nesse sentido. A mim também muito me preocupava o grave assunto. Parecia-me que a normalidade na administração da República dependia fundamentalmente da pacificação daquela região do País, onde, não obstante os esforços do governo de Floriano Peixoto, perdurava a guerra civil, cuja ação reflexa se fazia naturalmente sentir por toda a parte, ameaçando a ordem interna. Pensava eu que fazer a paz seria abrir caminho a uma ação mais eficiente por parte do governo, no trabalho urgentíssimo da reorganização do serviço público, profundamente perturbado por efeito da própria situação revolucionária em que se encontrava o País desde a proclamação do novo regime. Era assim que eu concebia a obra da consolidação da República. Nunca me anuviou o espírito o temor do fantasma da restauração monárquica. A atitude dos adeptos do regime decaído no dia 15 de novembro de 1889 deixou-me desde a primeira hora a convicção de que a República não tinha adversários que devessem ser temidos. Consolidar as novas instituições não era, portanto, atacar e destruir inimigos, que pelo menos não constituíam uma força ponderável, mas completar a organização dos aparelhos democráticos e normalizar as suas funções. Mas isto era obra a ser realizada ao influxo da ordem e da paz.

Fui ao palácio Itamaraty e expus o meu pensamento ao presidente. Disse-lhe que se me afigurava conveniente, a bem da pacificação do Sul, oferecer aos federalistas uma ponte – a anistia. As minhas idéias tiveram tão bom acolhimento, que dali saí com a incumbência de formular um projeto, que teria de ser apresentado como substitutivo do outro, que já então corria os trâmites regimentais no Senado e que eu considerava de-

masiado restrito. Poucos dias depois voltei a palácio para submeter ao exame do presidente o meu projeto assim concebido:

"Art. 1º – É concedida anistia a todos os brasileiros que, direta ou indiretamente, tiverem tomado parte na revolução de fevereiro de 1893, no Sul, ou na revolta de setembro do mesmo ano, iniciada na baia do Rio de Janeiro, e que no prazo de noventa dias da publicação da presente lei, depuserem as armas e se apresentarem às autoridades civis ou militares no território nacional, ou aos representantes diplomáticos do governo da República, em território estrangeiro.

"§ 1º – Excetuam-se desta disposição os oficiais superiores e generais do Exército e da Armada e os civis que, como cabeças, tiverem deliberado, excitado ou dirigido o movimento, ou assumido o comando de corpos organizados, ou tomado parte em governo ou junta governativa revolucionária.

"§ 2º – Ao Executivo compete conhecer e discriminar administrativamente as responsabilidades definidas no parágrafo anterior, com relação aos que ficam privados dos benefícios da lei.

"§ 3º – Os oficiais militares, incursos na pena de perda de postos, não voltarão à efetividade deles por virtude desta lei.

"Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário."

Como se vê, continha grandes restrições o projeto; mas, no momento, foi tido como exageradamente liberal, e, combatido com veemência no Senado, foi rejeitado por um voto de maioria.

Mas o sr. Prudente de Moraes adotou-o com ligeiras modificações e recomendou-me que o apresentasse sem demora ao Senado, como se vê da sua carta de 15 de maio a mim dirigida:

"Restituo-vos o vosso projeto com modificações que me parecem convenientes – 1º para abranger os que se apresentaram ou se apresentarem antes do prazo de noventa dias; 2º autorizando o governo a prorrogar o prazo de noventa dias. Convirá abreviar o andamento do projeto Ladário, para apresentar o vosso."

Em presença desta declaração tão categórica, no dia seguinte anunciei da Tribuna do Senado que tinha um substitutivo muito mais amplo a apresentar, quando viesse à discussão o projeto Ladário. Esta declaração foi mal recebida nos círculos dos intransigentes e o sr. Glicério apressou-se em ir ao Itamaraty. Recebi a seguinte carta, com data de 21 de maio:

"A idéia da anistia está produzindo agitação e há muitos que entendem que ela constitui um recuo das idéias emitidas na mensagem. Convém que o meu nome seja afastado das discussões – nas duas casas do Congresso: por isso, o vosso projeto não deve aparecer com a responsabilidade do governo, tanto mais quando ainda tenho dúvida sobre algumas das suas disposições – que dependem de estudo. Consta-me que a maioria da Câmara recebeu mal a idéia e prepara-se para rejeitá-la – e não convém expor-me a esse desastre.

"O Glicério está magoado por não ter sido ouvido e mostra-se muito contrário à idéia da anistia."

É evidente que a conferência com o chefe do Partido Republicano Federal operou uma profunda transformação no espírito do presidente.

Encerra grande valor, como documento que a História recolherá com particular interesse, o depoimento espontâneo do general Inocêncio Galvão, o pacificador do Sul.

Em uma série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, em maio de 1898, e que, segundo a versão corrente na época, passavam pelo gabinete presidencial antes de terem publicidade, o ilustre militar fez a reiterada afirmação de que, ao receber a investidura do comando do 6º Distrito, "ocultara inteiramente o seu plano de pacificação ao sr. presidente da República", e tanto cuidado pusera na sua premeditada reserva, que "do que fez, dos primeiros passos que deu antes mesmo de embarcar e do que tencionava fazer depois, até o momento de conseguir a suspensão de hostilidades, nada absolutamente comunicara ao sr. presidente da República."

E, como para justificar esse retraimento sobre assunto de tamanha transcendência, acrescentou na sua narração:

"Em longa conferência que tive com o sr. presidente da República, pude perscrutar-lhe os sentimentos e desejos mais íntimos; e, conhecendo, por outro lado, os embaraços que à livre expansão e satisfação desses sentimentos lhe criavam os amigos políticos, que o apoiavam então, percebi desde logo a necessidade que S. Exa. tinha do concurso de um homem, que ousasse por si mesmo, e só por si, arrostar as resistências coligadas dos interesses partidários e que tivesse abnegação bastante para espontaneamente tomar sobre si a responsabilidade de encaminhar, pelo verdadeiro caminho e único eficaz, a questão da paz do Rio Grande."

Ao general negociador da paz não faltou a necessária perspicácia para ver claramente que o presidente se sentia coacto, sem deliberação nem ação, sob a sua influência dominadora de um poder oculto, que o embaraçava e lhe tolhia os movimentos, deixando no entanto correr à revelia os negócios da guerra civil, que agitava e perturbava o País. Pareceu-lhe por isso indispensável que alguém, emancipado da perniciosa influência política, "ousasse por si mesmo" deliberar e agir sob a sua exclusiva responsabilidade. Com esta orientação marchou o valoroso general para o seu posto, "sem levar instruções nenhuma do presidente", e disposto a promover a pacificação, que, com tanta felicidade, levou a bom êxito.

Eram talvez os fatos desta natureza que impressionavam a opinião pública e geravam conjecturas sobre a existência de um poder político empolgante e avassalador, anulando a autonomia presidencial.

O Partido Republicano Federal recebera das mãos dos seus organizadores uma bandeira tão ampla que podia abrigar à sua sombra os representantes de todas as idéias, mesmo as mais contrapostas – os federalistas e os unitaristas, os presidencialistas e os *parlamentaristas*. As divergências no tocante à resolução dos problemas de administração igualmente não criavam incompatibilidades no mesmo acampamento, e sob a mesma bandeira podiam estar sem constrangimento moral ou político, agrupados os adeptos de todos os processos, embora os mais contraditórios.

Mas, ainda aí, nessa dupla ausência de coesão de idéias e de conformidade de sentimentos estava o germe da dissolução, sob cuja influência deletéria devia fatalmente cair esfacelada essa massa informe. Não é, portanto, como a princípio se pretendeu, nos acontecimentos da Escola Militar e subseqüente crise política, que se deve procurar a causa da cisão que se produziu no seio do numeroso partido, em 1897; ele já trazia, no próprio organismo, o *morbus* que lhe minava a resistência desde a hora em que saiu, armado, do cérebro do seu criador.

Sempre julguei assim esta organização; posso até dizer que tive a previsão segura dos fatos. Em agosto de 1896 – desempenhava eu então o cargo de presidente do Estado de São Paulo – respondendo a uma carta do dr. Bernardino de Campos, me exprimia nestes termos:

"O que V. me diz confirma minha velha opinião. A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai-nos enfraquecendo e perturbando nossa marcha. Os elementos agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, da sombra da nossa condescendência vão acarretando a nossa responsabilidade na sua ação francamente e calculadamente anarquizadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucesso, se não produziram desastres, deverão servir-nos de advertência. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se à nossa direção. Ao contrário, os exaltados é que nos vão levando a reboque nas suas arruaças, *meetings* de indignação, etc. Eles arranjam as crises e nós agüentamos com as responsabilidades delas. Penso que temos a escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciamos à aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficamos nisso que aí está, que é a anarquia, no meio da qual os nossos homens se vão perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma entre nós. Este é o elemento perverso em todas as democracias.

"Cassagnac nunca encontrou melhor aliado do que Clemenceau o purista republicano, devorador de gabinetes. O que V. me conta do Rio é a reprodução do nosso país dessa extravagância política. Diga a Glicério que um chefe não pode condescender em pontos fundamentais, sem enfraquecer a sua autoridade; e o chefe que se enfraquece está no risco de



perder o comando, aliás impossível diante das vontades intransigentes. Basta de Câmaras agitadoras. Precisamos governar com ordem para governar bem. V. sabe que não é por estar no governo que digo isto. Todos conhecem a minha índole conservadora, que, uns por erro de apreciação, outros por espírito de hostilidade, qualificam injustamente de autoritária. No governo, a minha responsabilidade pela direção partidária não é tão direta como a dos outros, e é por isso que me permito estas considerações, que não têm por fim senão chamar à meditação."

Aí está claramente demonstrado que não me inspirava confiança aquela organização partidária e que tal partido não havia que esperar senão o desmembramento. Mas, entre os pródomos mais próximos da cisão, apresenta-se como sinal inequívoco a divergência entre o chefe do Partido Federal e os representantes de Pernambuco. Este incidente causou viva impressão, porque indicava sinais de ameaças e perigos no horizonte do Partido Republicano Federal. Ouviam-se já os estalidos que precedem o esboroamento do edifício. Na sessão da Câmara, de 14 de maio de 1897, os deputados por Pernambuco exoneraram-se de todas as comissões permanentes de que faziam parte. Um deles declarou o verdadeiro motivo que havia determinado sua conduta. Referiu que em uma das reuniões dos membros do Partido Republicano Federal fora deliberado que o chefe desse partido fizesse a escolha dos nomes das pessoas em quem deviam recair a votação. "Votou contra essa medida, disse ele, e em tais condições julgava não dever fazer parte da comissão." Diante da conduta uniforme destes deputados, significando uma resolução de caráter político, premeditada e combinada em conselho de amigos, o sr. Glicério, sem tentar dissimular as dificuldades da situação, antes encarando-a tal qual se apresentava, no seu verdadeiro aspecto político, apressou-se em subir à tribuna e dizer:

"Diante da declaração dos nobres deputados que falaram em primeiro lugar, eu não tinha senão que me curvar respeitoso à deliberação de S. Exas. Depois, porém, que o sr. Pereira de Lira acentuou, com franqueza, o motivo que o levara a dar também a sua demissão, V. Exa. compreende que, obedecendo aos ditames da minha consciência e julgando assim desempenhar-me das graves responsabilidades que sobre mim pesam, como chefe do Partido Republicano Federal (note a Câmara que é a primeira vez que aludo a essa qualidade), não posso deixar de intervir no incidente para dizer, com o devido respeito, aos nobres deputados por Pernambuco, que S. Exas. estão assumindo neste momento gravíssima responsabilidade. (muito bem, muitos apoiados.)

O sr. Pereira de Lira – Peço a palavra para uma explicação pessoal.

O sr. Francisco Glicério – Não pode ser estranha à Câmara e poderei dizer mesmo ao País, a atitude dos nobres deputados por Pernambuco, ou, para ser mais franco, a atitude do ilustre chefe do Partido Republi-

cano Federal Pernambucano, em relação à atual situação parlamentar.

O sr. Pereira de Lira – Qual é essa atitude?

O sr. Francisco Glicério – Toda a gente sente que uma séria divergência vem desde algum tempo separando os nossos ilustres amigos de Pernambuco da direção central do nosso partido. (Muito bem.)

"Não é preciso referir aos fatos, eles são aliás mais conhecidos da opinião pública do que de mim próprio. Não costumo simular posições, pois se alguma virtude tenho como homem público é antes a da franqueza e da diligência do que a das posições simuladas."

Cumpre refletir que essa sessão, na qual se denunciou "que uma séria divergência vinha minando o Partido Republicano Federal, desde algum tempo", apenas precedeu de quatorze dias àquela em que foi apresentada a moção Seabra, por ocasião dos acontecimentos da Escola Militar. É certo, portanto, que tais sucessos foram apenas a causa ocasional de uma cisão que já se fazia sentir anteriormente por manifestações positivas.

Estávamos no momento crítico que precede a eleição presidencial. As ambições tumultuavam, surgindo candidaturas de diversos grupos. A agitação era profunda em todos os espíritos, por isso mesmo que as pretensões se apresentavam intransigentes e irreconciliáveis. Só isso bastava, não simplesmente para afrouxar os tênues laços partidários, que ainda pudessem existir, como para carregar de paixões a atmosfera política. Todos os manejos da astúcia e todos os ardis da intriga vieram a campo. Para ter-se uma idéia precisa de quanto a eleição presidencial exaltava os ânimos, basta lembrar as cenas lamentáveis que se deram dentro e fora do edifício do Senado, quando ali se reuniu a Convenção do Partido Republicano Federal.

Destacavam-se, entretanto, destas múltiplas subdivisões dois grandes agrupamentos, entre os quais mais se acentuava o antagonismo das tendências. Em suas tradições eles representavam os dois elementos que figuravam no governo de Floriano Peixoto, uns como governistas outros como oposicionistas.

Até esse momento o meu nome não tinha aparecido por qualquer forma entre os candidatos que iam sendo lembrados, tivessem ou não elementos de êxito.

Foi nestas condições que sobreveio o caso da Escola Militar, que, em substância, não concorreu senão para precipitar a manifestação de uma crise, que de tempos anteriores se vinha fazendo anunciar por sinais característicos.

Para atender à necessidade da remessa de armas e munições que eram requisitadas do Rio Grande do Sul, onde se anunciava uma nova invasão por parte dos federalistas, e estando desfalcada a Intendência da Guerra, determinou o governo que fossem retiradas, para ter aquele destino, as



que existiam na Escola Militar. Os alunos não receberam bem esse ato, que tomaram como uma manifestação de desconfiança, e resolveram constituir uma comissão encarregada de solicitar os bons ofícios do coronel Hermes da Fonseca, comandante do 2º Regimento de Artilharia, a fim de obter do ministro da Guerra que fosse sustada a execução daquelas ordens. Aceitando a incumbência, prometeu o coronel tratar do assunto com o ministro, marechal Carlos Machado Bittencourt sob a condição, porém, de que, por sua vez, sustariam os alunos qualquer procedimento até que lhes fosse dada uma resposta. Adotada esta preliminar, iniciou ele o desempenho de sua missão, procurando no mesmo dia o ministro; como, porém, não o encontrasse, entendeu-se a esse respeito com o general Mallet, mestre-general do Exército, que, ouvindo-o e julgando grave a situação, prometeu falar, ele próprio, ao marechal Bittencourt sobre o assunto. Acrescentou, entretanto, o general Mallet que a suposição dos alunos era completamente infundada, visto ser real a necessidade, que tinha o governo, das armas e munições para o indicado destino, mostrando ao coronel Hermes o telegrama que continha a requisição.

No dia seguinte, o coronel Hermes foi em palácio procurar o ministro da Guerra, e, como ele ainda não estivesse, resolveu esperar na sala da casa militar. Logo, porém, chegou o ministro, e antes que o coronel tivesse ocasião de falar-lhe teve, pelo telefone, notícia de que a Escola se havia revoltado, estando preso o respectivo comandante, general Girard, e o comandante do corpo de alunos, coronel Trompowsky, e conservando-se os alunos em pé de guerra, depois de se haverem apoderado de todas as armas e munições. Expôs então o coronel Hermes o que tinha ocorrido acerca de sua missão ao ministro, limitando-se a declarar:

"É tarde; as ordens estão dadas e hão de ser cumpridas. Não posso voltar atrás."

Depois disso, retirou-se o ministro para conferenciar com o presidente. Permaneceram na sala da casa militar o ministro da Fazenda e o coronel Hermes, e aí, após longas ponderações, sendo lembrada a conveniência de ir mesmo o coronel à Escola, replicou ele estar pronto, contanto, porém, que isso merecesse a aprovação do presidente. Assegurada esta aprovação, o coronel partiu, mas já encontrou o corpo de alunos em armas e presos os comandantes da Escola e do corpo. Procurou o general Girard e disse a que ia.

– Pode fazer o que quiser – respondeu-lhe o general. – Eu aqui já não tenho autoridade.

– Nada posso fazer – ponderou o coronel Hermes – sem a sua autorização. Não reconheço o corpo de alunos como potência, e para mim o senhor continua a ser o comandante da Escola.

Aquiescendo o general Girard, o coronel dirigiu-se ao capitão Servilio

Gonçalves, instrutor do corpo de alunos, e mandou tocar o reunir. Reunido o corpo, o coronel declarou-lhes qual era o seu intuito, fazendo-se entre os alunos prolongado silêncio. Perguntou-lhes então o coronel:

– Os senhores nada respondem?

Destacou-se uma comissão e declarou que os alunos deixariam as armas, desde que o coronel lhes afirmasse que nada sofreriam. Ponderando ele que isso não podia garantir, visto que já tinham cometido uma grave falta, merecedora de grande punição, mas que interviria junto ao governo para que a mesma falta fosse atenuada, replicaram os alunos que, nesse caso, mantinham a sua atitude. Malograda assim a sua missão, retirou-se o coronel para palácio, tendo em caminho encontrado a força que marchava para a Escola. Esta força compunha-se do 1º Batalhão de Infantaria, comandado pelo tenente-coronel Eduardo Bitencourt, do 10º também de Infantaria, comandado pelo tenente-coronel Thomé Cordeiro, e de uma bateria do 2º Regimento de Artilharia.

Chegando a força à Escola, parlamentou com o capitão Servílio, que facilitou a entrada. Submeteram-se os revoltosos.

Reprimido o movimento, o governo ordenou que fossem desligados da Escola os alunos que nele tomaram parte e remetidos para os diversos corpos do Exército do Sul e Norte da República. A ordem foi restabelecida.

Tal é o fato, segundo me foi narrado por testemunha presencial, fidedigna.

Os sucessos da Escola Militar tiveram larga repercussão no mundo político, onde foram acolhidos com a sofreguidão dos que apenas aguardam a superveniência do pretexto para um desenlace premeditado. Dir-se-ia, ao observar a presteza com que os grupos se separaram, alinhando-se em campos opostos, que no seio do Congresso tudo havia sido predisposto, com ordem e disciplina, para que cada um tomasse o seu lugar ao primeiro sinal de combate. E quem estudasse atentamente a fisionomia das duas facções veria reproduzido o mesmo aspecto político que apresentava a Câmara dos Deputados durante o governo do marechal Floriano, com uma só diferença: os oposicionistas de outrora arregimentavam-se então em torno do governo de Prudente de Morais, e declaravam-se oposicionistas os que se diziam representantes da tradição florianista. O nome do Marechal de Ferro, a toda hora evocado, chegou a ser um verdadeiro grito de guerra, sobretudo entre os elementos mais exaltados. Queriam estes ser os genuínos representantes do republicanismo brasileiro.

Essa particularidade é de grande importância para o estudo da situação, da qual surgiu a minha candidatura à Presidência da República.

Na sessão da Câmara, de 28 de maio, o sr. Seabra, aproveitando-se do estado geral dos espíritos e no visível empenho de apressar a solução da



crise latente, apresentou, por sua própria inspiração, o seguinte requerimento:

"Requeiro que a mesa da Câmara nomeie uma comissão, a fim de congratular-se com o sr. presidente da República, pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição, no dia 26 do corrente."

Justificando a sua proposta, declarou o sr. Seabra que ela estava dentro dos precedentes da Câmara, e que, se tomava a iniciativa, "era porque até aquele momento não vira a solidariedade da Câmara dos Deputados para com o presidente da República", insinuando, intencionalmente, que tal iniciativa deveria ter partido do líder da maioria, deputado por São Paulo.

Estava empenhada a luta.

O sr. Glicério corre à tribuna e assim procura justificar o seu voto contra a proposta:

***

"Não me convenço, e digo isto sem a mais leve intenção de desrespeitar o ilustre autor da proposta, assim como aqueles dos nobres colegas que aderiram ao pensamento de S. Exa; não me convenço, não posso persuadir-me de que o pensamento que ditou o requerimento do nobre deputado fosse tão-somente o interesse frio e governamental do restabelecimento da ordem pública (apoiados, interrupções, apartes).

"Entrei nesta parte das minhas observações, pedindo que me relevassem a franqueza, pois que o império do momento não me permite ocultar um só dos meus pensamentos. Eu dizia que o requerimento reproduz, sob o pretexto de se pedir à Câmara uma prova de confiança ao governo, um certo sentimento que por aí agita os espíritos nas nossas fileiras, que invade o nosso próprio organismo partidário e que, se a tempo não for chamado à superfície, pode trazer danos irreparáveis (apoiados).

"É por isso, sr. presidente, que eu peço licença para afirmar que o requerimento do nobre deputado pela Bahia teve por fim dividir-nos, visando claramente colocar-nos nesta alternativa: aprovarmos a proposta, e condenarmos não o ato de indisciplina dos rapazes, mas a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito das nossas afeições, ou rejeitarmos a proposta, significando assim da nossa parte desconfiança ao presidente da República" (apoiados repetidos em muitas bancadas).

A proposta foi rejeitada em votação nominal por 86 votos contra 60. No dia seguinte, o presidente da Câmara, afirmando a sua solidariedade com os que haviam apoiado a proposta, considera-se divorciado da maioria, que a rejeitou, e, por isso, renuncia ao cargo que ocupava pelo voto da mesma Câmara. Esta renúncia, contrariamente a todos os estilos, foi aceita por 79 votos contra 71.

Dando maior clareza à situação, publicou o *Jornal do Comércio*, do dia 29, uma vária, cujo elevado alcance político a ninguém escapou. Eram estes os seus expressivos termos:

"Julgamo-nos autorizados a declarar que o sr. Francisco Glicério não interpreta perante o Congresso a política do sr. presidente da República, como se tem feito acreditar em certos grupos políticos. O discurso pronunciado ontem pelo sr. deputado de São Paulo no debate suscitado pela moção do sr. Seabra, a propósito dos acontecimentos destes dias e os seus temerários incitamentos à revivescência de paixões que devem desaparecer, denuncia, aliás, a sua completa divergência dos atos que entendeu praticar o sr. presidente da República. É provável que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambigüidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a sua posição e as responsabilidades que lhe pertençam perante a opinião."

Esta declaração produziu a impressão do relâmpago, que súbito ilumina o horizonte. Dados os precedentes do jornal, a sua atitude circunspecta e estranha aos interesses partidários de qualquer ordem, tornou-se evidente que a notícia tivera origem no Palácio do Catete, onde na véspera tinham estado em demorada conferência com o presidente da República dois dos mais graduados representantes do velho órgão da imprensa fluminense. O próprio sr. Glicério referindo-se, da tribuna da Câmara, a essa publicação significou que, sem se animar a classificá-la de oficial, não deixava, contudo, de "ver nela a autenticidade da origem". No geral conceito, portanto, o jornal publicava as próprias palavras do presidente. Era o sr. Prudente de Mora s que vinha com toda a solenidade cassar o mandato moral conferido ao chefe do Partido Republicano Federal, para que pudesse, no seio da representação nacional, exprimir os sentimentos do supremo magistrado da República e falar em nome dos interesses da pública administração. Embalde tentara o sr. Glicério, por um supremo esforço, aparar o formidável golpe procurando nas sutilezas de uma distinção, entre líder do governo e líder do seu partido, o ponto de apoio que lhe fugia sob os pés, como das mãos lhe escapara o bastão de comando. O que ele chamava o seu partido era, e não podia deixar de ser, um instrumento do governo, tal como se compreende no regime representativo: a maioria, que a sua personalidade encarnava, era necessariamente uma maioria governamental, representando no seio do Congresso o pensamento do governo, e agindo com este em perfeita uniformidade de vistas.

*A destituição era, pois, formal.* Ficavam extintas as relações políticas e tinham por igual desaparecido os vínculos morais que ligavam os dois antigos companheiros de propaganda republicana.

Sem haver tomado parte na fundação do Partido Republicano Federal, sem ter assumido responsabilidade alguma na sua direção, e estando na presidência do Estado de São Paulo, achei-me eventualmente isento dos atritos que então se produziram na política federal. Observava, entretanto, com viva inquietação, que naqueles sucessos se achavam envolvidos altos interesses da República. Foi então quando recebi, no dia 29, do sr. Prudente de Morais, o seguinte telegrama:

"Câmara dos Deputados rejeitou, ontem, por 86 votos contra 60, requerimento felicitação governo pela energia com que reprimiu sublevação Escola Militar. Glicério falou e votou contra. Votação Câmara constitui hostilidade ao governo e incitamento novas revoltas militares. Situação muito grave. Amigos governo trabalham para conseguir segunda-feira manifestação da Câmara em apoio do governo. Deputados paulistas cinco votaram com o governo e cinco com Glicério. Representação São Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar. Peço a sua intervenção para que deputados paulistas apóiem governo, fazendo vir já Rubião, Flaquer e outros que lá estão."

Para essa noite promovi, em palácio, uma reunião dos deputados federais que se achavam em São Paulo. Compareceram os srs. Bueno de Andrada, Lucas de Barros, José Rubião e outros. Dando-lhes conhecimento do telegrama, fiz sentir a necessidade de partirem imediatamente para o Rio, a fim de prestarem apoio ao governo, que dele muito necessitava em tão delicada emergência.

A circunstância de se acharem no conflito, em posições opostas, dois dos mais autorizados chefes da política paulista criava sério embaraço à escolha da atitude. Houve, como era natural, grande vacilação. Intervi, então, e o meu conselho foi para que se amparasse o governo, que eu julgava ter bem cumprido o seu dever, tanto assim que lhe mandara parabéns, desde que tive conhecimento da sua ação pronta e enérgica na manutenção da ordem e na defesa do prestígio da primeira autoridade da República. Após demoradas considerações, o sr. Bueno de Andrada perguntou se eu me proporia a dirigir ao sr. Glicério, no sentido das minhas idéias, uma carta da qual ele e seus companheiros presentes seriam portadores. Sem hesitar, escrevi e entreguei-lhe a carta, em que me referia aos conselhos dados aos deputados paulistas e apelava, afinal, para o patriotismo do sr. Glicério, cuja posição, a meu ver, não podia ser senão ao lado do governo em tão crítico momento.

Sei que a missiva chegou às mãos do seu destinatário e que também foi lida pelo sr. Bernardino de Campos. Tenho necessidade de fixar bem estes pontos para patentear, à plena luz, os excessos a que foram levados os meus adversários na paixão com que me agrediram, a ponto de afirmarem em todos os tons, pela sua imprensa, que só cheguei a aderir à causa do governo "quando Prudente de Morais, por ocasião da minha estada na Capital federal, se ofereceu para indicar e apoiar a minha candidatura". Sobre este falso motivo bordaram inúmeros artigos sob a su-

gestiva epígrafe: Por um prato de lentilhas.

Nem sequer estavam em boa fé os que assim me irrogavam a feia ação; tinham consigo a prova documental em contrário do que afirmavam. Confortava-me, entretanto, a lembrança do que eles próprios já me tinham visto, por infinitas vezes, a seu lado, suportar impávido, com desdenhoso desprezo, todas as audácias da calúnia.

A muitos se afigurou que ainda era tempo de conjurar a crise, detendo o curso dos acontecimentos e evitando que a cisão partidária chegasse às últimas conseqüências. Traduzindo este pensamento, recebi do sr. Rodolfo Miranda, deputado por São Paulo, o seguinte apelo, por telegrama de 30 de maio:

"Devido funesta divergência entre homens que a República tem de mais puro e elevado, os acontecimentos políticos agravam-se vertiginosamente. Considero urgente e indispensável sua boa e valiosa intervenção para evitar novas desgraças à República. Apelando para a sua dedicação gloriosa à República e afeto pessoal para com os chefes divergentes, imploro, como republicano e seu devotado amigo, sua intervenção aqui vindo, o que será de feito pronto e salvador."

A julgar pelas suas ligações pessoais, o sr. Rodolfo Miranda devia estar mais próximo do sr. Glicério, a cuja facção, aliás, acompanhara desde o primeiro instante. Eu não podia deixar de receber com particular apreço a iniciativa deste amigo leal e dedicado, cheio de serviços, os mais abnegados e relevantes, à propaganda republicana; mas até aquele momento não julgara oportuna a minha intervenção, principalmente porque, nas condições em que se encontravam os ânimos, não me parecia que pudesse contar com probabilidades de êxito uma missão reconciliadora. No mesmo dia, algumas horas mais tarde, recebi o seguinte telegrama do sr. Bernardino de Campos, ministro da Fazenda:

"Amigos aceitam a sua intervenção para impedir que a autoridade legal representada no governo seja substituída pela anarquia. Estimaríamos que não houvesse sacrifício pessoal; porém, o que está afetado é o princípio da ordem, que não podemos abandonar, nisto é dever não transigir, sobretudo em circunstâncias concorrentes, que nos obrigam a perder tudo, menos a honorabilidade do poder público. Seu prestígio e a sua posição alheia aos fatos muito poderão conseguir, urgindo fazer o que for possível."

Em presença dessas solicitações, que, pela posição dos que as afirmavam, representavam evidentemente os dois elementos em ação, julguei que não era permitido escusar-me sem acarretar a responsabilidade de haver negado o meu concurso, no momento em que o consideravam de alguma eficácia. Sob a influência destes sentimentos, parti para o Rio no trem da manhã seguinte. Não tinha ilusões acerca do resultado da minha missão, mas ia seguro de que cumpria um dever. A dupla origem do chamado bastava para que ninguém pudesse ver no meu procedimento uma intervenção impertinente ou indiscreta.



Logo que cheguei, tive aviso de que o presidente da República me receberia nessa noite. Compareci. O sr. Prudente de Morais recebeu-me na sala de despacho do Catete, cercado de todos os ministros, em derredor da grande mesa e sob a sua presidência. Não teria mais solenidade, em uma monarquia parlamentar, um gabinete reunido sob a presidência do soberano, para deliberar sobre as graves questões de Estado. Confesso que me causou certa perturbação o aspecto por demais aparatoso dessa recepção. Pensava eu que, em se tratando não de assunto de administração, mas de uma crise política, ou meramente partidária, mais acertado teria sido que o meu primeiro encontro com o presidente houvesse revestido um caráter mais reservado, quase íntimo, dando largueza às nossas mais francas expansões, tanto mais que teríamos necessidade de apreciar a conduta de amigos, gloriosos veteranos da nossa tradicional campanha republicana.

Colocado no topo da mesa, *vis-à-vis* do presidente, ouvi atentamente a sua minuciosa exposição acerca das ocorrências, os alvitres que sugeriu e os desejos que manifestou de chegar a um acordo que pudesse reconciliar os ânimos, sem contudo afetar o prestígio do poder. A impressão que tive foi a de que o presidente não seria um obstáculo, pois que ele estava sinceramente animado de espírito conciliador. Manifestando então o que pensava acerca das diligências que ia empregar e salientando a circunstância, para mim muito ponderável, de encontrar os meus mais antigos e melhores companheiros de lutas políticas nos dois lados divergentes, fiz sentir, como primordial, a necessidade de contar com o concurso da boa vontade do governo para o êxito da delicada missão. Estabeleci, porém, desde logo, a ressalva do prestígio do poder, como justa e indeclinável.

Assim revestido da imprescindível autorização, pedi ao sr. Bernardino de Campos que me acompanhasse na entrevista que ia ter com os srs. Glicério e Pinheiro Machado. As relações de afetuosa amizade que sempre tinham existido entre nós permitiam que nos entendêssemos com absoluta franqueza. Foram inúteis, todavia, os esforços empregados. Um certo melindre alegado, ora de um, ora de outro, impedia que chegasse a termo qualquer das combinações encaminhadas. Era ponto fundamental das divergências o preenchimento do cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Do lado dos amigos do governo entendia-se que o presidente demissionário devia ser reeleito com o apoio dos dois grupos; aos outros, porém, essa cláusula se afigurava uma capitulação. Surgiu o alvitre da apresentação de um nome menos envolvido nos acontecimentos, e foi indicado o prestigioso sr. *Francisco de Sá*, deputado por Ceará, e ao mesmo tempo vinculado ao Estado de Minas pelo nascimento. Eis como ele próprio narrou da tribuna da Câmara dos Deputados a maneira por que sur-

giu a sua candidatura àquele posto e o que ocorreu em torno da sua individualidade:

"A todos os espíritos patriotas impõe-se a necessidade de evitar que em uma luta, provocada por interesses inferiores, a sorte do governo fosse identificada como a de um partido nascente. Quiséramos que nessa contenda não se colocassem atrás dos combatentes as sombras das potestades olímpicas, como nas pugnas das Ilíadas.

"Todo o esforço se fez para evitar o conflito, e dou testemunho da patriótica iniciativa que teve a representação de Minas Gerais, da qual me fiz órgão para promover a conciliação e evitar que a luta se verificasse no terreno em que artificialmente e inconstitucionalmente se pretendeu colocá-la.

"Por essa razão, sr. presidente, por um conjunto de circunstâncias que no espírito de meus amigos prevaleceu sobre a obscuridade do meu nome . . .

"Um sr. deputado – V. Exa. está mostrando que a lembrança não podia ser mais feliz.

"O sr. Francisco Sá – . . . Foi este oferecido, não como bandeira de guerra, mas como símbolo de paz, desinteressado, como estivera da peleja, desprevenido dos antecedentes, desligado dos compromissos que as paixões do dia criaram. E somente para prestar à República o serviço de afastar essa luta, cujas conseqüências me faziam tremer, eu me dispus ao sacrifício, tão superior às minhas forças, tão contrário às tendências e às necessidades atuais do meu espírito.

"Mas ao governo pareceu que se tratava de fazer uma transação e que não era lícito transigir. Era transação, sim; mas transação legítima, honesta, patriótica, transação entre os interesses políticos em luta, transação tendo por fim colocar o princípio da autoridade, inacessível e forte, acima das pequeninas competições de grupos partidários (apoiados).

"O sr. Seabra e outros dão apartes.

"O sr. Francisco Sá – Posso afirmar que, julgando-me obrigado por aquela delegação a entender-me com diferentes chefes, encontrei os diretores do Partido Republicano Federal nas melhores disposições de ânimo, na maior cordura, dominados pelo desejo de evitar que o conflito estabelecido tomasse a perigosa feição de uma luta entre os dois poderes políticos da Nação (apartes).

"Muito menos infeliz me deveria considerar pelo insucesso da minha intervenção, se esforços daqueles que muito mais valem do que eu, e de muito maior responsabilidade estão investidos na direção e conservação da ordem política, se não houvessem igualmente malogrado" (apartes).

Assim foi. A eleição do presidente da Câmara, pelas circunstâncias altamente significativas em que se abrira a vaga, estava fatalmente destinada a ser o terreno em que se extremariam intransigente e irreconciliavelmente os dois agrupamentos. De ambos os lados, considerava-se que não era possível ceder, nesse terreno, sem humilhações. Pude observar também que se depositava grande esperança na firmeza da resistência. A vitória, segundo esse critério, caberia a quem tivesse mais perseverança. Assim, pois, era claro que os antagonistas não se reconciliariam por falta de uma ponte que os pudesse aproximar.



Estava, enfim, malograda a minha missão. Devo contudo deixar aqui consignado que a impressão que me ficou foi que, tanto por parte do sr. Prudente de Morais, como por parte do sr. Glicério, a crise teria sido conjurada, se ao impulso das suas tendências conciliadoras não se opusesse a resistência dos irreconciliáveis de um e de outro lado. Não eram poucos os que pensavam ser empresa irrealizável o restabelecimento dos laços de disciplina e coesão no seio do partido que de longe vinha perturbado por profundos dissentimentos. Exprimindo esta opinião, fez o deputado Frederico Borges, da tribuna da Câmara, esta importante declaração:

"O que acaba de dar-se, em vez de trazer apreensões ao meu espírito, traz-me, ao contrário, grande satisfação de ver definidas as posições, desmascarados os manejos feitos contra os republicanos dedicados e sinceros ao regime" (apoiados).

Do lado oposto opinava o sr. Bernardino de Campos (carta de 30 de maio):

"Pelo que parece, trata-se de obrigar o governo ou a adotar uma candidatura, ou retirar-se para o posto ser ocupado por quem o adote."

É evidente, em presença de tão valiosas testemunhas, que a crise, resultante de motivos poderosos que vinham atuando de muito longe, não podia ser debelada pela simples cessação das causas ocasionais. Em ponto culminante, dominando os fatos com a sua assinalada influência, segregando os elementos e gerando discórdias, estava o problema do momento – a eleição presidencial. *Desta vez ainda, e sempre, era este o grande eixo em torno do qual girava a política da República.*

Até o momento em que se deu a cisão – esse fato tem uma importância capital – os políticos que depois dela vieram a formar a agremiação que se colocou ao lado do governo não tinham ainda manifestado a sua preferência por qualquer dos candidatos que iam sendo lembrados, nem tão pouco haviam tomado a iniciativa de uma indicação. Todos os nomes, até então levantados, achavam-se, após estes sucessos, inscritos sob a bandeira da facção oposicionista. Os situacionistas encontravam-se assim na plenitude da sua liberdade de escolha. Mais uma circunstância, que muito veio influir na solução final adotada: os oposicionistas, conforme já fiz notar, jactavam-se de ser os puritanos, os representantes genuínos do republicanismo brasileiro, apontando os seus correligionários mais eminentes como os legítimos depositários das verdadeiras tradições republicanas. Os governistas, porém, não cediam a pri-

mazia aos seus adversários e expunham a lista dos veteranos da República que acampavam nos seus arraiais.

Foi nestas condições que o meu nome começou a sair da penumbra, apontado como o de um republicano histórico, ao serviço da idéia republicana desde a primeira hora de combate contra o regime decaído. Embora sem o valimento de outros, podia contudo figurar por antigüidade, dedicação e lealdade, ao lado dos mais ilustres dentre os que comandavam as hostes oposicionistas.

A 18 de junho, escrevia-me o sr. Bernardino de Campos, fazendo-me a primeira comunicação direta, que até então eu tivera, acerca da minha candidatura. Dizia ele:

"Seu nome surgiu dentre as esperanças dos políticos que rodeiam o governo, como centro de aspirações pela ordem constitucional sustentada por um republicano histórico de nome feito e capacidade comprovada. Nenhum dos senões opostos a outros, nenhuma suspeição possível, nenhuma contestação a não ser de ordem geográfica."

"Apareceram então as manifestações de Minas e da Bahia, dois grandes Estados de incontestável e legítima influência política, onde a minha candidatura fora lançada sob o auspicioso apoio de autorizados chefes.

A Convenção, que oportunamente se reuniu, não fez, portanto, mais do que homologar uma opinião assentada nos altos conselhos da política republicana, em que pese aos que, mal inspirados pelo calor da refrega, encontravam na minha candidatura o vício original de ter saído do Catete. O sr. Prudente de Morais, no desempenho das suas funções de chefe da dissidência paulista, teve por conveniente declarar com certa solenidade que a consciência não o acusava do pecado de haver concorrido para a minha apresentação ao alto cargo de presidente da República. Qualquer que tenha sido o sentimento que inspirou esta declaração, nunca deixarei de tributar-lhe a mais profunda gratidão por este movimento de sinceridade, que limpa a minha candidatura da mácula que lhe atribuíam os adversários.

A minha candidatura exprimiu exclusivamente uma necessidade criada pelas circunstâncias políticas da época."

Outro depoimento contemporâneo é do jornalista Sertório de Castro: "Tornaram-se de tal modo violentos e agitados os debates parlamentares que se seguiram à cisão, que o recinto da Câmara oferecia, com freqüência, aspectos de um verdadeiro campo de batalha.

As escarradeiras, não raro, voavam pelos ares visando adversários enfurecidos."

A parte mais numerosa que se desagregou do PRF mantendo-se ao lado do governo constituiu a Concentração. E foi esta que tomou a iniciativa de lançar a candidatura vitoriosa.

Numa daquelas tardes, e quando não mais podia ser adiada a solução do problema, realizava-se, numa casa da rua Silveira Martins, uma reunião de grande importância. Era a residência do deputado paulista Alfredo Ellis, e achavam-se presentes, entre outros, os srs. Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Severino Vieira, Ubaldino do Amaral e Tomás da Porciúncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Era o estado-maior da Concentração, que então passava a denominar-se, pura e simplesmente, Partido Republicano.

Prudente de Morais dominava a política depois de sua esmagadora vitória contra Francisco Glicério. Nas futuras eleições, já no quatriênio Campos Sales, o "General das Vinte e Uma Brigadas" não terá seu mandato de deputado renovado, vítima, também ele, do sistema de apurações, com que *degolara* tanta gente. Se Prudente, como Campos Sales afirma, em seu depoimento, declarou "com certa solenidade que a sua consciência não o acusava do pecado de haver concorrido para a apresentação da candidatura de Campos Sales", a ela não se opôs, nem criou embaraços. Porque, é outro escritor – José Maria dos Santos – comentando os acontecimentos: "Quando veio o atentado de 5 de novembro, o chefe do governo não teve mais meias medidas nem reservas ociosas. Exigiu do Congresso que lhe votasse imediatamente o estado de sítio e, envolvendo na cumplicidade daquela manifestação de baixa criminalidade os seus desafetos mais graduados do mundo político, mandou sumariamente prender três senadores e quatro deputados, metendo-os nos calabouços da polícia, sem o mínimo cuidado das imunidades parlamentares. O senador Pinheiro Machado, o antigo companheiro do general Lima no comando da célebre divisão da guerra federalista que vibrou o golpe de morte em Gumercindo Saraiva, foi atirado a um camarote do encouraçado *Riachuelo*, com sentinela à vista. Dos outros, alguns foram mandados do presídio para galés de crimes comuns da ilha Fernando de Noronha, de cambulhada com os suspeitos colhidos nos círculos da arruaça inferior. O vice-presidente da República, se não entrou também para a cadeia, teve a sua residência cercada, durante seis dias, pelos secretas da polícia, sem ousar sair pelo receio do modo pelo qual, à porta, seria por eles recebido. Glicério só escapou a um estágio a bordo do *Riachuelo* ou a uma vilegiatura nos penedos de Fernando de Noronha graças à pressurosa intervenção do seu irmão Jorge de Miranda, junto a Campos Sales, então na presidência de São Paulo. Se a cólera do presidente não foi mais longe nas suas manifestações, foi porque nada mais ficou sobre que ela pudesse reagir, no geral e completo aviltamento dos meios políticos e parlamentares.

O despotismo presidencial, considerado como base constitucional do Estado, nada perdera em transferir-se dos chefes militares para o funcionário civil. Os diferentes órgãos do poder público, tal como a Constituição os estabelece, não foram submetidos à redução ostensiva e absoluta

que o marechal Floriano Peixoto desejava. Mas não ficaram a valer certamente muito mais. Meras aparências, eles só existem até a primeira colisão com a vontade, a conveniência pessoal ou o simples capricho do presidente. Estava provado que, com os militares ou sem eles, o Executivo, no Brasil, tudo poderia. Era apenas uma questão de ousar . . . A prática depois nos veio convencer de que, neste regime, não há dispositivo constitucional que não possa ser iludido por uma lei ordinária, mandada pelo Catete à aprovação do Parlamento, como não há lei isenta de ser de todo alterada e contrafeita por um simples regulamento. Da rasteira subserviência do Congresso à pusilanimidade dos tribunais, tudo conspira para que assim seja e assim continue.

A escolha do nome de Campos Sales, narrada por ele próprio, ou mesmo comentada pelos jornalistas contemporâneos, é um fato natural, como tal recebido.

Já a sucessão presidencial se tornara a crise periódica do regime, sem verdadeiros partidos, com o povo marginalizado, deliberadamente, para que não tomasse parte do jogo político. A República ia viver e morrer presa a esse problema que se agravou, no decorrer do tempo, até 1929-1930, quando levou o País à revolução.

Até a promulgação da Constituição de 1934, o voto não era obrigatório, nem votavam as mulheres. O colégio eleitoral resumia-se no alistamento voluntário. Esse alistamento era feito pelos "cabos" eleitorais, indivíduos a serviço dos chefes políticos, que tinham todas as facilidades quando partidários do governo, e encontravam todas as dificuldades se militavam na oposição. No interior, dominavam os "coronéis", discricionariamente, senhores da vida e da morte, porque mantinham capangas e pistoleiros que executavam tarefas punitivas, com a impunidade assegurada pelo prestígio de seus mandantes.

Os partidos estaduais eram agrupados em torno de indivíduos. Havia, em cada Estado, um Partido Republicano, que apoiava o governador e era prestigiado por ele. E um reduto de oposicionistas, para os quais só havia uma oportunidade: o rompimento do Executivo local com o governo central. Então, aliavam-se oposição e governo central, fazendo-se a intervenção no Estado, depondo o governador e colocando a oposição no governo.

A sucessão presidencial era a crise periódica. O presidente da República, eleito por uma maioria assim formada, tinha um poder quase absoluto, no início de seu quatriênio. Na segunda metade, os próceres se articulavam em torno de uma ou várias candidaturas. Escolhido um nome, obtida a concordância dos grandes Estados, promovia-se uma Convenção Nacional, em que se faziam representar os referidos Partidos Republicanos estaduais por deputados e senadores, designados pelo governador respectivo, e homologava-se a escolha feita. O cerimonial continha,



ainda, um banquete, onde o candidato lia sua plataforma de governo. A 1º de março realizavam-se as eleições, em que jamais foi derrotado o candidato do oficialismo.

O presidente da República tinha uma posição privilegiada nesse jogo, desde que os governadores eram pessoas de sua facção. Se não fossem, teria havido a aliança com a oposição e o risco da intervenção federal. A política dos governadores, implantada por Campos Sales, a pretexto de assegurar-se a maioria parlamentar necessária à aprovação de sua política financeira, firmara as oligarquias estaduais. Eram elas que organizavam o alistamento; formavam os colégios eleitorais; faziam ou forjavam as eleições; nomeavam as juntas apuradoras. Obtido, assim, o diploma, o candidato tinha esse título examinado pelo verificador, que era também um órgão dependente desse sistema. Porque o poder verificador consistia numa Comissão de Cinco, nas assembléias estaduais ou federais, composta do mais velho parlamentar e completada por elementos de confiança. Campos Sales influíra para uma reforma do regimento, de modo a que fosse o mais velho dos candidatos diplomados. Assim, a constituição do novo Legislativo começava viciada pela fraude das eleições de que se originava.

A escolha do presidente e do vice-presidente, para o primeiro quatriênio, fora feita pela Constituinte, em condições excepcionais, com o Congresso cercado de tropa. Deodoro, renunciando, entregara o governo a Floriano, que terminou o mandato, interpretando a seu modo o artigo constitucional que regulava a hipótese de vacância da Presidência. Não quis influir na escolha de seu sucessor, que foi Prudente de Morais. Prudente, depois de enfrentar as tempestades de seu governo, não pôde apontar seu sucessor, que teria sido Bernardino de Campos. Para conciliar as forças políticas foi indicado Campos Sales, que também não teve atuação decisiva na apresentação da candidatura de Rodrigues Alves.

Em todas essas ocasiões, não houve participação popular. As cúpulas partidárias acordavam em um nome. A Convenção reunia-se para a cerimônia oficial do lançamento de sua candidatura. Na eleição, era essa a chapa de antemão vitoriosa. Se outro havia, nada mais significava senão a presença da oposição, a contestação que, de certo modo, ainda contribuía para dar a aparência de legitimidade a essa farsa democrática."

Antes da Campanha Civilista (1909-1910) não houve, verdadeiramente, um candidato democrático à Presidência da República, uma campanha sucessória, um debate, a participação do povo numa campanha política. Todos os candidatos, todos os presidentes, por mais ilustres que fossem, haviam saído de conciliábulos, em que presidentes, senadores, deputados, portadores de mandatos eivados de fraude se arrogavam, sem nova e específica delegação, para esse fim, a prerrogativa de escolher quem devia ser o futuro presidente da República. Então, esse candidato era

apresentado ao povo para que votasse nele. Mesmo que houvesse outro nome, levantado pela oposição, seria uma contestação simbólica, sem chance eleitoral. Lauro Sodré e Quintino Bocaiúva haviam sido candidatos da oposição. Nenhum deles foi à praça pública organizar comissões de propaganda, disputar o voto na boca da urna. Porque sabiam que suas indicações, feitas fora do sistema, eram meras homenagens aos seus méritos, desagravo aos seus ressentimentos. Essa evidência é contestada por Alcindo Guanabara ao fazer o elogio de *A Presidência Campos Sales*: "A eleição do sr. Campos Sales foi a primeira que se efetuou no Brasil em nome de princípios e de idéias definidos."

Proclamado candidato, em uma Convenção que homologava o acordo dos donos do poder, Campos Sales se pergunta do modo por que devia apresentar-se ao eleitorado nacional. Invocando precedentes, pretendeu-se que a apresentação fosse feita em nome do partido, de acordo com as idéias que ele professava. O seu programa seria, pois, o programa do partido.

"Não aceitei os precedentes, porque eles ainda não tinham recebido a consagração de uma praxe contínua, em largo período. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto saíram da Constituinte, ato contínuo à promulgação do pacto de 24 de fevereiro, quando as candidaturas deviam surgir do próprio seio da grande assembléia. Só restava, portanto, o precedente legado por Prudente de Morais, fato isolado que não podia consistir uma norma para seguir, sobretudo em se tratando da investidura do mais alto cargo da República. Demais, nos processos do governo existe necessariamente o cunho da individualidade daquele que o exerce e que ao País interessa conhecer, antes de homologar a escolha propriamente partidária. Ora, o agrupamento político que levantava a minha candidatura era o mesmo que apoiava o governo do sr. Prudente de Morais, com quem me achava em desacordo sobre questões de princípio e de forma. Era um dever de lealdade, portanto, falar diretamente ao eleitorado, para definir com clareza as minhas idéias e denunciar com sinceridade as minhas intenções. Eu previa também que deste procedimento resultariam consideráveis vantagens para a ação governativa. A independência dessa ação repousa exatamente na subordinação às normas preestabelecidas.

Foi assim que elaborei o meu manifesto de 31 de outubro de 1897. Ninguém teve dele conhecimento antes da sua leitura no grande banquete de São Paulo. Quem se propõe a consultar opiniões alheias sujeita-se naturalmente a modificar as suas, e era isso que eu desejava evitar."



*VIAGEM À EUROPA*

## CAPÍTULO XIV

Antes de empossado na Presidência da República, Campos Sales empreendeu uma viagem à Europa, a fim de concertar com os banqueiros, nossos credores, o renegociamento da dívida externa. Dessa missão, cujo resultado sofreu críticas e mereceu elogios, Campos Sales deixou todo um capítulo de seu livro. Também Tobias Monteiro, primeiro, designado pelo diretor do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues, para *cobrir* a viagem; depois, convidado por Campos Sales para secretário particular, deixou um volume reunindo os artigos publicados naquele jornal, entre maio e agosto de 1898.

Em seu documentário, Campos Sales exibe a carta, datada de 25/01/98, do então ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, Gabriel de Piza, examinando a iniciativa: "Aqui correu a notícia de que V. viria à Europa e iria aos Estados Unidos logo depois da sua eleição, o que me pareceu excelente idéia. Vejo agora, por sua carta (de 3 de janeiro), que essa viagem lhe parece impossível, o que é lamentável, pois que, se viesse, veria por seus próprios olhos a nossa situação aqui, particularmente em matéria financeira, que nos interessa mais profundamente. Como muito bem diz na sua carta, a nossa questão principal é a restauração do nosso crédito abalado. Para isso a sua vinda à Europa seria de grande importância. Uma das causas da nossa fraqueza em matéria financeira é a ausência de plano financeiro ou a ignorância em que está a Europa de qualquer plano por parte do nosso governo.

O tópico de seu manifesto relativo a finanças, no banquete de São

Paulo, causou excelente impressão e foi transcrito por jornais e afixado na Bolsa e em bancos.

Se V. viesse, poderia conversar longamente com os nossos agentes Rothschilds, que ficariam encantados de ouvir de viva voz, do chefe do Estado, o plano financeiro que deverá ser aplicado durante os quatro anos da futura administração do Brasil, cuja situação lhes inspira tantos cuidados."

"Acompanhando esta carta, o sr. Piza enviava-me cópia de outra que dirigira ao presidente da República, Prudente de Morais. Nesta vinha descrita, com nitidez, a deplorável situação de descrédito a que tinha chegado o nosso país nas praças estrangeiras, a tal ponto que seria ali tomada por ato de loucura qualquer tentativa tendo em vista a realização de uma operação de crédito. Apresentando aos olhos do futuro presidente esse quadro desolador, acrescentava o sr. Piza: 'Ele é triste, mas não é exagerado, pois que é a expressão fiel da nossa situação.'

Mas, por isso mesmo que sabia do estado de extremo abatimento a que chegara o nosso crédito, invadia-me o espírito o receio de apresentar-me como presidente eleito neste meio, que não oferecia probabilidades de um acolhimento condigno. Assaltava-me o temor do mau êxito, cujas conseqüências podiam atingir o próprio prestígio do futuro governo. Daí as dúvidas, as hesitações e, por vezes, o desejo de renunciar a semelhante projeto. Mas, afinal, entendi que era meu dever atentar à gravidade da situação em que se achava o País, empreender a viagem a todo o risco, considerando que, dado o malogro de qualquer tentativa, nesse próprio fato iria encontrar pungente mas proveitosa advertência para a minha política finaneira e para a minha conduta geral do governo. Entretanto, a fim de não suscitar embaraços ao governo de então, julguei conveniente agir em tudo de harmonia com ele. Nesse intuito, dirigi-me por carta ao sr. Prudente de Morais, comunicando o meu pensamento e rogando-lhe que me desse a sua opinião. Respondeu-me em data de 18 de fevereiro de 1898:

'Respondo à vossa confidencial de 14 do corrente, recebida a 16, à noite. Pelo conhecimento que tenho de nossa situação financeira e pelo estudo acurado dos diversos processos sugeridos para sairmos desta situação apreensiva, eu e Bernardino estamos convencidos de que o mais seguro e eficaz será obtermos um empréstimo externo avultado, que sirva de base à restauração das nossas finanças; parece-nos ser este o meio de resolver o nosso magno problema. Resolvidos a tentá-lo, convidamos o Rodrigues Alves para ir à Europa colher informações, estudar a oportunidade e aplicar os meios para essa operação; mas o Rodrigues Alves escusou-se, alegando motivos procedentes, entre os quais o seu estado de saúde, e nós não quisemos confiar a outro tão delicada quanto patriótica missão. Entretanto, cada vez mais convencidos de que é essa a solução



do nosso problema, tratamos de insinuar isso aos nossos agentes, os Rothschilds, em correspondência direta e cautelosa do Bernardino. Pensando assim, eu e o Bernardino aceitamos com a melhor vontade a vossa sugestão: não podemos ter agente melhor e mais autorizado do que o futuro presidente, que agirá em nome e no interesse do atual e do seu governo e no da República. Pode, pois, iniciar os preparativos da viagem, que convirá abreviar quanto possível. Quando vier cá, depois da eleição, combinaremos tudo, prestando a V. todas as informações necessárias ao desempenho dessa patriótica missão.'

De seu lado, em carta de 13 de março, sobre o mesmo assunto e referindo-se às dificuldades políticas, dizia-me o sr. Bernardino de Campos, ministro da Fazenda:

'É preciso convir que todo o mal vem das finanças e que, postas estas em bom caminho, a política se firmará de vez. Entretanto, é a perturbação política que traz desconfiança e cava o leito às especulações.'

A 15 do mesmo mês, dizia-me ele ainda, aludindo ao estado do Tesouro:

'Eu só tenho a dizer por fim que o assunto é urgente, porque não nos agüentaremos até julho, creio.'

Tenho feito sentir ao sr. Prudente de Morais a utilidade de uma conferência entre mim e o sr. Bernardino de Campos, a fim de obtermos desde logo os dados e informações que me habilitassem a agir com segurança e precisão no estrangeiro, respondeu-me ele uma confidencial de 14 do mesmo mês:

'O Bernardino não pode sair agora daqui; por isso combinamos que o Rodrigues Alves irá conferenciar com V. sobre a viagem, levando todas as informações precisas. Calcule a influência das últimas ocorrências (referia-se à decisão do Supremo Tribunal Federal, concedendo *habeas-corpus* aos desterrados e ao fechamento do Clube Militar) sobre a nossa angustiosa situação financeira: o câmbio quase desceu a 6 e os títulos em Londres baixaram seis libras em sete dias. Isto vai dificultar muito a vossa missão na viagem, mas é preciso tentar, porque estamos no dilema: ou o grande empréstimo ou a suspensão de pagamentos. Não vemos outra solução.'

Chegadas as coisas a este ponto, não me era lícito hesitar. A 27 de março, dizia a carta a Bernardino de Campos: 'O meu desejo é de prestar este serviço, e sou o primeiro a sentir-me extremamente contrariado ante a hipótese de não poder prestá-lo. Estou convencido de que por qualquer forma a viagem será de reais vantagens. Acho-me, pois, decidido a fazê-la'."

No dia 18 de abril de 1898, o futuro presidente veio de São Paulo para o Rio de Janeiro, onde embarcou, no dia 20, no vapor *Thames*, da Royal Mail, já acompanhado de Tobias Monteiro: "Eleito presidente, Campos

Sales pensou, antes de tudo, em certificar-se, por si mesmo, das conseqüências produzidas entre os credores estrangeiros por tantos erros acumulados. Tendo visto de perto, em sua viagem de 1892 a 1893, o desconceito do Brasil na opinião da Europa, procurou logo desviá-la em sentido oposto e inspirar-lhe novamente a confiança em nossos destinos. A visita aos chefes de Estado e ao papa, o contato com os homens de governo das grandes potências produziram as primeiras manifestações de consideração ao Brasil depois de proclamada a República. A sua posse era assistida pela oficialidade de navios de guerra enviados pela Inglaterra, Alemanha, França, Itália, por Portugal e pelo Estados Unidos. O *Times*, de Londres, e o *Temps*, de Paris, ocuparam-se nesse dia da inauguração do seu governo com minúcias a respeito do seu Ministério e do seu programa como se tratassem da formação de um governo europeu. Logo no ano seguinte vinha o general Roca ao Rio de Janeiro; era a primeira viagem de um chefe de Estado ao Brasil desde a Independência e eram laços mais fortes que apertavam suas relações com a Argentina.

As emissões de papel inconversível, a liquidação das despesas de insurreições e guerra civil, em que o País vivera com pequenos intervalos, desde o golpe de Estado até a paz no Rio Grande, acrescidas das despesas de expedições contra Canudos, levaram-nos à suspensão dos pagamentos em moeda. No orçamento para 1898, com uma receita de cerca de 300.000 contos, seriam precisos 100.000 só para a verba diferenças de câmbio. Prudente economizara quanto pudera; suspendera quase todas as obras públicas, rescindira os contratos para construções de estradas de ferro; mas a situação não lhe permitia, como propusera Murtinho, quando ministro da Viação, reduzir entre outras despesas militares as relativas aos efetivos da Força Pública.

Campos Sales vinha encontrar a obrigação de resgatar 115.997:710 $ de papel-moeda, em virtude do convênio do *funding*; os títulos da dívida pública cotados nas bolsas estrangeiras até pela metade do seu valor; o resto do empréstimo externo de 1897 por Letras do Tesouro, pagáveis mensalmente e a liquidar-se em 1899, no valor de £ 1.122.083; letras idênticas emitidas no Interior como antecipação de receita, na importância de 20.350 contos; a dívida de 11.000 contos ao Banco da República; £ 274.694 e 833.000$ a pagar em prestações por encomenda de material de guerra. Como recursos de caixa restavam 5.492.854$ no Tesouro e £ 81.713 na agência de Londres.

Se a ordem pública fosse perturbada, se as revoltas militares se reproduzissem, seria impossível realizar a enorme tarefa de cumprir todas essas obrigações. Daí a preocupação do novo presidente de preparar ambiente de calma onde pudesse trabalhar. O aumento de impostos, o corte das despesas, a redução dos empregos criaram um mundo de descontentes a quem era impossível convencer das vantagens para advirem proxima-



mente à comunhão, em conseqüência dos sacrifícios exigidos naquele momento."

Deixando claro a situação aflitiva em que se achava o próprio governo no momento em que partia para o Exterior, já com a responsabilidade de presidente eleito, ele confessa: "Nenhum plano estava assentado no sentido de debelar as excepcionais dificuldades que assediavam o Tesouro; apenas o presidente da República, com quem estava de acordo o ministro da Fazenda, aludia a um grande empréstimo, sem lhe ocorrer talvez que, para um grande empréstimo, seria preciso, pelo menos, dispor de um grande crédito. O projeto que mais tarde foi apresentado por um representante do London & River Plate Bank não era ainda conhecido; ninguém me fez dele a menor referência; ninguém no governo cogitara daquela solução. 'Ou o empréstimo avultado, ou a suspensão de pagamentos', eis o dilema que subjugava o presidente.

E tanto é certo que até esse momento o governo não tinha em vista nenhum plano, nem conhecia o projeto anteriormente apresentado pelo River Plate, que, na sua carta de 19 de abril, o sr. ministro da Fazenda não só deixava de aludir a ele, como esperava que, na Europa, pudesse eu 'achar, de acordo com os banqueiros e com os nossos agentes em Londres, a solução mais justa e vantajosa'."

"No desempenho desta missão, que espero aceitará, acrescentava o sr. Bernardino de Campos, dispondo do conhecimento das circunstâncias em que nos achamos e do que a observação e as informações colhidas aconselharem em relação aos mercados de capitais e à situação dos credores do Brasil, poderá seguir os melhores alvitres e estabelecer as bases de uma negociação que garanta a nossa *reabilitação financeira*."

Ao chegar a Paris, Campos Sales recebeu, por telegrama, os termos da proposta que serviria de base para a negociação do *funding-loan*. O portador, agente do River Plate, viajara para o Brasil enquanto Campos Sales seguia para a Europa. Por isso, ele telegrafou para o Rio de Janeiro pedindo que sustassem qualquer deliberação até que pudesse dar o resultado de seu trabalho, em Londres. Demorou alguns dias em Paris, procurando informações. Foi bem recebido e bem-sucedido. Conta seu encontro com o presidente Ives Guyot, que indagou das nossas finanças:

"– Que tenciona o seu governo fazer da Estrada Central? Vendê-la ou arrendá-la?

– Transformá-la em uma fonte de renda.

– Sob a administração do Estado?

– Sim.

– Será uma maravilha em matéria de administração se o seu governo o conseguir. Na França as estradas administradas pelo Estado são empresas ao serviço da política. Não se faz um ramal, não se trata de um prolongamento antes de estudar as influências da zona. O seu governo fará

uma maravilha, se conseguir o contrário."

"Não me achava em desacordo com as idéias do notável economista; ao contrário, apliquei-as no meu governo; mas eu queria mostrar indiretamente que o governo brasileiro não estaria disposto a envolver aquele próprio nacional em qualquer operação que pudesse ser encetada naquele momento com relação à dívida externa."

Passando a outra ordem de idéias, expendeu o sr. Ives Guyot o seu pensamento acerca do imposto de entrada, na França, sobre o café. "É, ponderou ele, uma questão de grande alcance econômico, além do seu interesse comercial para a França, cujos poderes públicos cogitam dos meios de proteger o açúcar. A melhor proteção, acrescentou, é a que consiste em dar entrada, em cada habitação, a uma bebida que exija o açúcar, e essa é o café. É preciso, para isto, torná-lo barato, acessível a todo o mundo. Na campanha que abri na imprensa, no *Siecle*, tenho sustentado que não basta diminuir o imposto, é preciso eliminá-lo."

Em Londres o novo presidente brasileiro era "aguardado, nos círculos interessados, com certa ansiedade". Entrou em comunicação com M. M. Rothschilds &Sons e outros banqueiros. Não havia, na *city*, má vontade contra o Brasil, mas, sim, um estado de manifesto desânimo provocado, naturalmente, pelas péssimas condições de nossas finanças. Ninguém duvidava da honestidade brasileira. Mas temia-se, em geral, que viessem a faltar recursos para continuarmos a pontualidade até então, custosamente, observada. Não se atribuía a situação a que havíamos chegado à debilidade dos nossos recursos econômicos, reputados poderosos. Mas à infirmeza da gestão de nossos negócios. O boato da suspensão de pagamentos, divulgado pela imprensa, causara um verdadeiro pânico, e a perspectiva de uma suspensão alarmou os possuidores de títulos. Donde Campos Sales havia providenciado, imediatamente, para que cessasse esse noticiário, ao menos, na imprensa do Brasil.

O assunto foi devidamente ponderado e examinado, no curso das negociações: o câmbio a 5 3/4 indicava uma crise financeira aterradora, assinalando uma formidável desproporção entre as necessidades fixas de uma dívida em ouro e os recursos variáveis da moeda fiduciária, tão profundamente depreciada. Era, pois, indispensável procurar nos termos de um acordo, conciliando quanto possível os interesses das duas partes, credores e devedor, uma solução que abrisse espaço a um trabalho de reorganização. "Foi assim que achamos naturalmente a presença destas hipóteses:

1ª. Suspensão do serviço da dívida;
2ª. Redução de juros;
3ª. Grande empréstimo.

Todas elas foram estudadas antes da aceitação da proposta que veio a constituir o acordo definitivo. A primeira, como era de se prever, foi logo



repudiada, como uma medida espoliadora, que levaria o Brasil a uma situação igual àquela em que se achavam Honduras e outras repúblicas da América Central. Chegavam até a conjecturar que, além da perda total do crédito do País, essa medida poderia afetar gravemente a própria soberania nacional, suscitando reclamações que talvez chegassem ao extremo das intervenções estrangeiras. Aliás, tal fora sempre o meu sentimento acerca dessa solução.

A segunda hipótese, redução arbitrária do serviço da dívida, apresentava, embora em escala menor, os mesmos inconvenientes. O exemplo da Grécia é bastante instrutivo. Tendo aquele país adotado esta solução para a crise que o afligia, foi obrigado mais tarde a sujeitar-se a uma 'fiscalização financeira internacional muito severa . Portugal só teve resultados desta medida.

Quanto ao grande empréstimo, já ponderei que ele depende essencialmente de um crédito sólido, e era isto só que nos faltava. Nestas condições, é preciso reconhecer que seria difícil, senão impossível, encontrar banqueiros dispostos a se encarregar de uma comissão, cujo resultado seria pelo menos muito duvidoso. É conhecida, em geral, a dificuldade que se encontra para a emissão de títulos dos países expostos à depreciação do câmbio, e, no momento, esta dificuldade mais se agravava para nós pelo extremo aviltamento do nosso meio circulante. Nem mesmo se podia oferecer aos capitalistas o atrativo de garantias especiais em favor dos novos credores, sem inspirar apreensões nos portadores de títulos antigos e tão profundamente desvalorizados; só isto constituiria um obstáculo invencível.

Não se pode objetar com as garantias que cobriram o *funding*, precisamente porque estas vieram em proveito não de novos, mas de velhos portadores dos nossos títulos.

Além destes embaraços, que nos eram peculiares, ocorriam causas gerais que dificultavam, na ocasião, as grandes operações de crédito. A guerra hispano-americana, no seu começo, podendo acarretar complicações imprevistas, a política incerta do Oriente, e, sobretudo, um discurso alarmante proferido havia pouco tempo pelo sr. Chamberlain, atribuindo à Inglaterra uma situação excepcionalmente melindrosa no meio de tantas complicações eram sérios motivos que levavam os mercados a um cauteloso retraimento. Foi por todas essas considerações, sem dúvida, que tive o desprazer de ouvir em Londres esta cruel sentença:

'Tudo quanto dependa, neste momento, do crédito do Brasil, é assunto que nem se discute nesta praça.'

Tais eram as ponderações que excluíam as três hipóteses figuradas.

Eliminadas as outras soluções, restava examinar a proposta do *funding-loan*, já apresentada. Para este fim, o saudoso sr. Sousa Correa, nosso ministro em Londres, que me prestou assinalado serviço, enviou-me, com a

seguinte carta de 16 de maio, a aludida proposta:

'Junto remeto a V.Exa. cópia da proposta de que foi portador o agente que o *London & River Plate Bank* mandou ao Brasil. Igualmente remeto a tabela das despesas que temos que efetuar em Londres de julho a 31 de dezembro do corrente ano.'

A proposta original, a que se refere a carta do ministro Correa, tal como a recebi, foi concebida nos seguintes termos, que aqui dou, porque ela não é bem conhecida:

'1 – O Tesouro pagará, na cidade do Rio de Janeiro, no lugar que for determinado, em moeda corrente, e segundo forem vencendo:

'Os juros da dívida externa fundada;

'os juros do empréstimo interno de 1879;

'as garantias das estradas de ferro.

'2 – Estes pagamentos durarão nesta forma pelo espaço de dois anos, e se farão ao câmbio de 12 d. por mil réis.

'3 – As amortizações respectivas serão satisfeitas na forma indicada no § nº 7.

'4 – Conjuntamente com os pagamentos do juro, o governo emitirá em Londres, por intermédio dos seus banqueiros e agentes, os srs. Rothschilds, obrigações de um empréstimo externo em libras, francos e marcos, de forma que as emissões sejam feitas gradualmente e à medida que os juros e garantias forem pagos no Rio de Janeiro.

'a) Este empréstimo será especialmente garantido:

'pelos direitos das alfândegas da nação;

'pela hipoteca da Estrada de Ferro Central, seus acessórios e rendas;

'pelas rendas do abastecimento de água da Capital;

'b) O juro será de 5%, e a amortização de 1 1/2 0/0 anuais, quanto aos juros, semestralmente, e quanto à amortização, anualmente, nas cidades de Londres, Paris e Berlim.

'5 – As obrigações deste empréstimo, denominações convenientes, serão entregues aos portadores dos *coupons* (e contra entrega dos mesmos) da dívida externa fundada e das obrigações das garantias de estradas de ferro acima referidas, ao par, isto é, na proporção de £ 100, do novo empréstimo, para cada £ 100 de *coupons* de juros.

'6 – As notas acumuladas no Rio de Janeiro pelos pagamentos feitos segundo o nº 1 serão queimadas pelo Tesouro nas datas e na forma que forem convencionadas.

'7 – Os portadores das obrigações dos empréstimos a que se refere o nº 1, que forem sorteadas para a amortização e pagáveis durante o período referido de dois anos, e que continuarão a vencer juros durante esse tempo, receberão no fim desse prazo obrigações do empréstimo garantido a que se refere o nº 4, na proporção de £ 100 do dito empréstimo por cada £ 100 de amortização sorteada e juros vencidos.



'8 – Findo o prazo de dois anos, o Tesouro tornará a pagar os juros e amortização dos empréstimos de que faz menção o nº 1, na forma atualmente existente.

'Não será razoável, ao passo que o Tesouro paga os juros e amortização da dívida externa, etc., na forma indicada, que continue o pagamento das obrigações internas, a ouro, nessa mesma espécie; por conseqüência, com o fim de vincular todos os interesses, o Tesouro procederá com as ditas obrigações internas na forma seguinte:

'Empréstimo interno de 1868. Os juros a vencer e o saldo amortizável neste ano (1898) serão satisfeitos em moeda corrente, ao câmbio que for ajustado, ou, de outra forma, o governo procurará satisfazer o saldo em apólices da dívida pública, ou de outra classe de apólices-papel, ao câmbio que for designado pelo Congresso Nacional.

'Empréstimo interno de 1889. O importe deste empréstimo em giro no Brasil (Rs. 18:350:000$000, segundo o relatório de 1897) será convertido em apólices da dívida pública-papel, ao câmbio que for designado pelo Congresso Nacional. O importe do dito empréstimo atualmente depositado no Tesouro será cancelado.

'As apólices de conversão de 1890 serão convertidas em apólices-papel.'

Aceitei a proposta, em princípio, pelos motivos já expostos, no intuito de modificá-la, tornando-a mais favorável. Nesse sentido dirigi ao ministro da Fazenda, com data de 18, o seguinte telegrama, o primeiro que expedi de Londres:

'Tive conferência banqueiros casa Rothschilds. Qualquer plano impossível. Agora estudo proposta apresentada aí, esperando obter condições melhores. Disposições simpáticas.'

É inútil mencionar os múltiplos detalhes desta negociação: bastará referir que, vendo nela a chave do problema que me caberia resolver no governo, pus o maior empenho em melhorar, quanto possível, as bases capitais do acordo. Trabalhava eu nessa direção quando recebi do governo, por telegrama, a advertência de que nos aproximávamos da época em que teriam de ser realizados grandes pagamentos, para os quais, aliás, o Tesouro não se achava preparado, urgindo, portanto, a solução.

Em vista desta premente situação, julguei dever ficar no que já havia conseguido e que consta do seguinte telegrama, dirigido de Londres, a 21 de maio, ao ministro da Fazenda:

'Proposta apresentada aí ficou assim modificada: garantia única alfândega Rio; importância empréstimo não excederá 10 milhões de libras; juros, 5%; amortização adiada por 10 anos. Acordo compreende juros dívida externa e dos empréstimos internos 79 e 89 atualmente em giro na Europa, e garantias estradas de ferro. À medida do vencimento desses juros, serão emitidos bônus para o respectivo pagamento, à razão de £ 100 por £

100. Simultaneamente, governo arrecadará soma equivalente papel ao câmbio 18, que se aplicará ao resgate do papel anualmente, desde que se verifique saldo no Tesouro e em proporção igual ao mesmo saldo. Prazo acordo três anos. Agente aí River Plate receberá telegrama íntegra proposta aqui combinada. Vi telegrama antes expedição e está em tudo conforme. Impossível obter mais e, se o governo aceitar, deve expedir autorização delegado governo para assinar acordo, podendo fazê-lo por telegrama. Aguardo resposta.'

Era tal o estado de penúria em que se achava o Tesouro que não parecia comportar sequer os pagamentos, na forma estipulada, do empréstimo de 2 milhões de libras em Letras do Tesouro, realizado em 1897. Foi por isso certamente que o ministro da Fazenda me respondeu, por telegrama de 23:

'Estamos estudando proposta já modificada por Banco River Plate, de acordo seu telegrama de 21. Da proposta foi excluído empréstimo 2 milhões ultimamente emitido em Letras do Tesouro, de pagamento mensal. Convém que este empréstimo faça parte do plano que estamos estudando, para evitar nossa intervenção mercado. Resista, porque reputo indispensável, e peço que se entenda com agentes com as necessárias cautelas.'

Foi esta a única sugestão do sr. ministro da Fazenda no decurso das negociações. Repliquei, fazendo ver que seria impossível qualquer concessão a este respeito, visto que esta dívida era de natureza especial. Entretanto, procurei reservadamente conhecer a opinião dos interessados, e o resultado foi este, que transmiti ao ministro, em telegrama de 25:

'Depois meu telegrama de ontem, voltei falar diretores River Plate, que confirmaram o que disse, declarando que Letras Tesouro estão em poder banqueiros que se interessam novo acordo e que podem se retrair desgostosos, sendo certo não desistirem pagamento forma estipulada.'

Assim, terminou a negociação."

Campos Sales faz o confronto da proposta original com o que foi aceito, depois de modificadas as cláusulas primitivas: "O prazo para pagamento dos juros em moeda, que era de dois anos, elevou-se a três; a amortização, que no fim do mesmo prazo (dois anos) deveria continuar a ser feita como na forma até então existente (nº 8), foi espaçada para dez anos, depois do prazo acordado, isto é, ficou suspensa até 30 de junho de 1911.

As garantias exigidas, compreendendo todas as alfândegas da União, a Estrada de Ferro Central e o serviço de abastecimento de água, ficaram reduzidas à especialização da Alfândega do Rio de Janeiro, devendo, porém, o governo suprir com as rendas de outras o que viesse a faltar no caso de insuficiência daquela, segundo a forma que adotei em Londres.



O câmbio adotado para base do recolhimento do papel, que seria de 12 d., ficou sendo de 18 d.

Ainda agora, após a consumação dos fatos, me convenço de que chegamos nesse acordo até onde podíamos chegar. Outros pensaram e pensam ainda, talvez, que deveríamos tentar "melhor negócio". A questão, entretanto, não era positivamente a de um bom negócio, com maiores sacrifícios dos interesses dos nossos credores; era, sim, o de uma combinação honesta e exeqüível. Que esta que fizemos era honesta, prova-o o acolhimento que teve da outra parte; que também era exeqüível, demonstra-o o próprio fato da sua execução.

Com efeito, dada a profunda depreciação do papel, a que chegamos, a primeira necessidade que ocorria era a de libertar o governo da contingência de tomar câmbio para o serviço da sua dívida externa, removendo, ao mesmo tempo, a principal causa do desequilíbrio orçamentário. Por outro lado, ganhava o governo largo período, de que aliás necessitava, para que pudesse, apoiado nestes recursos, estabelecer a ordem e a regularidade nas finanças e desenvolver gradativamente os trabalhos de valorização do meio circulante, causa fundamental da tremenda crise.

Os efeitos da operação manifestaram-se prontamente no acolhimento simpático que encontrou em todas as praças, do que foi o mais significativo sinal o movimento de alta na cotação dos títulos brasileiros e na taxa cambial. Senti desde logo que, na opinião geral, se operava um franco movimento de simpatia e que renascia a confiança que havíamos perdido. Tive disso os mais inequívocos testemunhos por ocasião de um jantar — no dia 28 — em casa do sr. Alfredo Rothschild, onde se encontravam as sumidades financeiras de Londres.

Dentre todos esses testemunhos, o que mais me impressionou foi o que ali recebi de *Lord* Rothschild, caráter naturalmente reservado, muito pouco comunicativo, e por vezes de uma franqueza rude. Conversamos a sós, a um canto da sala, sobre os nossos negócios, quando, num raro momento de expansão, disse: "É curioso o que se está passando. Até aqui ninguém queria saber de negócios com o Brasil; no entanto, de uns dias para cá, já se começa a dizer que o Brasil é um país riquíssimo, em boas condições para a colocação de capitais'."

A execução do acordo implicava a fiscalização por parte dos banqueiros, que, na qualidade de nossos agentes, respondiam perante os tomadores de empréstimos. Foi assim que, realizando-se a 1º de março de 1899 a primeira incineração de papel-moeda, os agentes do River Plate Bank, do London and River Plate Bank e Brazilianische Bank für Deustschland, onde devia ser recolhido o papel, pretenderam opor-se à incineração, entendendo que, pela letra do acordo, as prestações deviam ser recolhidas aos três bancos, em depósito, e aí conservadas durante três anos

estipulados, sendo remetidas para Londres, se o câmbio tivesse atingido a taxa de 18 d., ou incineradas.

Campos Sales declara "absolutamente injustificável" semelhante reclamação. "O ministro da Fazenda fez ver aos agentes daqueles bancos, de modo peremptório, que o assunto não podia ser objeto de discussão entre eles e o governo, mantendo as ordens devidas para que fosse efetuada a incineração. Em seguida telegrafou o ministro aos srs. Rothschilds, exigindo o cumprimento do contrato. Responderam eles conformando-se com a solução do governo, e declarando aos agentes dos bancos que 'se subordinassem às determinações do mesmo governo'."

Acrescenta a observação agradável de que não houve reclamação do seu governo, para, em seguida, criticar outras gestões: "... no decurso de minha administração, não tive uma vez sequer o desgosto de receber nenhuma dessas observações, que porventura flagelaram os meus antecessores. Ao contrário, não se encontrarão nos arquivos do Tesouro, no período do meu governo, senão documentos que possam lisonjear o nosso amor próprio e que constam da assídua correspondência que mantivemos com os nossos agentes de Londres. Demais, posso asseverar que nunca o governo brasileiro se achou em situação de maior independência para com os banqueiros estrangeiros do que essa que mantive, cumprindo com escrupuloso zelo as cláusulas do contrato, para não ter necessidade de descer a solicitações humilhantes, nem receber insinuações desrespeitosas.

Não foi assim, pesa-me dizê-lo, com os governos que me antecederam. O *Economiste Européen* deu, em 1898, publicidade a um incidente que bem revela que por esse tempo o governo brasileiro não timbrava pela sobranceria nas relações com os banqueiros de Londres. A casa Rothschild inquiriu o governo sobre a situação crítica em que se encontrava o País, pedindo informações; o governo respondeu que tudo ia bem e que nenhuma crise afetava a política e as finanças nacionais. Replicaram os agentes Rothschild: 'Aceitamos vossa afirmação quanto à crise política, mas permiti que discordemos da vossa opinião quanto à crise financeira, atenta à baixa do câmbio e depreciação dos fundos brasileiros, que atestam a existência de uma crise extremamente séria, devida sobretudo ao temor de novas emissões, que é indispensável condenar como muito danosas para o crédito do Brasil e para os interesses do País.'

Afronta que se parecesse com esta, nenhum banqueiro estrangeiro ou nacional ousou infligir ao governo do País no correr do meu período quatrienal."



*MINISTÉRIO FORA DA POLÍTICA*

# CAPÍTULO XV

O novo presidente não demorou em organizar seu Ministério, ainda em setembro, no Rio de Janeiro, antes de regressar a São Paulo. Justifica-se da escolha de ministros fora dos círculos políticos, com o propósito de fazer um governo de administração, "visto ser nessa esfera que se encontravam, acumulados, os problemas nacionais". Na ordem política "não havia questões que devessem preocupar-me". Por isso, procurou ministros que "executassem seu pensamento". Não se deixou subordinar a quaisquer preconceitos, nem conveniências políticas. Não tratou de "saber como pensavam as *influências*"; ouviu, de preferência, algumas pessoas afastadas da política militante; "especialmente sobre o que de individual me era preciso conhecer em relação aos homens com quem teria de estabelecer constante e íntima convivência e, portanto, laços de recíproca confiança".

A questão financeira era a meta principal do governo. Para ela foi convocado Joaquim Murtinho, autor de um relatório apresentado em maio de 1897, quando ministro da Indústria do governo anterior, em que combateu, desassombradamente, a orientação, então exercida, assinalando as causas que mais concorriam para a má situação financeira, ao mesmo tempo que emitia os princípios que achava recomendáveis. Esse relatório mereceu a seguinte carta que Campos Sales lhe endereçou: 'Acabo de ler com um interesse sempre crescente a sua brilhantíssima *Introdução*, e apresso-me em trazer-lhe as minhas mais sinceras felicitações.

É um excelente programa de governo, traçado com grande elevação e

muito patriotismo, sobretudo com rara coragem. Como médico abalizado, V. Exa. não se detém a combater as manifestações sintomáticas, mas vai às origens do mal.

É desses cuidados que carece o grande enfermo – a Nação.

Queira V. Exa. receber um caloroso aperto de mão de que é etc. etc."

Essa notável *Introdução*, portanto, apresentava o dr. Murtinho como um dos melhores auxiliares na Pasta da Fazenda.

Não bastavam, porém, as boas idéias, era preciso também têmpera rija, espírito resoluto e vontade firme para levar à execução, sem recuos, sem as intermitências da fraqueza, medidas da ordem das que tínhamos de pôr em prática e que, provavelmente, iriam encontrar as resistências dos interesses contrariados – isto sem contar com a sublevação das paixões e dos maus instintos, que nunca deixam de vir à tona na ingrata exploração de situações como estas.

Procurando "conhecer os homens com que teria de estabelecer constante convivência", Campos Sales nomeia cada um com a justificativa da escolha: "Quando me certifiquei de que iria encontrar no dr. Murtinho as qualidades precisas, propus-lhe uma conferência, da qual ele se retirou com o compromisso de tomar no meu governo a gestão da Fazenda.

Conheci o dr. Epitácio Pessoa na Constituinte e havíamos colaborado juntos na comissão mista do Senado e da Câmara, que organizou o importante projeto, convertido em lei, sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República. Aí tive ocasião de admirar o seu alto critério jurídico. Depois de ter feito brilhar o seu extraordinário talento no seio do Congresso, deixara a atividade política, conservando-se estranho às lutas apaixonadas dos últimos tempos. Foi dessa situação pessoal que ele saiu para tomar a direção da Pasta da Justiça e Interior, a meu convite.

A respeito do sr. Severino Vieira, abri uma exceção aos meus princípios. De passagem pela Bahia, em regresso da Europa, tive ocasião de perguntar ao sr. Luís Viana se poderia auxiliar-me na escolha de um ministro da sua terra. S. Exa. lembrou-me três nomes, dentre os quais tirei o do sr. Severino Vieira para a Pasta da Indústria. Não obstante a sua posição na mais saliente atividade política, eu contava encontrar na sua alta capacidade e idoneidade moral um auxiliar, que não hesitaria em antepor os interesses da administração aos das facções.

O dr. Olintho de Magalhães, a quem conheci pessoalmente na Europa, membro distinto do corpo diplomático, em cuja qualidade tivera oportunidade de revelar grandes dotes intelectuais e morais, não deixava dúvidas sobre a sua competência para a Pasta das Relações Exteriores. Em Paris, onde nos encontramos, convidei-o para aquela Pasta, ao que só acedeu depois que apelei para o seu patriotismo e para as suas responsabilidades de republicano histórico. Estabeleceu, porém, a condição de não ser ministro político.



O sr. general Mallet estava naturalmente indicado para a Pasta da Guerra. A sua comprovada capacidade de administrador, a sua severidade na disciplina, o seu espírito organizador, o amor à classe, autoridade que no seio dela exercia, a estima; junto ao respeito que lhe tributavam os camaradas, e a austeridade do seu caráter imaculado, eram os inapreciáveis atributos que o apresentavam como colaborador de um governo, que se dispunha a governar. Enfim, eu via bem que na pessoa do glorioso soldado, as grandes qualidades de militar se aliavam às do cidadão patriota e homem de Estado. A obra imperecível que o saudoso companheiro conseguiu realizar na gestão da sua pasta, em fase tão difícil, à custa dos mais extraordinários esforços e com uma dedicação e uma lealdade inexcedíveis, aí está e aí permanecerá perpetuamente para justificar a feliz inspiração da minha escolha e atestar que bem fundadas eram as esperanças que no seu grande servidor depositava a Nação inteira.

O sr. contra-almirante Baltazar da Silveira, a quem entreguei a gestão da Marinha, não era homem de partido, e como administrador já tinha revelado, no governo do Estado do Rio de Janeiro, em difícil emergência, as apreciáveis qualidades de um espírito tolerante, prudente e moderado.

Como se vê, este Ministério representa nos seus elementos uma composição planejada e realizada fora das vistas do partidarismo e das conveniências regionais. Era um Ministério de administração.

Devo declarar que, sendo o meu único objetivo dar a conhecer o modo por que foi constituído o Ministério de 15 de novembro de 1898 e os motivos que imperaram nessa organização deixo por isso de referir-me às substituições que ocorreram posteriormente. Basta referir que Pinto da Luz, Sabino Barroso, A. Maia e A. A. da Silva prestaram valioso concurso ao meu governo e, para chamá-los, não me afastei das normas preestabelecidas."

Uma inovação de seu governo foi o despacho individual. Campos Sales era contrário ao despacho coletivo, tão do agrado de Prudente que presidia a longa mesa, no salão de despachos, em que se postavam todos os seus ministros. Para Campos Sales "quem formula o programa e confere à administração a sua índole característica é o presidente. É por isso que se me afigurou absurda a deliberação em conselho de ministros".

Houve estranheza na mudança de método. O próprio presidente confessa: "Ao iniciar a minha administração, ocorreu um caso característico. Tratava-se pela primeira vez de organizar o projeto do orçamento da despesa e, de acordo com o nosso sistema, cada ministro enviou a sua proposta ao da Fazenda. Parecendo, porém, a este que algumas delas consignavam despesas adiáveis ou inoportunas, devolveu-as às secretarias respectivas, acompanhadas das necessárias observações, a fim de que pudessem ser modificadas. No primeiro momento os ministros mostraram-

se de alguma sorte desgostosos, insinuando que o seu colega da Fazenda parecia querer restringir-lhes a iniciativa. Tive de intervir, para convencê-los de que o ministro da Fazenda bem procedera, visto que era ponto capital da administração a mais severa economia, e que, ao demais, quando se mandam as propostas ao ministro da Fazenda, não é para que ele veja nisso uma simples formalidade, destituída de alcance prático, mas para que as examine e indique as reduções que o estado do Tesouro reclama. Concordaram, afinal, e fizeram-se os cortes indicados pelo ministro da Fazenda.

Isto quer dizer que não é nos conselhos de ministros que se estabelece a unidade da administração, mas, sim, na intervenção oportuna e eficaz do presidente. É assim igualmente que se concilia a autoridade suprema deste com a autonomia dos seus auxiliares. Em suma, neste regime, não há no governo senão a política do presidente: o que cabe aos ministros é praticar lealmente esta política, para que se estabeleça a homogeneidade governativa.

Os ministros, dizia eu na minha última mensagem, podem agir sem peias, enquanto durar a mútua confiança, no vasto terreno traçado à sua completa autonomia, sem que todavia desapareça atrás deles a autoridade moral ou legal do presidente da República, único responsável e diretor supremo." Era a confirmação, na prática, da sinceridade com que eu havia enunciado esse mesmo princípio na plataforma eleitoral.

Para a sua exata aplicação, requer este princípio um plano de governo, delineado com precisão e abrangendo no seu conjunto os assuntos principais, que devam caracterizar as tendências e o pensamento da administração. É aí, nessa fonte, que irão encontrar os chefes dos diversos departamentos a orientação, que imprimirá aos seus atos o cunho de um só critério administrativo. Quem formula o programa e confere à administração a sua índole característica é o presidente. É por isso que, sob o regime presidencial, sempre se me afigurou absurda a deliberação em conselho de ministros. A ação coletiva neste caso, absorvendo a autoridade presidencial, que assim se deixaria eliminar pelo voto ministerial, importa na mais flagrante infração do preceito substancial, que concentra a responsabilidade legal na pessoa do presidente.

Subordinando a minha conduta a estas normas, poucos dias antes de tomar posse da Presidência reuni os futuros ministros em uma conferência geral e perante eles li o manifesto inaugural, que tinha redigido para o dia 15 de novembro. Neste documento, eu indicava de novo e de modo mais positivo os pontos essenciais da administração e assinalava a índole política do meu governo, consoante o que já havia dito no primeiro manifesto.

Chamei a sua atenção para as diversas questões e, sobretudo, acentuei, em termos bem claros e positivos, que aquele programa teria de ser executado em todas as suas linhas, ainda mesmo através dos mais fortes obstáculos."



Campos Sales defende um presidencialismo forte: "Os que não puderam ainda compreender bem a essência do regime, tal como o concebeu o nosso mecanismo institucional, mostram-se ingenuamente apavorados ante esta influência exercida legitimamente pela autoridade presidencial, supondo estarem na presença desse fantasma do poder pessoal, que outrora atribuíamos, nós, os republicanos principalmente, ao Imperador, buscando aí valiosíssimo subsídio para os ataques à Monarquia.

Existe, é certo, no regime presidencial, um poder pessoal; mas é nisso que se diferencia do poder pessoal dos soberanos – um poder constitucionalmente organizado; com o contrapeso dos outros Poderes, e sobretudo, também *pessoalmente* responsável, sujeito a um tribunal político de julgamento. Na Monarquia, não; o Executivo é unipessoal – *o rei reina e não governa*. A irresponsabilidade do soberano é coberta pela responsabilidade dos ministros. Neste caso é evidente que o poder pessoal exercido pelo soberano seria, necessariamente, mascarado ou descoberto, o próprio absolutismo.

Na forma republicana – posto de parte o sistema parlamentar – só resta a escolher entre o presidencialismo com o Executivo unipessoal, como entre nós, e o Executivo afeto a um Conselho, como na Suíça. Há, todavia, quem pense que o presidente deve deliberar conjuntamente com os seus ministros, em conselho. Nessa conformidade tinham procedido os presidentes que me precederam. Repudiei essa prática e instituí as conferências singulares, designando um dia da semana para cada ministro. O meu sucessor também adotou essa norma.

Na conferência coletiva, para levar o princípio às suas últimas conseqüências, seria necessário admitir que o voto da maioria prevalecesse sobre o do presidente; mas, neste caso, que restaria do presidencialismo constitucional? O presidente, segundo o conceito de Harrison, ex-presidente dos Estados Unidos, teria todas as suas prerrogativas reduzidas de fato a esta única função de nomear ministros. Constituído o Ministério, este assumiria o exercício do governo. Teríamos então esta paradoxal anomalia: o presidente responsável cobrindo os atos dos ministros, exatamente no que eles têm de irresponsáveis.

Não tenho lembrança de haver celebrado, durante o meu governo, uma só reunião geral de ministros; por diversas vezes, porém, reuni em conferência dois ou mais ministros para tratar de assuntos que se relacionavam com as respectivas pastas, caso em que cabia a cada um informar acerca da parte que lhe dizia respeito. Mas, não deixo de reconhecer que, em circunstâncias especiais e dada a natureza dos assuntos, haja conveniência de conferência geral, não certamente como um conselho de deliberação, mas simplesmente como um *conselho consultivo*. Em todo

caso, o presidente poderá ouvi-lo, como poderá ouvir, em conferência reservada, a um certo número de amigos, cujo critério lhe possa inspirar confiança. Em mais de uma vez pedi, em reunião a que assistia o ministro por cuja pasta corria a questão, os conselhos de deputados, senadores e membros das comissões permanentes do Congresso.

O que não se compreende, porém, é o *despacho coletivo* neste regime.



*"POLÍTICA DOS ESTADOS"*

## CAPÍTULO XVI

Acusam-me de ter dissolvido os partidos. Houve, porém, quem formulasse a minha defesa nesta síntese: 'Não se dissolve o que não existe.'

Não me manifestei, jamais, infenso à organização dos partidos, e seria necessário o conhecimento absoluto da índole das instituições democráticas para pretender firmar como princípio, sob o império delas, tamanho paradoxo. Seria o mesmo que promover a paralisia no organismo do corpo social. Nunca deixei de reconhecer e afirmar, em termos inequívocos, a sua necessidade, para assegurar o equilíbrio político, pela sucessão, no governo, das opiniões em contraste. O que proclamei que era um mal a ser extirpado, por ser um embaraço oposto à eficácia da ação governativa, sobretudo em um momento crítico, como aquele em que reclamavam solução aos mais graves problemas da administração, foi *o espírito partidário*, com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das idéias, ora se contrapondo ao desdobramento tranqüilo da atividade governamental.

Ao demais, eu não havia encontrado partidos empenhados nessas grandes lutas que se legitimam pelo antagonismo das aspirações na *esfera dos princípios*: o que encontrei, em renhida pugna de ódios e rancores, foram os fragmentos dessa massa informe, a que já aludi, e que jamais revestira os caracteres de uma sã organização partidária. Os partidos políticos, aptos para o governo, segundo a verdadeira concepção, se não devem obedecer à organização rija do *caucus* inglês, 'com a direção concentrada e a

disciplina perfeita de um exército – formando os homens, uns ao lado dos outros, e marchando todos em linha cerrada, como batalhões' –, não podem, entretanto, viver como legiões de *franco-atiradores*, sem o vínculo de idéias e princípios que aproximam e ligam entre si os combatentes por um vasto complexo de aspirações comuns e sob a direção segura, inquebrantável, de chefes que possam, pelo prestígio moral, pela capacidade superior e pela respeitabilidade pessoal, empolgar, à frente deles, a suprema autoridade.

Tenho como vã quimera a organização dos partidos fora destas condições."

Ninguém chegou, entretanto, a perceber que fossem estas as intenções do Partido Republicano Federal. Parecia antes umpartido à semelhança do que concebera outrora, nos Estados Unidos, Van Buren, e que eminente publicista descreve como *um exército conquistador, formado sobre uma base essencialmente mecânica para a manipulação da matéria eleitoral.*

Sobreleva notar também que lhe faltava a unidade na direção. É certo que aparentava ter um chefe com todos os simulacros do comando; mas este não conseguiu jamais assentar entre os seus correligionários o domínio de rigorosa disciplina. O que havia na alta direção era, em fundo, um *grupo de caudilhos políticos*, todos igualmente soberanos e ciosos, cada um, da sua influência pessoal. Na ausência de idéias que pudessem estabelecer a indispensável coesão, assistia o País ao singular espetáculo dos movimentos desencontrados que estas influências antagônicas imprimiam ao mesmo corpo político. Ao lado da ação moderada e tolerante dos temperamentos conservadores, surgia a agitação demagógica dos exaltados, que pretendiam para si o prestígio dessa popularidade que acompanha as idéias adiantadas, denominando-se *jacobinos*.

Conta um episódio curioso: "De regresso da Europa, recebi uma comissão de altos personagens políticos que me ofereciam um banquete em nome do partido que me elegeu. Foi profundo o constrangimento moral que por esse motivo experimentei. Evidentemente esta manifestação trazia intuitos partidários e não podia deixar, no seu verdadeiro alcance político, de pretender dar antecipadamente essa significação ao meu governo. Entretanto, cabia-me refletir que, no manifesto eleitoral, eu havia dito o suficiente para tornar bem claro o pensamento de governar com o concurso de todos os elementos úteis, visto que meu programa se encerrava na questão financeira e esta '*não podia ser posta nos moldes de opressivo partidarismo*'; além de que, segundo a minha concepção, 'o presidente não era o chefe de um partido, mas o chefe de Estado'. Não obstante, aceitei a manifestação, disposto a tornar mais explícitas, oportunamente, as minhas intenções.

Saudado no banquete como correligionário político dos manifestantes, que ali representavam exclusivamente uma das frações em que se cindira o Congresso, procurei acentuar, nestas palavras da minha resposta, o sentimento que dominaria a minha conduta no governo:

'Como homem político, sou homem de partido. Compreendo a eficácia destes ao serviço dos governos e das idéias. Já defini com precisão e clareza como compreendo o partido na sua função política e nas suas relações com o chefe da Nação, neste regime.

Reporto-me ao que disse antes do pleito de 1º de março:

A suprema preocupação de um partido que se constitui com intuitos legítimos é o interesse nacional. Estou convencido de que é aí que se encontram todas as aspirações sugeridas pelo patriotismo dos meus correligionários. Neste terreno ficará para sempre firmado o pacto da mais perfeita solidariedade. Não é necessário, portanto, dizer que o governo será inflexível na resistência a todas as solicitações que se achem em antagonismo com o interesse nacional. O apoio benéfico, que não esteriliza, mas fecunda a ação administrativa, é o que suscita e antes concorre para que sejam dominados os obstáculos. É esse o apoio que eu espero dos que têm patriotismo e boa vontade.'

Como já esperava, estas declarações foram recebidas com certa frieza. Tudo quanto fosse, naquele momento, uma positiva afirmação de partidarismo não poderia agradar a uma assembléia de homens políticos que ainda se ressentiam das paixões que naturalmente teriam sido sublevadas pelas lutas encarniçadas em que se acharam empenhados. Mas a mim é que competia dirigir, e eu tratava de desempenhar o meu papel. Começaram daí os desgostos e quem sabe se as desconfianças políticas, que todavia não chegaram a tomar proporções ostensivas. Estávamos ainda no momento das expectativas.

Fiz o que só um espírito obcecado, sem a mais ligeira noção do dever cívico e alienado de todo o sentimento de patriotismo, teria deixado de fazer: *proclamei a política da tolerância e da concórdia*. E chama-se a isto *desorganizar os partidos*.

Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram frações do Partido Republicano Federal, que não era propriamente um partido político, senão apenas uma grande *agregação de elementos antagônicos*. Aí estava o *morbus* que lhe corroeu a existência. Os elementos que dele se desagregavam levaram no seio os vícios da origem. Desconexo, sem direção e sem aspirações definidas, não era nas divergências desta natureza que se encontrava a causa das suas novas lutas. Não me achei, portanto, entre partidos opostos, mas simplesmente entre *facções rivais* que se haviam desagregado com o objetivo no governo da República.

E todavia, ao meu apelo, em nome dos grandes interesses da República, responderam patrioticamente os dois lados em que se dividia o Congresso Nacional; e, se por algum tempo deixou de ser perfeito e real o congraçamento dos dois grupos entre si, é, entretanto, certo que se es-

tabeleceram desde logo, entre os congressistas de ambas as facções e o presidente da República, relações de mútua cordialidade e confiança. O tempo fez o resto. Os ressentimentos foram desaparecendo gradualmente e um laço de união estabeleceu-se por forma tão completa que no governo do meu sucessor se chegou a ver, aliás sem espanto nem surpresa, o sr. Seabra no Ministério e o sr. Cassiano do Nascimento desvelado líder da maioria governista na Câmara dos Deputados.

Isto destrói inteiramente as censuras dos que me atribuíam a intenção de formar um *partido pessoal* sobre os destroços dos partidos que dissolvera. Mas partido pessoal para que, com que vistas, se antecipadamente fora assentada a resolução de encerrar a minha vida pública na hora em que deixasse o poder?

A minha obra pública, já o disse, não foi de dispersão. A minha pretensão, que realizei com os mais perseverantes esforços, foi apagar as dissensões que dividiam o Congresso e constituir nele uma unidade forte, patriótica e decidida a prestar o seu concurso ao governo. Foi assim que pude triunfar de todos os obstáculos e executar o meu programa."



*A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FRAUDE*

## CAPÍTULO XVII

Ou a política dos governadores, como foi consagrada a que Campos Sales batizou de *política dos Estados*, resultou da necessidade imperiosa de formar uma sólida maioria parlamentar, em apoio do plano financeiro. A primeira mensagem presidencial exacerbou os ânimos dos antiprudentistas, chefiados por Francisco Glicério. No dia 5 de maio de 1899, Cassiano do Nascimento reuniu, no Hotel Continental, deputados de várias bancadas. Tratava-se de organizar uma maioria de oposição. De fato, a primeira escaramuça ia travar-se em torno da eleição da mesa da Câmara, desde que Campos Sales se batia pela reeleição da mesa anterior.

Dunshee de Abranches, participante daquelas lutas de bastidores, atribui a Nilo Peçanha a iniciativa do plano engenhoso de alterar a lei interna da Câmara, dispondo-se que dirigiria a organização da nova legislatura o presidente anterior, caso fosse reeleito. Conviria, ainda, evitar-se a presença de um número excessivo de candidatos diplomados no recinto, durante as sessões preparatórias. Para isso, a alteração regimental definiria que "diploma seria a ata geral das eleições, assinada pela maioria das juntas apuradoras". E, para que não surgissem atas em duplicatas, deveria consignar, ainda, a reforma que, no caso de dualidade de conselhos municipais, seriam somente considerados legítimos aqueles com os quais mantivessem relações oficiais os governadores dos Estados.

Nilo Peçanha consultou, primeiro, Augusto Montenegro, o qual tinha sob sua direção o contingente prudentista. Ele aceitou a idéia, não sem

antes ouvir Rosa e Silva, que sugeriu duas emendas: a primeira consistia em não dar caráter pessoal à presidência das sessões de verificação de poderes; assim, em vez de dispor-se que a direção desses trabalhos caberia ao presidente da Câmara anterior, caso fosse reeleito, deveria acrescentar-se ou a qualquer dos respectivos vice-presidentes, também se fossem reeleitos. O que queria dizer que tocaria a vez, eventualmente, não só a Vaz de Melo, mas ainda a Urbano dos Santos e Júlio de Melo, partidários do vice-presidente da República. Quanto à segunda sugestão, referente ao julgamento prévio dos conselhos municipais, ponderara o vice-presidente que pareceria que se procurava logo ferir de frente o caso de Campos, o que se poderia fazer mais discretamente. Augusto Montenegro deveria justificar a reforma regimental firmando a doutrina de que seriam unicamente tidas como juntas apuradoras legais aquelas que emanassem das municipalidades com que mantivessem relações oficiais os governos dos Estados.

Fácil e entusiasta foi a adoção por Campos Sales, segundo informa Dunshee de Abranches. Em seu próprio depoimento, Campos Sales assume a paternidade da nova tática.

"Outros deram à minha política a denominação de política dos governadores. Teriam talvez acertado se dissessem política dos Estados. Esta denominação exprimiria melhor o meu pensamento.

O que deu origem a esta política foi a questão de verificação de poderes na sessão legislativa de 1900. Finda a legislatura anterior, os dois grupos da Câmara – Republicanos e Concentrados – apresentavam-se para o próximo pleito com ânimo deliberado de empregar, cada um, todos os meios para o triunfo dos seus candidatos. Era tal a ambição de vencer que, segundo se tornou público, de ambos os lados se mandavam instruções aos candidatos nos Estados para que se fizessem diplomar a todo o transe. A palavra de ordem era o diploma. Está visto que nesta generalidade se compreendiam as duplicatas e as fraudes. No correr destes preparativos, começava a surgir a hipótese aterradora de uma duplicata de Câmaras, caso provável desde que um dos lados pudesse empolgar a direção exclusiva das deliberações no recinto oficial deste ramo do Congresso.

Eis a sombria perspectiva que apresentavam os trabalhos de verificação de poderes. O regimento estatuía que ao mais velho dos diplomados cabia a presidência interina da Câmara, incumbindo a ela a nomeação da comissão encarregada de organizar a lista dos diplomas presumivelmente legítimos. Ao mais velho, pois, caberia, em última análise, a formação da sua Câmara. A questão estava assim entregue a um certificado de idade. Não é preciso muita argúcia para figurar as inúmeras hipóteses de fraudes que poderiam ser sugeridas.

Diante deste perigo, que não podia deixar de alarmar profundamente os espíritos mais calmos, cogitou-se de aproveitar o resto do tempo da legislatura para fazer uma reforma do regimento na parte referente à verificação de poderes. Combinou-se, e nesta combinação entraram influências políticas de ambos os lados, que o presidente interino da nova Câmara seria o presidente da Câmara anterior. Realizou-se quase sem oposição a reforma regimental, embora com a perfídia das reservas mentais, que mais tarde se revelaram.

Cresciam, entretanto, as minhas apreensões e receios acerca das dificuldades que provavelmente surgiriam na composição da Nova Câmara. Os ressentimentos, quase abafados, não estavam, todavia, completamente extintos até esse momento, e cada um dos grupos se dispunha a disputar, com encarniçamento, a posse, pelo menos, da futura maioria para implantar a sua política. Entendi que não me era lícito assistir indiferente a essa luta, cujos resultados poderiam acarretar a ruína moral da República, e resolvi, conseqüentemente, intervir, adotando medidas preventivas. Dirigi-me, para esse fim, *aos governos dos Estados, onde iniludivelmente reside a verdadeira força política neste regime.* Vou reproduzir uma parte da minha correspondência para que se vejam os sentimentos que no íntimo me animavam nessa emergência. O meu pensamento era proporcionar a todos os grupos garantias iguais, com absoluta imparcialidade, de modo a evitar a vitória legítima e absorvente de um deles.

A 8 de fevereiro de 1900 eu escrevia ao dr. Silviano Brandão, de saudosa memória, presidente do Estado de Minas:

'Recebi a sua carta, em que teve a benevolência de comunicar-me o resultado das eleições federais de 31 de dezembro, nesse Estado. Queira receber as minhas sinceras felicitações pelo justo triunfo da sua patriótica política.

'Espero que a representação mineira, correspondendo aos nobres intuitos de V. Exa., virá trazer o importante concurso do seu apoio para a realização da grande obra que o meu governo tem em mãos e que, felizmente, para levá-la à conclusão, não carece senão da firmeza dos bons elementos que constituem o futuro Congresso. Deve ter observado com a mesma tristeza que eu a multiplicidade das duplicatas eleitorais, indecoroso sinal do grau de *rebaixamento a que têm descido os nossos costumes políticos*. É indispensável e urgentíssimo opor decidida resistência a este descalabro moral a que tão criminosas ambições impelem a República.

'O Estado de Minas acha-se destinado a representar o mais importante papel na verificação de poderes da futura Câmara. A reforma do regimento, ao findar-se a passada legislatura, deu ao dr. Vaz de Melo, deputado mineiro, a investidura da presidência interina desta casa do Congresso na próxima sessão. A ele caberá formar a comissão, à qual incumbe o início, a base dos trabalhos na verificação dos poderes. É deste ponto de partida que dependerá essencialmente a constituição legítima

do mais importante ramo do Congresso, principalmente se, como presumo, o presidente interino firmar o prestígio da sua ação preliminar no apoio decidido e resoluto da poderosa representação mineira, da qual ele faz parte.

'Ao lado desta reforma estatuiu também o regimento as condições do que seja, em princípio, o diploma legal ou presumidamente legítimo: aquele que é expedido pela maioria das juntas apuradoras. Segundo o acordo estabelecido entre chefes políticos, cuja influência deve ser bem acentuada nos trabalhos da próxima legislatura, é com estas providências regimentais que se há de chegar à melhor e à mais justa conclusão na verificação dos poderes. Nutro a convicção de que, mantido este acordo sem fraquezas nem hesitações, chegaremos a formar uma Câmara legítima, impossibilitando o triunfo das duplicatas vergonhosas. Haverá, é certo, o desvio de uma ou outra junta apuradora, diplomando candidatos não eleitos. Sem prejuízo do princípio dominante, essas fraudes podem e hão de ser corrigidas, desde que se estabeleça, como deve ser assentado, que para estes casos prevalecerá, no voto decisivo da Câmara, o princípio de rigorosa justiça.

'Acredito que, se não enveredarmos resolutamente por este caminho, correremos o risco de constituir uma Câmara de duvidosa legitimidade, e, portanto, sem o indispensável prestígio moral ante a opinião, isto mesmo após uma prolongada luta, carregada de incidentes indecorosos e desmoralizadores. A V. Exa. cabe influir diretamente, por seus conselhos e por sua hábil orientação, a bem da coordenação das forças que devem preponderar nas deliberações preliminares, constitutivas da nova Câmara.'

No mesmo dia, 8 de fevereiro, dirigia-me nestes termos ao sr. Luiz Viana, governador do Estado da Bahia:

'Agradeço os telegramas comunicando-me os resultados das eleições de 31 de dezembro e tenho a satisfação de felicitá-lo pelo completo triunfo das candidaturas dos seus amigos.

'Estará talvez lembrado de que, quando aqui conversamos a respeito dessas eleições, ponderei que em nada me preocupava o resultado do pleito, que teria de representar, presumivelmente, a vitória da opinião predominante em cada Estado; mas que, no entanto, muito me inquietava a orientação que pudesse ter o trabalho de verificação de poderes da futura Câmara. Foi em vista destas apreensões, aliás partilhadas por todos, que se promoveu a reforma do regimento da Câmara, estabelecendo providências que pudessem assegurar, nos trabalhos preliminares, uma direção garantidora, uma vez que deles depende essencialmente a constituição definitiva desta casa do Congresso. Nestas reformas, como era natural, entrou como força preponderante a colaboração da importante representação baiana. As notícias que chegam confirmam as nossas tristes



previsões. Por toda a parte, a fraude e a duplicata, quando mais honrosa teria sido a resignação honesta em obediência ao pronunciamento da maioria do voto.

'Todos os elementos interviram por igual nesta disputa da ambição imoderada e da sofreguidão que não se refreia. Fizeram duplicata ousada e indecorosa os vencidos da Bahia e do Maranhão – para não citar outros exemplos –, assim como a fizeram os derrotados de Santa Catarina e Paraná. Isto basta para mostrar que tais processos não caracterizam a ação exclusiva de uma determinada política, mas são comuns a *todas as raças de ambiciosos, que pretendem a posse dos lugares da representação nacional, sem a mais leve preocupação quanto à legitimidade dela.*

'Só a execução fiel e inteligente do acordo estabelecido no fim da sessão passada, entre diversas influências políticas, tendo por base a aludida reforma regimental, é que poderá garantir a formação de uma Câmara legítima, impedindo o vergonhoso e desmoralizador triunfo das duplicatas fraudulentas. A firmeza nessa conduta concorrerá também para poupármos os vexames de cenas escandalosas, senão humilhantes, inevitáveis nos prolongados debates, nas lutas encarniçadas em que entrarão por muito os mais ousados assaltos e os menos escrupulosos conchavos contra a legitimidade dos diplomas.

'Eis o que cumpre evitar e o que constitui tarefa dos que se empenham pela conservação do prestígio moral do Poder Legislativo da República. Como chefe político de um Estado que exerce justa influência no seio do Congresso pelo alto valor da sua ilustre representação, cabe a V. Exa. inestimável colaboração no patriótico trabalho de organizar e arregimentar os elementos que terão de agir com eficácia na execução do pensamento que presidiu a reforma do regimento da Câmara. Essa execução, para ser útil, precisa ser severa, inflexível e isenta de preocupações partidárias. Para obra de tal magnitude, não se pode deixar de contar com o elevado espírito de V. Exa.'

A esta carta respondeu o sr. Luiz Viana propondo que se promovesse oportunamente uma reunião para adotar as providências relativas à verificação de poderes. A minha resposta contém conceitos da maior atualidade no que concerne à situação dos partidos, ao mesmo tempo que põe em grande destaque a sinceridade das minhas vistas na composição da futura Câmara. A 5 de março redargüia eu ao governador da Bahia:

'Permita-me voltar ainda ao assunto da sua carta de 19 de fevereiro, cujos termos muito me agradaram. Há todavia um tópico sobre o qual desejo emitir o meu modo de pensar com a devida franqueza.

Lembra V. Exa. a conveniência de uma grande reunião, na qual será assentada a norma de conduta a seguir na verificação de poderes.

Esta idéia exprime certamente os bons intuitos de V. Exa. procurando assegurar *a priori* o apoio da maioria em prol da fiel execução do acordo

estabelecido. Devo, porém, dizer a V. Exa. que, em regra, sou infenso às grandes reuniões para deliberar sobre assuntos que, pela sua natureza, se relacionem com a direção ou orientação que se deve imprimir a um determinado momento político. Esta é uma função que pertence a poucos e não à coletividade. Nem sempre nas deliberações coletivas prevalece o alvitre mais justo e mais conforme os grandes interesses da situação. Ao contrário, às mais das vezes o que se vê é que nas grandes reuniões predomina o conselho apaixonado dos mais exaltados, que nem sempre se inspiram no sentimento de justiça ou nas verdadeiras e reais conveniências da causa pública. Isto é tanto mais perigoso quanto é certo que, no momento atual, dada a ausência de partidos regulares, nos achamos em pleno estado de anarquia política'."

Traça o quadro da atualidade política, em palavras candentes, que poderia aplicar à realidade de hoje . . .

"Outrora, quando os partidos tinham como principal fundamento da sua organização e disciplina a obediência à direção dos chefes, as assembléias políticas podiam ser de grande utilidade, precisamente porque elas não serviam senão para, com a homologação do seu voto, revestir de maior autoridade moral o pensamento previamente conhecido dos que exerciam, de fato, a soberania diretora. Hoje, porém, não é isso o que se vê. Estamos ainda sob a influência da revolução que, com o antigo regime, fez desaparecer todos os aparelhos de governo que dentro dele existiam. Desapareceram, como era fatal, os partidos e eliminou-se também a supremacia dos grandes chefes. As perturbações contínuas por que tem passado a República, a preferência dada aos processos violentos, com o abandono das lutas políticas regulares, não tem permitido a organização dos partidos com a característica manifestação das suas tendências opostas e com os seus chefes à frente, exercendo uma autoridade real, inteligentemente acatada e disciplinadamente obedecida.

Os chefes que hoje aparecem nada dirigem: ao contrário, deixam-se arrastar mais ou menos constrangidamente pela impetuosidade de forças anárquicas, agremiadas em coletividades sem coesão. Não têm outro sentido as cenas do Congresso."

Antes, mesmo, de montada a *política dos governadores*, Campos Sales articula-se com eles: "É por isso que receio submeter a uma assembléia política a escolha do plano a ser adotado na verificação dos poderes da futura Câmara. Muitos quererão inspirar-se no sentimento partidário, outros alvitrarão pela liberdade de agir na conformidade das afeições pessoais e não faltará mesmo quem pense ser preferível a *violência brutal do voto*, porventura em eventual maioria, para esmagar e eliminar por completo a outra parte. Que é que poderá sair de uma reunião assim agitada por intuitos e tendências tão desencontrados? Senão o desacordo, possivelmente um alvitre menos acertado, do qual poderá resultar o prévio sacrifício do prestígio moral do Congresso.



Parece-me, portanto, que mais acertado será evitar a reunião e sujeitar o exame dos meios práticos, para a execução do acordo, ao critério de alguns poucos, que sejam reconhecidamente mais competentes. Uma ação bem conduzida por parte destes será bastante para levar o acordo à sua completa execução, oferecendo seguras garantias aos que tiverem por si a legitimidade do voto."

"Os deputados paulistas, que, pela sua posição especial para com a pessoa do ex-presidente Prudente de Morais, tiveram de receber mais diretamente os choques violentos da cisão, nutriam ainda profundos ressentimentos e mal podiam disfarçar a animosidade com que teriam de entrar em uma campanha que lhes ofereceria ensejo para uma revindita. E todavia nada poderia concorrer para causar-me tantos embaraços na direção dos acontecimentos como uma conduta por parte dos paulistas em desarmonia com as minhas vistas. A carta que dirigi ao sr. dr. Rodrigues Alves, nessa época senador por São Paulo, tinha por fim acautelar futuras eventualidades. É uma carta de confidências íntimas entre velhos camaradas, em que falo com a sinceridade que deve ser observada nas expansões dessa natureza. Ela traz a data de 25 de fevereiro e contém o seguinte:

Não partilho as apreensões reveladas a V. por Arthur Rios.

Tenho conversado com Severino e outras pessoas que podem influir na verificação de poderes, e o que noto é que todos se mostram desejosos de ver sustentada a combinação feita, no fim da sessão passada, em virtude da qual se realizou a reforma do regimento da Câmara, base do acordo. O que pode acontecer, e que eu sempre temi, é que os dois Estados porventura com tendências exclusivistas, a Bahia e o Rio Grande do Sul, pretendam, cada um para o seu lado, extremar os grupos na verificação de poderes com o fim de constituir uma maioria que garanta o predomínio da sua influência na direção política da República.

Hoje recebi uma carta de Luiz Viana, em resposta a outra minha sobre este assunto, em que ele, ao mesmo tempo que deixa transparecer sentimentos partidários, se mostra receoso da influência rio-grandense.

É natural, é mesmo quase certo que no Rio Grande se pense do mesmo modo quanto às vistas da Bahia. Acredito, porém, que nada disto obstará a boa execução do acordo. O que é indispensável é organizar desde logo, no início dos trabalhos, uma maioria arregimentada e resoluta que não tenha outra preocupação a não ser a de constituir uma Câmara nas melhores condições de legitimidade.

Esta maioria, para bem desempenhar-se da sua missão, não deverá olhar para os dois lados da antiga Câmara, não deverá distinguir entre os antigos matizes – *republicanos* e *concentrados* –, tendo em vista somente as condições de legalidade ou, pelo menos, da maior presunção de legiti-

midade do diploma de cada um dos candidatos. Como tenho dito, a presunção, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado. Haverá talvez exceções. Estas serão estudadas e resolvidas sob o rigoroso critério da justiça.

Quem contestaria em boa fé, por exemplo, a legitimidade dos eleitos pelo partido dominante em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará, etc.? Da mesma forma, ninguém dúvida de que no Maranhão foi essa mesma política que venceu as eleições; e no entanto os adversários do governo do Estado dizem-se vitoriosos no 2º distrito, diplomando para si os três terços deste mesmo distrito. No Ceará também a oposição ao governo do Estado arroga-se a vitória em um dos distritos. Aqui os *republicanos*, lá os *concentrados*.

Quer dizer: a tática das duplicatas e das fraudes é a mesma para todos os vencidos. É evidente que, se não houver absoluta firmeza na execução do acordo, ou antes, se se malograr a combinação, por falta de uma execução leal e severa, ninguém pode prever a que estado de confusão e de anarquia irá ter a Câmara, desnorteada, como há de ser, pela coligação dos interesses, senão pela solidariedade da fraude.

O menos que acontecerá há de ser a luta pela conquista de uma maioria da primeira hora, que, seja qual for, esmagará por completo a minoria, tomando de assalto e em proveito dos seus a quase totalidade dos diplomas.

É preciso fazer maioria, a qualquer preço. E a quem pertencerá a maioria do primeiro momento? Ninguém poderá dizê-lo, nem mesmo ante os resultados das eleições de 31 de dezembro. Façam-se todas as estatísticas possíveis e o resultado será sempre a dúvida quanto à força numérica dos dois grupos em que se dividia o Congresso, na última sessão.

Há deputações importantes, que não obedecem às classificações partidárias anteriores. É para mim absolutamente indispensável, para evitar a ruína moral do futuro Congresso, que apoiemos os trabalhos de verificação de poderes sobre elementos que possam garantir a constituição de uma Câmara legítima, fruto de deliberações escrupulosas e honestas. Deverá o espírito partidário embaraçar esta orientação? Mas nem sequer temos partidos. Haveria dois grupos com denominações diversas, mas sem que fossem assinaladas divergências capazes de caracterizar a diversidade das suas tendências.

Julgo, portanto, azado o momento para se tomar a constituição da futura Câmara como ponto de partida para agremiação de forças úteis, que constituam um grande partido de governo, exclusivamente devotado aos interesses da administração da República, até hoje tão descurados, precisamente porque, na ausência de partidos regulares, não temos tido senão grupos ou corrilhos mais ou menos audazes, assediando ou procurando assediar as eminências do poder público.



Há muito – desde a Constituinte – que o meu espírito se insurge contra isto, a tal ponto que ainda não encontrei um partido em que pudesse alistar-me com a segurança de tomar uma posição indicada pelo patriotismo.

Penso que no sentido destas idéias V. poderá prestar os melhores serviços, aconselhando e dirigindo os membros da representação paulista, a quem está reservada uma brilhante atitude, ou antes, uma ação regeneradora na política da União. Se essa representação vier, como espero, desprendida de ressentimentos, que devem estar extintos, e isenta de preconceitos, já agora injustificáveis, o seu voto será de inestimável alcance.

A V. e Bernardino cabe a responsabilidade da orientação.

Aí está, na maior clareza e fidelidade, o pensamento com que entrei na árdua campanha de verificação de poderes, em 1900. Não cogitava da política dos governadores, mas de uma política que pudesse salvar a República do tremendo desastre moral que a ameaçava, salvando o prestígio de um dos poderes do Estado, prestígio que estava arriscado a perecer em terrível explosão de ódios e rancores partidários. Por maiores que possam ser, ficam sempre na obscuridade do desconhecido os serviços que consistem em desviar o curso dos acontecimentos para impedir que um mal social se produza; mais evidentes são os que consistem em combatê-los depois que ele se concretiza num fato. Nem por isso deixarei de proclamar beneméritos os patriotas que entraram nesta campanha e nela triunfaram através das pusilanimidades de uns e das defecções desleais de outros."

Campos Sales, como, depois, todos os *donos do poder*, confiava mais no eleitorado do Interior, facilmente passível das pressões, sob o guante dos "coronéis" e outros chefes políticos, do que na expressão do voto dos grandes centros, onde a população, mais politizada, era, por isso mesmo, melhor capaz de julgar os governantes. Assim, proclama:

"Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque – não cessarei de repeti-lo – é lá que reside a verdadeira força política. Na monarquia inglesa, como na república americana, é das unidades do poder local que converge a ação para o centro. Foi em Birmingham, não em Londres, que Chamberlain estabeleceu a célebre organização partidária, que se irradiou por toda a Inglaterra e produziu o advento da idéia liberal no poder com a elevação de Gladstone a primeiro-ministro da Coroa. Em que pese aos centralistas, o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao seu sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União.

Neste regime, disse eu na minha última mensagem, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A *política dos Estados*, isto é, a política que

fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União.

Se assim é e há de ser no curso normal da vida do País, muito mais agora que não existe no centro uma organização partidária bastante forte para poder concentrar a autoridade diretora.

Surgem de quando em vez uns tantos ideólogos, que todavia nas suas prédicas não se incompatibilizam jamais com os governos. São todos situacionistas. Que força humana poderá separar estes espíritos e conservá-los em regiões opostas?

Aparece agora isso que alguns denominam enfaticamente a *campanha do revisionismo*. Mas ninguém pode ainda dar com o verdadeiro rumo desses reformadores. O que todos vêem é que falta aos apóstolos da nova seita a condição essencial de força na propaganda: a fé, a sinceridade da crença. Ninguém apreende, no vago das declamações, o que pretendem esses propagandistas, pois que eles mesmos não o sabem nem o dizem; o que, porém, não escapa à observação do bom senso popular,é que, na sua quase totalidade, eles vão abraçando a nova fé à medida que vão perdendo as posições que usufruíram à sombra dessas mesmas instituições que ora combatem, esquecidos de que o critério popular exige unidade ou seqüência na conduta pública e, logicamente, não crê na pureza das intenções de quem hoje combate aquilo mesmo que ontem defendeu'.

Não sou nenhum fetichista, nem considerei jamais isenta de senões a obra patriótica da Constituinte de 1891; mas tenho como precipitada, inoportuna e antipatriótica essa propaganda que se agita contra a Constituição republicana, propaganda em muitos casos menos inspirada por uma convicção bem formada do que pela obsessão reformista.

O que visam os revisionistas é, em boa ou má fé, à destruição do próprio sistema, no que ele encerra de fundamental e caracteristicamente democrático. Entre eles não se encontram somente os legionários sinceros de uma reforma útil, que o bem da pátria reclama, mas também truculentos demolidores de uma obra que custou aos verdadeiros republicanos 20 anos de propaganda, de abnegação heróica e de sacrifícios inauditos.

Para que se possa ver bem a inconsistência dos golpes vibrados pelos revisionistas, basta considerar que o que mais os escandaliza é o fato de termos adaptado ao nosso país, aliás atendendo à peculiaridade do nosso meio social, instituições cujas virtudes têm sido consagradas pela experiência secular de outros povos. É preciso não deixar que passe sem protesto o colossal paradoxo. Não é a sorte dos povos caminhar paralelamente, lado a lado, operando simultaneamente o mesmo progresso e realizando no domínio das idéias as mesmas conquistas. Tomando pontos de partida diversos no espaço e no tempo, cabe a uns a primazia em determinada esfera da civilização humana, e a outros, que vêm marchando atrás, nunca foi vedado enveredar pelo caminho já trilhado, colhendo os benéficos frutos das posições alcançadas. Em cada momento da História, o povo, cuja evolução é mais adiantada, representa a humanidade inteira."



"No que concerne ao nosso regime institucional, não seria fácil determinar com precisão onde se encontra o original e onde está a imitação. Os americanos, ao proclamarem a sua independência e no momento de darem forma ao governo da nova nação, evidentemente tiveram os olhos fitos na antiga Confederação Helvética, cujo tipo adotaram. Veio depois a convenção de Filadélfia, na qual eles evolveram para a federação, e que se perpetuou no organismo enérgico da grande República. Por sua vez, em 1848, a Suíça adotou a primeira constituição, que, perfilando os novos princípios americanos, a transformou de uma Confederação qual era em uma Federação de Estados. Operou-se nas duas repúblicas uma evolução, em que ambas concorreram reciprocamente para o aperfeiçoamento da forma do seu governo atual. Repito aqui o que escrevi nas minhas 'Cartas da Europa'.

Desde que foi derrotado o *antigo regime* e tomou consistência na constituição moderna dos povos o sistema representativo, todas as formas de governo livre não são, na sua multiplicidade, senão outras tantas modalidades daquele sistema. Tanto se assemelham, umas às outras, na sua estrutura institucional, as monarquias constitucionais como entre si as repúblicas unitárias ou as repúblicas federativas. Pouco vale, portanto, aprofundar pesquisas especulativas para apurar o que possa existir de adaptação no nosso organismo político. É fácil encontrar pontos de semelhança, principalmente com as constituições americana, suíça e argentina. O que interessa saber é, sim ou não, se o regime federativo é adaptável ao nosso país, visto ser esse o ponto de preferência alvejado pelos adeptos da revisão constitucional."

É curioso que esse republicano da propaganda, além de mais paulista, oriundo de um movimento e um Estado que pregava e pugnava pela Federação, de que precisava para se expandir e alcançar a hegemonia econômica e política que desfrutou na República Velha, manifeste-se contra o federalismo quando se encontra na Presidência, chegando a apontar a *aspiração separatista*, que, em 1932, seria usada, injusta e tendenciosamente, contra o movimento de 9 de julho:

"Ninguém contesta que entre os Estados da Federação sejam fundamentalmente os mesmos os costumes, as tradições, a língua, a coloração moral e as *grandes aspirações nacionais*. O que, porém, igualmente oferece contradita é que a solidariedade étnica se acha mais ou menos profundamente perturbada pela disparidade, senão antagonismo dos interesses peculiares às regiões em que se divide o vasto território nacional. Dessa ma-

nifesta ausência de coesão dos elementos econômicos e conseqüentemente das forças locais resulta a toda evidência que não pode servir de garantia, à unidade nacional nem ao acordo dos *grandes interesses*, a existência de um poder supremo no centro, dominando, absorvendo e avassalando todas as energias da periferia. Essa garantia só se encontra na harmonia e espontânea cooperação com que cada uma dessas forças concorre, na esfera de sua ação autonômica, para o desenvolvimento da vida nacional. É nessa cooperação espontânea, sem antagonismos, que verdadeiramente se estabelece o acordo dos interesses gerais; é nela, portanto, que reside a única garantia sólida da unidade nacional. Cortar este laço de interesses, que fortifica a união moral dos diversos elementos em que se divide a Nação, é criar todos os estímulos desagregadores e *fazer a aspiração separatista*. Foi o que sucedeu nos últimos tempos do Império, surgindo à tona das agitações políticas o programa de federação, que aproximou alguns dos homens da monarquia aos propagandistas da república federativa."

Campos Sales tem uma curiosa concepção de liberdade e de raça, esta, lamentavelmente, encontrada nos leitores de Goubineau:

"O presidente dos Estados Unidos do Norte, referindo-se aos erros que cometeram os gregos e os romanos – os dois povos da Antigüidade que mais se celebrizaram pela sua ação colonizadora – e ao êxito que no mesmo terreno alcançaram modernamente os americanos, salienta que, nos gregos, a unidade de raça fora sacrificada à independência local, e o resultado foi que o mundo grego se tornara a presa fácil dos conquistadores estrangeiros, ao passo que os romanos conservaram a unidade nacional, mas somente por meio de um despotismo centralizado, e o resultado foi o esfacelamento que a História aponta. Os americanos encontraram na Constituição Federal um instrumento quase perfeito. O sistema que institui um laço de união apertado, indestrutível, entre *repúblicas livres* (os Estados federados), tornou-os capazes de realizar o que nem os gregos nem os romanos puderam conseguir nos maiores dias da sua existência. Os americanos conservam a completa unidade de uma raça expansionista, sem alterar no mínimo grau a liberdade do indivíduo. Chegamos, afirma o enérgico estadista, a aceitar como axiomáticos os dois fatos – a união nacional e a liberdade local e pessoal.

Esta afirmação categórica, após a experiência de mais de um século, e pelo órgão mais genuíno do sentimento nacional, protesta eloqüentemente contra a falsa suposição de que o regime federativo representa 'um dos momentos, uma das fases, um dos estádios da evolução da gente anglo-saxônica da América, no seu caminhar para a unidade'. O que a agregação de *repúblicas livres* (os Estados federados) ali representa em definitivo é, sim, a perpétua garantia da indissolubilidade da União sob o regime permanente da soberania local.



Diante, porém, do valioso exemplo, que esmaga todas as objeções debaixo da sua autoridade secular, surge a questão da raça."

A seguir, expende um conceito e faz uma afirmação que deveria ter sido respondida desde logo:

"Mas, então, sejamos lógicos e aceitemos resignados a condenação tremenda que decorre do princípio. Confessemos a nossa incapacidade para o regime de liberdade, renunciemos conseqüentemente aos benefícios do sistema representativo e proclamemos, submissos, a utilidade do absolutismo, encarnado em um único poder no centro, absorvendo e eliminando todas as forças do cidadão. Tais são as iniludíveis conseqüências do argumento que repousa sobre a incapacidade da nossa raça. Eliminem-se as *vinte tiranias*, e ficará implantada, em lugar delas, a mais implacável, a mais formidável, a mais abominável de todas as *tiranias* – a *tirania* do centro.

Parece que é cedo ainda para termos perdido a lembrança do passado. Os que clamam apaixonadamente pelo unitarismo mostram ter perdido a memória dos fatos do Império centralizado, que despertaram ao senador Nabuco de Araújo o famoso sorites, síntese luminosa e pungentíssima do clamor nacional contra o opressivo centralismo monárquico, e inspiraram também ao inolvidável Tavares Bastos as páginas de apaixonada eloqüência do seu livro monumental *A Província*, eco vibrante das angústias das províncias do Império, aniquiladas e exaustas sob o jugo tirânico de mortífero centralismo. Os que hoje declamam contra o poder dos governadores dos Estados esquecem, talvez, o que foram os famigerados *procônsules* de outrora, enviados às províncias como meros agentes da política subalterna do governo imperial, com a missão de executar empreitadas eleitorais, à custa, embora, das mais bárbaras atrocidades.

É preciso recordar aos unitaristas de agora que clamam contra a compressão do voto nos Estados aquela política de abstenção que o governo do Império impôs aos partidos em oposição, desde que alcançou convencê-los da inutilidade da luta contra a *baioneta da polícia* e contra a *garrucha do capanga*. É em oposição a estas funestas tradições da monarquia centralista, a este ominoso legado de costumes, por nós recebidos do regime decaído, que se deve estimular a reação dos sentimentos populares e o estigma da opinião."

Reproduz um triste conceito de José de Alencar, político: "A abdicação da sua autonomia pela Nação não é um fenômeno recente. Seu traço vem de longe; em 1848 já se desenha saliente na História da Pátria." Não é, portanto, lógico atribuir às instituições o que não tem sido senão um vício radicado nos costumes. Sustentei outrora que as instituições reformam os costumes. Hoje reconheço que nutria uma quimera, e estou com aqueles que pensam que as 'mudanças sociais não se fazem a golpes de decretos'. É certo, entretanto, que costumes e instituições exercem entre

si influência recíproca, e isto adverte que o papel do legislador é o de observador atento dos fenômenos sociológicos que se vão desenrolando no seu meio, a fim de intervir oportunamente e com eficácia, ou seja, para reprimir instintos perversos, ou seja, para abrir caminho às expansões de sentimentos altruísticos. A sofreguidão reformista, às mais das vezes, não concorre senão para introduzir a anarquia na legislação. A idéia da descentralização está no sentimento brasileiro, atesta-o a sua História. Cumpre deixá-la expandir-se ao calor vivificante da Constituição republicana.

Nestas idéias, encontra-se o eixo da política que tomei a peito desenvolver no governo. Não fiz a política dos acontecimentos, mas procurei subordinar os fatos à minha direção, submetendo-os à influência das próprias convicções. É por isso que a minha ação política, posso afirmá-lo, tem obedecido sempre, invariavelmente, no governo ou fora dele, a um espírito de continuidade.

Ministro da Justiça no governo provisório, quando a sua gloriosa missão estava a findar, fui honrado com um banquete, que me ofereceram membros proeminentes do comércio da Capital da República. No discurso que então proferi, fiz, ao concluí-lo, as seguintes declarações:

'Conto cerca de um ano de governo, cujo poder tem a amplitude ilimitada às ditaduras, e o meu constante cuidado foi mostrar que a energia das convicções não se afere pela violência dos atos, e que a moderação não exclui a firmeza da ação. Não me afastei uma linha da minha escola política. A Constituinte está prestes a ser instalada. Vou para ela *sem preconceitos partidários*. Está aberta absoluta solução de continuidade na política do País. Os homens públicos vão tomar pontos de partida inteiramente novos, sem ligações com o passado, porque o passado está extinto. Na Constituinte estarei onde estiverem as minhas idéias. O meu posto será entre os mais dedicados e leais defensores do sistema federativo. É aí que se acha consubstanciada a dupla aspiração republicana – *soberania local e integridade da Pátria*. Eis o que vem fazer a Constituinte, porque é isto que lhe aconselha o patriotismo; ela vem dos Estados e os Estados querem a sua soberania.'

Já nessa época, quando se preparava a instalação da primeira assembléia republicana, eu podia com sinceridade anunciar aos meus concidadãos que entrava para o trabalho da organização da República com o espírito isento de partidarismo; mais tarde, na Presidência da República, quando já me dominavam o espírito os conselhos da experiência e a prudência da idade, e quando mais avultavam as minhas responsabilidades, não podiam ter sido outros os meus sentimentos.

Não destruí os partidos, porque eles não existiam, nem me preocupou a idéia da sua formação, porque não vi para isso os elementos que reputo indispensáveis.

Os partidos políticos hão de aparecer naturalmente, logicamente, ao



influxo dos princípios, quando, em lugar de falsos apóstolos que exploram a credulidade popular e os *sentimentos dos despeitados*, entrar em campo uma legião de homens de crença, pregando com amor a doutrina da sua fé."

## A DISSIDÊNCIA

# CAPÍTULO XVIII

A *política dos governadores*, implantada por Campos Sales e cultivada por todos os presidentes que o sucederam até Washington Luiz, não medrou sem um protesto, não se fez sem uma resistência. Sertório de Castro reproduz o depoimento pessoal, ouvido de Bueno de Andrada: iam ser lançados os fundamentos da política dos governadores. Como e em que circunstâncias?

Acompanhemos, sublinhando-a com algumas observações, a narrativa que, com a força de um depoimento pessoal, faz desse fato o sr. Bueno de Andrada. E não lhe falta autoridade para fazê-lo. Seu nome está estreitamente vinculado a vários capítulos interessantes e agitados de nossa história política, nos últimos 30 anos de seu desdobramento. Foi, além do mais, parte no episódio.

Já estavam bem adiantados os trabalhos da verificação de poderes, tendo sido reconhecidas, sem contestação, as bancadas paulista e rio-grandense, e um outro deputado avulso de outras representações. Os deputados paulistas compreenderam a necessidade de apoiar sem reservas os srs. Campos Sales e Rodrigues Alves, este nas vésperas de assumir a presidência de S. Paulo, e que era o primeiro dos estadistas do império, aderentes, a quem o regime conferia posto de tamanho relevo. Composta, em sua quase totalidade, de republicanos históricos, pareceu-lhe de bom efeito dar-lhe uma demonstração de confiança, oferecendo-lhe um banquete. No dia seguinte a este festim, convidava o presidente eleito de São Paulo os membros da bancada para uma reunião em sua residên-

cia. Devendo partir para assumir o poder, tinha de lhes fazer uma importante comunicação de caráter governamental.

O sr. Campos Sales – declarou em resumo –, na tarefa de dirigir a República, enfrenta um árduo problema: o das finanças, agravado agora pela dureza da moratória. Para esse objetivo, precisa organizar uma Câmara de toda a confiança, assunto sobre o qual já se entendeu com a maioria dos governadores estaduais, que apóiam seu propósito.

Esperava ele, portanto, que também a representação de seu Estado adotasse o critério de reconhecer como deputados os candidatos dos governadores, seus adeptos.

A comunicação foi acolhida pela bancada com um espanto desconcertante. Depois de um pesado silêncio, quebrou-o com algumas palavras repassadas de emoção o sr. Adolfo Gordo. Era um republicano histórico que falava. E era, também, além de um grande amigo do ex-presidente, seu cunhado. Acentuou as divergências radicais que não podiam deixar de se estabelecer entre a anunciada orientação e a fé republicana.

Rodrigues Alves voltou logo a falar para insistir na necessidade de uma perfeita harmonia entre o chefe do Poder Executivo e o Congresso. E acrescentou:

– As divergências passadas têm que desaparecer. O governo atual não herda as paixões do quatriênio extinto.

Compreendeu a alusão o autor da objeção, e calou-se.

Coube, porém, a outro republicano histórico, a vez de secundá-lo em suas restrições: o senador Paula e Souza, bela inteligência, mas minguado prestígio eleitoral. (Acessório de quase todas as grandes figuras mentais da política, não somente em São Paulo, naquele tempo, como em todo o País e em todos os tempos.) E não foi sem dúvida, por outra razão que observou a seguir o quase presidente de São Paulo:

– Além dos cuidados inerentes ao seu cargo, também carrega o presidente da República as responsabilidades de preponderante chefe eleitoral em nossa terra. Acha-se, pois, a par de nossas necessidades regionais, que ele defende a longos anos. Consciente de seus passados serviços, ele espera agora provas de confiança.

Também emudeceu o sr. Paula e Souza, cabendo então a vez de falar, com um cunho mais forte de independência, do sr. Bueno de Andrada.

– Não partilho da herança de paixões ou de ressentimentos do quatriênio findo – começou com vivacidade. Suspeita dessa natureza não me atinge, pois fui o único deputado paulista que por vezes divergiu de atos do sr. Prudente de Morais. Não mereço a pecha de ignorar as necessidades de São Paulo, quer de ordem moral, quer de natureza material. Lá ganho minha vida desde moço em trabalhos técnicos, e sempre me imiscuí em lutas políticas e pleitos eleitorais. Republicano declarado em pleno regime monárquico, em comícios e na imprensa, no ensino e sobretudo ante o eleitorado, defendi os ideais de liberdade e implantei as esperanças de igualdade. Conheço bem, portanto, o elemento popular que sustenta a República. A ninguém peço meças na dedicação à fórmula republicana e aos interesses paulistas. Reconheço, no entanto, no sr. Campos Sales, um chefe político de alto valor. Posso, sem constrangimento, pedir-lhe conselhos para me guiar na organização da nova Câmara. Mas não creio que ele, premido na prensa financeira, disponha agora de tempo para examinar a regularidade de atas eleitorais.



Falando claramente e pausadamente, fez então Rodrigues Alves esta formal declaração:

– Não se trata de verificação de poderes pelos estudos das atas. O presidente da República deseja o compromisso da bancada paulista para reconhecer todos os candidatos dos governadores dos Estados. Eu concordo com o presidente da República na sua nova orientação política.

Rompeu, de novo, o pesado silêncio que caiu na sala, o sr. Bueno de Andrada.

– Por fim, declaro não acompanhar o Poder Executivo em tão errado caminho. Hostilizarei esse novo regime sempre que puder, e como puder.

Estavam lançados os fundamentos da resistência. O deputado Miranda Azevedo, signatário do manifesto de 1870, homem culto e de altivo caráter, falou com energia combatendo a orientação que assim se pretendia traçar à bancada, classificando-a como "uma desmascarada empresa de apóstatas interesseiros".

Secundou-o o sr. Cincinato Braga, o qual, na crua análise a que submeteu a proposta lembrou as promessas da propaganda e as doutrinas de liberdade pregadas ao povo. Acrescentou não ter dúvida, sobre os grandes males que adviriam para o Brasil, no caso de sair vitorioso daquela sala aquilo que denominava um "plano autocrático".

Ficaram sem eco, e sem nenhuma impugnação, as palavras de um e de outro.

Ia se iniciar o regime das execuções nos reconhecimentos de poderes – ou das degolas, segundo um termo mais adequado à técnica parlamentar –, processo que deveria criar a incompatibilidade cada vez mais crescente em que viveriam daí por diante Congresso e povo. De nada teria de servir, para impedi-lo, o protesto de cinco representantes de São Paulo, que de pronto, e sem nenhum entendimento prévio, manifestaram com tão elevada altivez a repugnância que lhes despertou o doloroso programa, tão funesto ao novo regime em seus resultados futuros.

A noite dessa reunião ficou marcada sob maus augúrios nos fastos republicanos – 24 de abril de 1900.

Outros deputados argumentavam, no intervalo de horas, o número de dissidentes – os srs. Antônio Cajado, Edmundo Fonseca, Álvaro de Camargo e Alfredo Pujol. O presidente eleito de São Paulo partia no dia se-

guinte para assumir o governo, e o sr. Cincinato Braga para se entender com os chefes do partido acerca das tendências do sr. Campos Sales. Contra estas manifestaram-se logo os srs. Prudente de Morais, Cerqueira César, Manoel de Morais Barros, Júlio Mesquita, Cesário Bastos, Carlos Guimarães, Cunha Canto, Francisco Alves dos Santos, Alfredo Guedes, Mário Guedes, Souza Ferreira, Prudente de Morais Filho – quase todos dispondo de numeroso eleitorado. Aderiram outros chefes. Estava formada a dissidência paulista, que em manifesto coberto de assinaturas de homens influentes e cheios de responsabilidade definiu seu programa. Foi escolhido para chefe da nova organização partidária – sem dúvida uma das mais fulgurantes do País pela expressão, sobretudo mental, de suas figuras principais – Júlio Mesquita.

A *Dissidência* não cedeu na defesa do voto livre e respeitado. Resistiu, através da longa vida do Partido Republicano Paulista, o PRP alcunhado, por fortaleza, o *jequitibá*, o velho *PRP fora do qual não havia salvação*. Os membros da *dissidência* foram, um a um, sacrificados embora se chamassem Prudente de Morais, Prudente de Morais Filho, Cincinato Braga, Júlio Mesquita. Muitos anos depois, em 1926, quando se preparava mais uma candidatura paulista à Presidência da República, a do então presidente de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, nascia, do galho lascado da *dissidência*, o Partido Democrático, cindindo a política paulista e negando seu candidato a "frente única" que recomendaria à vitória, o presidente do Rio Grande, Getúlio Dorneles Vargas.

O mesmo jornalista presta testemunho da maneira por que se processavam as apurações.

O sorteio pôs na 3ª comissão de inquérito os srs. Bueno de Andrada, Alfredo Pujol, Júlio de Melo (oposicionista pernambucano), Xavier de Almeida (independente goiano) e Landulfo Magalhães, governista intransigente de Minas. Foi eleito seu presidente o sr. Bueno de Andrada, e cabiam à comissão as eleições do Distrito Federal e do Estado do Rio. Decidiram travar a luta, e por certo sentiram-se particularmente animados com aquele poderoso auxílio que lhes havia prestado o critério cego do sorteio, reunindo numa mesma comissão tantos legionários do mesmo ideal. Ali estavam, com inteira propriedade da expressão, os primeiros reacionários que contava o Brasil para as futuras campanhas em prol da verdade eleitoral, contra a qual deveria investir em arremessos impetuosos durante longos e duros anos de predomínio pessoal, um chefe rio-grandense que estava nas vésperas de implantar seu domínio no País. A luta que se ia iniciar tinha por objetivo imediato a defesa dos diplomas legítimos, princípio da verdade dos sufrágios.

Realizou-se uma reunião na casa do deputado pernambucano sr. Brício Filho. Era um convite do sr. Seabra, e tinha por fim o estudo do assunto. Presentes a este, o dono da casa e os srs. Rosa e Silva, vice-presidente da República, Bueno de Andrada e Aristides Milton, deputado pela Bahia.



Fala nessa ocasião aquele que era, na época, o chefe supremo da política pernambucana e a maior figura política do Norte.

– Eu nunca concorreria para espoliar de seus diplomas candidatos regularmente eleitos . . .

Acrescentou que do mesmo modo pensavam todos os membros da representação pernambucana. Os pernambucanos – disse mais – poderiam contar com a solidariedade dos maranhenses chefiados pelo íntegro sr. Benedito Leite.

Pela atitude da representação baiana responderam logo os srs. Seabra e Milton.

Outros deputados independentes filiaram-se à resistência, e esta se tornava tanto mais expressiva quanto servia para deixar bem demarcadas as linhas divisórias que de certo modo já separavam o presidente do vice-presidente da República, seguindo-se assim, numa coerência digna de começar, daí por diante, a ser assinalada, a discórdia política em que antes já se haviam empenhado Prudente de Morais e Manoel Vitorino. Causou entusiasmo a notícia, vinda de São Paulo, de que o ex-presidente, de sua tranqüila Piracicaba, havia prestado toda a sua solidariedade ao belo movimento de resistência. Programa de ação traçado e acertado: estudar com escrúpulo a legitimidade das atas, e trabalhar pertinazmente pelos candidatos que, vitoriosos nas urnas, estivessem condenados ao sacrifício em holocausto aos caprichos dos dominadores regionais. Com tais elementos formava-se a primeira barreira para se opor aos abusos do poder. Cada ata fraudulenta constituiu um ruidoso caso político, dando lugar a debates ardorosos e brilhantes. A opinião pública, tomada de grande interesse, acompanhava-os em todas as suas particularidades. Regurgitavam as galerias da Câmara. Campos Sales vencia nas votações, mas perdia progressivamente a popularidade.

Na bancada rio-grandense contou sempre com uma unanimidade maciça. Era o poder. Minas havia-lhe assegurado tudo quanto era possível dar-lhe: o apoio incondicional. A Paraíba não apresentava divergência alguma à ordem procedente do Catete, que ia sendo passivamente cumprida pela maioria.

O futuro pequeno, mas heróico Estado, mandou, nessa legislatura em formação, duas turmas de candidatos deputados eleitos: uma a do governador, com mais de 5.000 votos; outra, a do ministro da Justiça (o sr. Epitácio Pessoa) com cerca de 1.000 sufrágios. Oposição apenas local; todos, num apoio fervente ao poder central. Campos Sales, comprimido entre as duas facções, adotou a tranqüila solução de neutralidade. Tanto lhe servia, no caso, o governador, como o ministro . . .

A patrulha vigilante procedeu a um exame sereno e imparcial das atas

e das circunstâncias do pleito, verificando que as eleições oficiais eram uma farsa. O sr. Almeida Barreto – marechal, homem de espírito, paraibano notável – demonstrou por meio de uma justificação judicial, feita nas vésperas do comício, que o governador havia dado a ordem a todas as intendências para negarem aos oposicionistas quaisquer certidões referentes às eleições. No dia da apuração, os candidatos oposicionistas encontraram fechadas todas as repartições onde deveriam reunir-se as juntas. Ninguém sabia do lugar onde eram forjadas as atas. Dias depois apareceram duas edições do órgão oficial, contendo cada qual uma apuração diferente. As atas do distrito de Piedade mostravam que haviam votado os *alistados vivos, presentes, mortos e ausentes, e mais 104 de quebra*. As eleições da facção do sr. Epitácio Pessoa, embora somando muito menos votos, apresentavam características de legalidade. Pelo menos. Foram, por isso, seus candidatos amparados pelos dissidentes em atividade na verificação de poderes. Foram reconhecidos por influência direta do ministro da Justiça. Todos os oposicionistas foram sacrificados na composição das bancadas, salvando-se dois ou três pelo amparo da amizade pessoal do presidente, mas o fato é que a *corrupção eleitoral* encontrou, nessa ocasião como em toda a existência da República, a resistência de muitos homens honestos. E cumpre assinalar que Floriano Peixoto, Prudente de Morais, Rosa e Silva, José Mariano, rivais, nunca lesaram adversários eleitos. Onde, porém, tinha de se tornar impossível a vitória de um oposicionista era nas chamadas satrapias do Norte. A não serem as exceções da Bahia e de Pernambuco, a verdade eleitoral tinha de consistir, naquela região, na vontade que emanava dos palácios dos governadores. Estes, por sua vez, teriam longos anos de cumprir as que lhes eram transmitidas de um certo morro do Rio de Janeiro que as crônicas políticas da República teriam de imortalizar.

Com efeito, daí a pouco mais de um ano, era o general Pinheiro Machado quem assumia o comando em chefe de todas as operações dessa natureza.

O pobre general das 21 brigadas nem força tinha conseguido para se fazer reeleger deputado.

No livro que escreveu sob o título significativo – *Pela Verdade* –, Epitácio Pessoa, ministro de Campos Sales, confirma: "Encontrei vigente na Paraíba uma lei que reservava alguns lugares à oposição na Assembléia do Estado; esses lugares, porém, nunca lhe foram dados; preencheram-nos sempre amigos do governo." Mais tarde, ao saudar, no banquete do Clube dos Diários, o candidato à Presidência da República, Rodrigues Alves: "Precisamos de eleições sérias, senhores, com a responsabilidade efetiva dos que tentarem fraudá-las; sérias na qualificação dos eleitores; sérias na emissão e apuração do voto; sérias no reconhecimento de poderes . . ."



## *CUMPRIU O SEU PROGRAMA*

## CAPÍTULO XIX

O programa de um governo que tinha as cláusulas do contrato do *funding Loan* para cumprir não era fácil tarefa. A partir de janeiro de 1899, o governo federal teria que depositar, em papel-moeda, nos bancos ingleses e alemães, no Rio de Janeiro, o correspondente às emissões do *funding*, para incinerá-lo ou com ele formar um fundo destinado ao futuro pagamento, em ouro, dos serviços dos empréstimos externos. Obediente ao desejo do governo, a Câmara determinou a incineração do papel recolhido, evitando que ele viesse a aumentar as disponibilidades bancárias e incentivar as especulações cambiais. Ao lado do fundo de garantia do papel existente, formado com a taxa-ouro sobre as importações, instituía-se o fundo de resgate, provido pelo arrendamento das estradas de ferro federais, saldos orçamentários e outros recursos possíveis. O aumento dos impostos coroava o plano governamental. Elevava-se a cota-ouro sobre as importações de 10% para 15%, e, no ano imediato procedia-se a revisão global das tarifas aduaneiras. Declarando-se inicialmente adverso à política protecionista, foi mais longe que seus antecessores. Apenas, ao elevar os impostos alfandegários, traía seus objetivos meramente fiscais. Criaram-se novos tributos de selo e de consumo sobre mercadorias de produção nacional e certas cédulas do imposto direto de renda. Estendera-se a rede fiscal federal pelo País, abrangendo todas as fontes visíveis de trabalho e determinando reincidências tributárias. Os Estados seguiam orientação semelhante, agravando, especialmente, os impostos de exportação. A economia brasi-

leira socorria-se do café e da borracha, entregando os pobres saldos aos três sistemas tributários superpostos da União, do Estado e do Município.

A política deflacionária de Joaquim Murtinho abalava o comércio e o crédito. Vieram as falências. Em setembro de 1900, o Banco da República, semi-oficial, suspendia os pagamentos, alastrando o pânico na praça. Murtinho, coerente com sua doutrina, não o socorreu. Bastava-lhe o restabelecimento do crédito exterior, conquistado a duras penas. Era a vitória da teoria quantitativa do dinheiro. A massa de papel inconversível descia de 780 mil em 1898, a 679 em 1902, enquanto o câmbio ascendia de 8 1/2 a 12 1/2 d. Encerrava-se o orçamento com saldo. Acumulava-se ouro nos Bancos de Londres. O resgate do papel do Tesouro elevava-se, no final do quatriênio, a 116 mil contos de réis. Isso tornava possível recomeçar, em ouro, o serviço da dívida externa. Era pago o empréstimo de 1 120 libras, em letras do Tesouro, que Prudente tivera de contrair. O Tesouro nada devia. Crescera a receita pública. Subia a cotação dos títulos das dívidas interna e externa. O governo podia afirmar que cumprira o seu programa.

Mas a política severa de Campos Sales e Joaquim Murtinho empobrecera o Brasil. Estavam arruinados os velhos engenhos do Norte. As fazendas de café passavam às mãos dos agiotas. Estancara a industrialização urbana. A insaciabilidade do fisco exaurira o contribuinte. O povo estava pobre, enquanto o Tesouro tinha acumulado a riqueza que inspiraria o telegrama dos Rotschilds, ao termo do governo de Campos Sales. Voltara a confiança nos lucrativos investimentos no Brasil.

A questão financeira fora a principal preocupação de seu governo. Mas não a única. Na Pasta da Justiça, com Epitácio Pessoa, dera os passos decisivos para a elaboração do Código Civil, entregando ao Congresso o anteprojeto elaborado por Clóvis Beviláqua. Definira a política exterior, intensificando a aproximação continental. Assim, a decisão arbitral da velha contenda, em torno do Território das Missões, não afetou nossas relações com a Argentina, cujo presidente Julio Roca, visitou o Brasil, em caráter oficial, tendo Campos Sales retribuído essa cortesia no ano seguinte.

Não era um governo popular. Embora afirmasse em sua mensagem de 2 de maio de 1902: "não senti a necessidade, uma vez que fosse, de aplicar o remédio extremo do estado de sítio. Não suspendi uma só garantia, nenhuma liberdade foi violada", Campos Sales manietara as oposições nos Estados. Mobilizara, a favor do Tesouro, a economia particular. Criara uma revolta que se avolumava à proporção que seu mandato se aproximava do seu termo.

Campos Sales, recordando a oposição que teve seu governo, cita Pitt quando diz que "se não tivéssemos uma oposição, seria necessário inventá-la". O nosso presidente não chegou a tanto. Porque a sua miraculosa fórmula a que chegou a política dos Estados e tornou-se a política dos governadores permitia-lhe, apenas, aparência de um apoio unânime do Congresso. Uma luta semelhante a que tivera que sustentar, com a oposição chefiada pelo vice-presidente da República.



Avizinhava-se a crise periódica do sistema presidencialista – a sucessão. Surgem e desparecem candidaturas, ao sabor dos acontecimentos. Campos Sales encarrega Olinto de Magalhães de ir a Belo Horizonte apresentar, pessoalmente, ao presidente do Estado, Silviano Brandão os motivos pelos quais lhe seria grato saber que ele e seus amigos adotariam a candidatura de Rodrigues Alves. Isso foi feito a 7 de novembro de 1900. No dia 15 veio a resposta afirmativa, condicionada à conveniência de escolha do vice-presidente, desta vez, ao governador da Bahia, Severino Vieira, que concorda. Agora, é ao próprio Rodrigues Alves que se fala, a 6 de janeiro de 1901. Justifica sua intervenção, pois "não temos partidos organizados, é preciso evitar as agitações sem base no interesse nacional".

Rodrigues Alves responde sugerindo, antes, a candidatura de Bernardino de Campos. Campos Sales insiste, a 29 de março: "A sua candidatura conta, agora, com todas as probabilidades de êxito, porque encontra franco apoio nos elementos políticos dos dois lados." A resposta de Rodrigues Alves satisfaz a Campos Sales.

Na verdade, o nome de Rodrigues Alves não surgira no primeiro momento. Os oposicionistas haviam tentado impor a candidatura de Rosa e Silva. Campos Sales pensou em Quintino Bocaiúva e Bernardino de Campos, sendo de notar que a alusão de Rodrigues Alves ao seu companheiro de propaganda Republicana talvez se originasse do conhecimento de que Bernardino era o candidato de peito do presidente. Este, com a inteligência do brilhante jornalista que era, dá uma explicação:

"Tendo procurado assinalar a minha administração por uma conduta rigorosamente lógica e firmemente subordinada à política financeira com que a iniciei, preocupava-me mais que tudo a aspiração de vê-la continuada, com igual segurança no seguinte período presidencial. Confesso que não via em alguns nomes que vinham à tona, ao influxo das justas simpatias que o seu valor político e os seus grandes serviços à República despertavam, uma sólida promessa no sentido dessa orientação."

Assim, pôde ser feita, facilmente, a indicação de Rodrigues Alves. O seu nome emergia, afinal, impulsionado pela situação que ocupava – a chefia do governo de São Paulo. Fora o avalista da política dos governadores, na reunião da bancada de seu Estado. A oposição, insistindo mais em combater o criador do que a criatura, limitou-se a uma contestação à imposição do Catete, levando às urnas, em uma homenagem inconseqüente o nome de Quintino Bocaiúva. Ainda uma vez, a oposição, sem forças para se opor à designação presidencial, marcava a sua posição em

uma candidatura de contestação, como que salvava a aparência da democracia. Fora assim que Lauro Sodré, contra Campos Sales. Mas não haveria propriamente, uma disputa de votos. O candidato do Catete poderia preparar a sua plataforma de governo, lê-la em um banquete, aos próceres, sem precisar ir ao encontro do povo em uma campanha eleitoral.

Assentada a escolha de seu sucessor, Campos Sales entrava em seu ocaso político, na velha República, ao ser escolhido o futuro presidente, os políticos abandonavam o presidente que terminava o seu mandato. Após a convenção de setembro, em que foram homologadas as candidaturas de Rodrigues Alves e Silviano Brandão, o tempo simplesmente decorreu até as eleições de 1º de março, quando as urnas consagraram o que estava de antemão resolvido.

A 15 de novembro de 1902, Campos Sales transmitia o poder a Rodrigues Alves. Em seguida, preparou-se para regressar a seu Estado. Dirigiu-se à estação, onde tomaria o noturno paulista. Então, a impopularidade que acumulara durante o seu governo, com a política de sacrifícios que impusera à Nação, foi mais forte que o sentimento de justiça aos méritos do restaurador das finanças, ao continuador da ordem civil, que nem precisara do recurso heróico do estado de sítio. Durante todo o trajeto, foi estrepitosamente vaiado. O trem em que viajava foi apedrejado nos subúrbios. Tornou-se necessário mobilizar a polícia, conter a multidão que o seguia e que, depois de sua partida procurou as redações dos jornais que o haviam apoiado, para depredá-los.

Sua terra, porém, acolheu-o com carinho e entusiasmo. Recolheu-se, a fim de refazer, já não as finanças de um país, mas sua própria economia, que não cuidara, quando cuidava do bem público. Sua probidade evidencia-se na pobreza em que teve de viver. Com o tempo, as paixões amorteceram. E, em 1905, quando se esboçava outra sucessão, seu nome foi lembrado pelos estudantes de São Paulo, porque "a Nação não quer prescindir das poderosas aptidões do sr. Campos Sales. São os próprios interesses da Pátria que o reclamam."

Não era só o entusiasmo dos moços. Pinheiro Machado combatia a candidatura de Bernardino de Campos, mais uma vez lembrada, e sugere Campos Sales, cuja obra de saneamento financeiro, no governo da República, começava a ser julgada com maior serenidade. Campos Sales inicialmente aceita o que lhe parece uma reparação nacional às injustiças sofridas. Mas se convence de que seria, apenas, o instrumento de uma manobra política para enfraquecer o prestígio do seu Estado. E desiste de ser candidato.



# ÍNDICE

# Campos Sales

4º Presidente do Brasil
1898-1902